

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano XCI • Nº 87

Poder Legislativo

Recife, quarta-feira, 21 de maio de 2014

Projetos beneficiam usuários de planos de saúde

Textos aprovados fixam prazo para operadoras negarem exames e exigem informação por escrito

Matérias assegurando aos usuários de planos de saúde em Pernambuco o direito de receber por escrito a negativa para a realização de procedimentos médicos foram aprovadas, ontem, pela Comissão de Constituição Legislação e Justiça (CCLJ) da Alepe. Os Projetos de Lei de nº 1369/2013 e 1608/2013, de autoria dos deputados Henrique Queiroz (PR) e Sérgio Leite (PT), respectivamente, receberam substitutivo, de autoria do colegiado, alterando a Lei nº 14.464, de novembro de 2011, que trata sobre prazos para a autorização de exames.

Com a modificação do texto, as operadoras de planos privados de assistência à saúde ficam obrigadas a informar, no prazo máximo de 24 a 72 horas, depen-



JUSTIÇA - Deputados lembraram que a demora em obter informação sobre exames pode agravar a saúde do paciente

do do caso, a resposta sobre a autorização de exames e procedimentos que necessitem de análise prévia das empresas.

Quando se tratar de pessoas idosas ou pacientes internados, independentemen-

te da idade, a resposta sobre a autorização do atendimento deverá ser fornecida em até 24 horas. No caso de crianças ou adolescentes, deverão ser comunicados da decisão em até 48 horas e, quando se tratar de adultos,

no prazo de 72 horas. A infração às regras poderá implicar em multa e, em casos de reincidência, até na cassação da inscrição estadual do plano.

De acordo com a presidente do colegiado, deputada

Raquel Lyra (PSB), as mudanças representam avanços para os usuários que, por meio da negativa por escrito, poderão acionar as operadoras judicialmente. “Temos uma quantidade enorme de pessoas que utilizam planos

de saúde e a imprensa noticia diariamente o desrespeito das operadoras aos usuários, no que se refere à negativa de exames. A demora em obter a informação pode agravar a saúde do consumidor”, destacou a socialista.

Durante o encontro, o colegiado também distribuiu sete projetos e aprovou outros cinco. Entre eles, o de nº 1853/14, de autoria do deputado Alberto Feitosa (PR), que institui normas de segurança para prática de mergulho recreativo de turismo e lazer. A matéria define normas para que os praticantes do mergulho possam desenvolver a atividade de forma segura e supervisionada por um profissional habilitado e certificado. A matéria foi relatada pelo deputado Daniel Coelho (PSDB).

Audiência pública

Propostas para os conselhos de Cultura e de Patrimônio

Militantes e gestores da área cultural apresentaram, ontem pela manhã, sugestões ao Projeto de Lei nº 1932/2014, que cria o Conselho Estadual de Política Cultural e o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural no Estado, durante audiência pública conjunta das Comissões de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ) e de Educação e Cultura. O encontro foi proposto pela deputada Teresa Leitão (PT), que é relatora da matéria na CCLJ.

De acordo com a parlamentar, as propostas serão analisadas e depois será ela-



FINAL - Sugestões serão compiladas em um substitutivo

borado um substitutivo, a ser apreciado pelas comissões na próxima semana. Os pontos mais debatidos foram a remuneração dos conselheiros; a criação de apenas um conselho, em vez de dois; além das

atribuições, realçando a importância de fiscalização das políticas públicas voltadas para o segmento. Depois de aprovada nas comissões, a matéria será submetida a votação no Plenário.

O secretário Estadual de Cultura, Marcelo Canuto, disse que o Governo está aberto ao diálogo e que muitas sugestões serão acatadas. “Se o projeto for aprovado em Plenário, o Executivo terá 90 dias para elaborar o decreto que vai fixar os critérios de composição e funcionamento dos colegiados, e mais 45 dias para aprovação dos seus regimentos internos”, explicou.

O presidente da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe), Severino Pessoa, frisou que o Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural será mais técnico. A representante do Mi-

nistério da Cultura, Fernanda Matos, registrou a importância do Sistema Nacional de Cultura na articulação e cooperação entre os setores público e privado, integrando todos numa ação pactuada e planejada. A diretora de Memória, Educação, Cultura e Arte da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), Silvana Meireles, defendeu mais clareza no papel dos conselhos.

Para a presidente da Comissão de Educação, Laura Gomes (PSB), quando o projeto de lei é debatido pelos segmentos interessados, ganha legitimidade. “Reflete os anseios da sociedade”, afirmou. A presidente da CCLJ,

deputada Raquel Lyra (PSB), ressaltou a importância da participação social nos debates. “O meio vive um momento histórico”, disse.

Muitos presentes no auditório da Alepe defenderam a criação de apenas um conselho, a exemplo do ex-secretário de Cultura do Recife e de Articulação Institucional do Ministério da Cultura, o designer José Roberto Peixe. Para ele, colocar os dois conselhos no mesmo nível hierárquico pode gerar conflitos. De acordo com a militante e gestora cultural Teca Carlos, os conselheiros não devem receber remuneração e sim uma ajuda de custo.

Seminário consolida propostas para Mata Norte e Agreste

Comissão Especial apresentará relatório final no dia 2 de junho

Na tentativa de contribuir para o desenvolvimento do território estratégico da Mata Norte e parte do Agreste Setentrional do Estado, a Comissão Especial que trata do assunto na Assembleia Legislativa reuniu sugestões da sociedade durante as rodas de diálogo promovidas pelo grupo em Carpina, Goiana e Bom Jardim, desde abril. Na última segunda-feira (19), um seminário de consolidação das propostas foi realizado no Centro de Treinamento do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), em Carpina.

Na ocasião, a professora Tânia Bacelar, da Consultoria Econômica e Planejamento (Ceplan), que assessora a comissão, apresentou um panorama com os principais indicadores sociais da região, que envolve 27 municípios divididos em três grandes polos: Goiana, Carpina e Bom Jardim. Juntos, eles possuem 4,5% da área total do Estado, representam 8,6% da população e, em 2010, somaram 5,1% do PIB estadual.

De acordo com Tânia, até 2016, mais de R\$ 12 bilhões serão aportados na re-



JOÃO BITA

INVESTIMENTOS - Grupo focou na preparação das cidades

gião com a chegada de vários investimentos previstos. Ela ressalta que 95% deles estão concentrados no Polo de Goiana. “As cidades do entorno precisam ficar atentas às oportunidades que esses grandes empreendimentos trazem”, defendeu.

Segundo ela, a tendência é que esses investimentos extrapolem esse perímetro e avancem nas direções norte e sul, ou seja, João Pessoa e Recife, devido à duplicação da BR-101. Para que todas as cidades da Mata Norte sejam contempladas com os benefícios trazidos por esses empreendimentos é necessário investir em estradas que facilitam

o acesso ao polo principal, conforme o entendimento da comissão.

As propostas foram sistematizadas em nove eixos temáticos, entre eles gestão pública; educação e formação de mão de obra; mobilidade urbana e intermunicipal; e desenvolvimento econômico e mercado de trabalho. Todos os pontos foram analisados, alguns modificados e outros acrescentados ao longo da reunião.

O vice-presidente da Comissão Especial da Mata Norte e Agreste Setentrional, deputado Antônio Moraes (PSDB), sugeriu que o gasoduto que liga os municípios

de Vitória de Santo Antão a Glória do Goitá chegasse até Carpina. “Ele está a 40 quilômetros daqui. Temos um polo cerâmico muito grande. Hoje o gás natural já é usado nas fábricas destes produtos. Seria uma alternativa energética de qualidade para servir de atrativo e trazer indústrias”, indicou o parlamentar.

O presidente da Comissão Especial, deputado Isaltino Nascimento (PSB), informou que todas as propostas vão estar no relatório final que será divulgado no próximo dia 2 de junho na Assembleia e entregue ao Governo do Estado, prefeituras, câmaras municipais e toda sociedade civil envolvida. “Vamos, a partir das ideias, poder colocar em prática as ações. Algumas são de responsabilidade do Governo Federal, outras do Estadual e dos municípios e, às vezes, de forma articulada entre todos. São questões de curto, médio e longo prazo que vão ajudar a subsidiar até mesmo a elaboração do Plano Plurianual 2015/2019 de Pernambuco. Estamos satisfeitos e felizes com a contribuição das propostas”, destacou Isaltino.

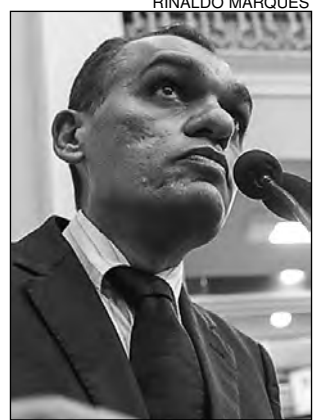
Evento

Oportunidades para o Brasil com a Copa

Com a proximidade do início da Copa do Mundo, o deputado Odacy Amorim (PT) afirmou ontem à tarde que o País precisa “aproveitar melhor” a oportunidade e explorar positivamente o fato. Segundo o parlamentar, o Brasil não é mais um país que vive de sonhos e objetivos. Ele afirmou que a nação tem alcançado suas metas e disse torcer para que o evento traga felicidade aos brasileiros.

O petista lembrou que o País volta a sediar o campeonato mundial 64 anos depois da primeira vez em que foi escalado. No entanto, com grandes diferenças. “O Brasil era considerado um país de segunda classe e hoje é tido como a potência do futebol. E não somos apenas o País do Futebol, mas de grandes investimentos”, argumentou.

Durante seu pronunciamento, Odacy Amorim



RINALDO MARQUES

ODACY - Um País diferente

comentou o fortalecimento da indústria naval brasileira e a fabricação de aviões de grande porte pela Embraer. O deputado concluiu agradecendo à Presidência da Alepe pela criação de uma comissão para intermediar as negociações entre os policiais e bombeiros militares, que fizeram uma greve de dois dias na semana passada, e o Governo de Pernambuco.

Audiência

Marco regulatório das comunidades terapêuticas

O deputado Pastor Cleiton Collins (PSC) afirmou ontem, na tribuna da Assembleia Legislativa, que o marco regulatório das comunidades terapêuticas está sendo discutido pelo Governo Federal, por meio do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad). Segundo ele, no último dia 14 de maio, em audiência pública, o Conad recebeu sugestões de representantes da sociedade civil e de instituições governamentais e formou um grupo de trabalho para elaborar uma resolução.

O parlamentar destacou que a União e muitos Estados da federação têm abraçado a causa das cerca de 3.800 comunidades terapêuticas do País, que são fundamentais na recuperação de usuários de drogas. De acordo com



RINALDO MARQUES

COLLINS - Recuperação

Collins, Pernambuco não segue no mesmo caminho. “No passado, o programa estadual Todos com a Nota fez arrecadação para as comunidades, mas atualmente não existe nenhum incentivo às entidades. Espero que Pernambuco possa contribuir de alguma forma com a iniciativa”, destacou.

Ditadura militar

Debate sobre atuação de igrejas recebe críticas

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal aprovou o Requerimento 72/2014, de autoria da deputada federal Luiza Erundina (PSB/SP), que propõe a realização de audiência pública para debater a atuação das igrejas cristãs durante a ditadura militar. A ação foi repudiada pelo deputado Adalto Santos (PSB) ontem, em Plenário.

O parlamentar acredita que “a intenção é investigar o envolvimento de algumas igrejas em defesa dos fiéis engajados na resistência do regime militar. É evidente que a medida é uma perseguição aos cristãos católicos ou protestantes. Não vejo outro motivo além da tentativa de desqualificar a moral dos cristãos em pleno período eleitoral”, enfatizou.



RINALDO MARQUES

ADALTO - Repúdio

Adalto lembrou que, segundo a Datafolha, Erundina quando prefeita de São Paulo teve a segunda pior avaliação. “Não poderia deixar de externar o repúdio de toda uma parcela da população e levar ao conhecimento de todos essa atitude. Farei um requerimento repudiando a iniciativa”, finalizou.

Prefeitura

Ministério Público apura denúncias em Carpina

O deputado Antônio Moraes (PSDB) parabenizou, na tarde de ontem, o procurador-geral do Ministério Público Estadual, Aguinaldo Fenelon, por determinar que a 2ª Promotoria de Justiça de Carpina investigue denúncias contra a prefeitura do município, na Zona da Mata Norte. A decisão foi publicada através da portaria PGJ 843/2014.

De acordo com o parlamentar, “há indícios de práticas criminosas contra administração pública como lavagem de dinheiro, crimes contra a lei de licitações, e outros conexos, em relação ao prefeito Carlos Vicente de Arruda e Silva”.

O tucano ressaltou ainda que o procurador-geral vai delegar aos promotores poderes para pedirem na Justiça a quebra dos sigilos fiscal, telefônico e bancário do prefeito, que tem direito a foro privilegiado.

Segundo Antônio Moraes, caso sejam confirmadas as denúncias, o Minis-



RINALDO MARQUES

MORAES - Investigação

tério Público poderá entrar com pedido judicial para afastar o chefe do executivo do cargo. “As investigações vão apontar o que o povo de Carpina já sabe. É lixo nas ruas, funcionários públicos sem salários, fornecedores que não recebem o valor devido pela prefeitura. O MP toma atitude de apurar desmandos que estão à vista de todos”, comentou.

Antônio Moraes disse ainda que espera que o caso chegue ao Tribunal Justiça de Pernambuco e que a lei seja cumprida com rigor.

Discussão Única da Indicação n° 8020/2014
Autor: Dep. Everaldo Cabral

Apelo ao Diretor Presidente do Grande Recife Consórcio de Transporte, ao Gestor da Empresa Cidade do Recife Transportes – CRT e ao Gerente de Operações da CRT no sentido de regularizar os horários de saída dos ônibus do terminal da linha Sítio das Palmeiras, com fiscais para fazer cumprir os horários, com intervalos de pelo menos 30 minutos e afixação de quadro com os horários definidos.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/05/2014

Discussão Única da Indicação n° 8021/2014
Autor: Dep. Everaldo Cabral

Apelo ao Ministro das Comunicações no sentido de viabilizar a disponibilização do Canal da Cidadania para o município de Petrolândia, Região de Itaparica.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/05/2014

Discussão Única do Requerimento n° 3418/2014
Autor: Dep. Sílvio Costa Filho

Voto de Aplauso ao Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, por ser reeleito para comandar a instituição (CNI) por mais quatro anos.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/05/2014

Discussão Única do Requerimento n° 3419/2014
Autor: Dep. Ricardo Costa

Voto de Congratulações com à população do município de Águas Belas, pela passagem dos seus 110 anos de emancipação política, que ocorrerá no dia 24 de maio do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/05/2014

Discussão Única do Requerimento n° 3420/2014
Autor: Dep. Marcantônio Dourado

Voto de Congratulações com à população do município de Lajedo, pelo aniversário dos seus 65 anos de criação em 19 de maio do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/05/2014

Discussão Única do Requerimento n° 3421/2014
Autor: Dep. Aluísio Lessa

Voto de Aplausos ao Capitão da PMPE Arthur Cezar Belo dos Santos pelos serviços prestados ao Estado de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/05/2014

Discussão Única do Requerimento n° 3422/2014
Autor: Dep. Daniel Coelho

Voto de Aplausos para o forrozeiro Paulinho Leite, pelo lançamento do seu CD ***"Muito Romântico"***, que será lançado no dia 22 de maio do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/05/2014

Discussão Única do Requerimento n° 3423/2014
Autor: Dep. Tony Gel

Voto de Aplausos à TV Asa Branca, pela iniciativa de lançar o projeto ***Filhos de Caruaru***, em comemoração aos 157 anos de Capital do Agreste.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/05/2014

Discussão Única do Requerimento n° 3424/2014
Autor: Dep. João Fernando Coutinho

Voto de Congratulações com o Município de Quipapá, pelo transcurso dos 114 anos de emancipação política em 19 de maio do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/05/2014

Ata

ATA DA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 2014, AS 14:30 HORAS..

PRESIDÊNCIA DOS DEPUTADOS MARCANTÔNIO DOURADO E ANDRÉ CAMPOS

AOS 19 (DEZENOVE) DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 2014 (DOIS MIL E QUATORZE), ÀS 14 (QUATORZE) HORAS E 30 (TRINTA) MINUTOS, NO PLENÁRIO DO PALÁCIO JOAQUIM NABUCO, PRESENTES OS DEPUTADOS ADALBERTO CAVALCANTI, ADALTO SANTOS, AGLAILSON JÚNIOR, ALBERTO FEITOSA, ALUÍSIO LESSA, ANDRÉ CAMPOS, ÂNGELO FERREIRA, AUGUSTO CÉSAR, BETINHO GOMES, BOTAFOGO FILHO, CLAUDIANO MARTINS FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DANIEL COELHO, DIOGO MORAES, EDUARDO PORTO, ERIBERTO MEDEIROS, EVERALDO CABRAL, FRANCISMAR PONTES, GUSTAVO NEGROMONTE, HENRIQUE QUEIROZ, JOÃO FERNANDO COUTINHO, JULIO CAVALCANTI, LEONARDO DIAS, MARCANTÔNIO DOURADO, MARY GOUVEIA, MAVIAEL CAVALCANTI, ODACY AMORIM, PASTOR CLEITON COLLINS, RAIMUNDO PIMENTEL, RAMOS, RAQUEL LYRA, RICARDO COSTA, RILDO BRAZ, RODRIGO NOVAES, SEBASTIÃO OLIVEIRA JÚNIOR, SÉRGIO LEITE, SÍLVIO COSTA FILHO, TERESA LEITÃO, TEREZINHA NUNES, TONY GEL, VINÍCIUS LABANCA, WALDEMAR BORGES E ZÉ MAURICIO, TENDO JUSTIFICADO SUAS AUSÊNCIAS OS DEPUTADOS ANTÔNIO MORAES, GUILHERME UCHÔA, ISALTINO NASCIMENTO, LAURA GOMES, MANOEL SANTOS E PEDRO

SERAFIM NETO, , CONSTATADO O QUORUM REGIMENTAL, O SENHOR PRESIDENTE, DEPUTADO MARCANTÔNIO DOURADO, DECLARA ABERTA A REUNIÃO, CONVIDA A OCUPAREM AS CADEIRAS DE PRIMEIRO-SECRETÁRIO E SEGUNDO-SECRETÁRIO OS DEPUTADOS JOÃO FERNANDO COUTINHO E ADALTO SANTOS, RESPECTIVAMENTE, DETERMINA A ESTE QUE PROCEDA À LEITURA DA ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA REALIZADA NO DIA QUINZE DO CORRENTE, APÓS A QUAL O SENHOR PRESIDENTE A SUBMETE À DISCUSSÃO E À VOTAÇÃO, QUE, APROVADA, É ENVIADA À PUBLICAÇÃO, E AO SENHOR PRIMEIRO-SECRETÁRIO QUE PROCEDA À LEITURA DO EXPEDIENTE, APÓS A QUAL É ENVIADO À PUBLICAÇÃO, ANUNCIA O PEQUENO EXPEDIENTE E CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO MAVIAEL CAVALCANTI PARA REGISTRAR A PASSAGEM OS 181 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE NAZARÉ DA MATA, DESTACANDO QUE A CIDADE É A CAPITAL DO MARACATU E QUE DURANTE O CARNAVAL PROMOVE ENCONTRO DE DIVERSAS AGREMIações DO GÊNERO. O DEPUTADO AUGUSTO CÉSAR RESSALTA O DIA ESTADUAL DO GARI, COMEMORADO NA ÚLTIMA SEXTA, DATA INSTITUÍDA POR LEI DE SUA INICIATIVA, DESTACANDO QUE A INTENÇÃO, ALÉM DE HOMENAGEAR A CATEGORIA, FOI CONSCIENTIZAR A POPULAÇÃO SOBRE O PRECONCEITO EM RELAÇÃO AOS TRABALHADORES DA LIMPEZA URBANA. O DEPUTADO TONY GEL REGISTRA OS 157 ANOS DO MUNICÍPIO DE CARUARU, FAZENDO UM BREVE HISTÓRICO, INFORMANDO QUE EM 18 DE MAIO DE 1857, A ENTÃO VILA DE CARUARU PASSOU À CONDIÇÃO DE CIDADE, POR MEIO DE PROJETO DO DEPUTADO PROVINCIAL FRANCISCO DE PAULA BAPTISTA. O DEPUTADO ADALTO SANTOS COMENTA A CARTA-COMPROMISSO EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, APRESENTADA PELA DEPUTADA FEDERAL ERIKA KOKAY, DO PT DO DISTRITO FEDERAL, QUE CONSIDERA POPULAÇÕES MAIS VULNERÁVEIS, A EXEMPLO DOS INDÍGENAS E DO PÚBLICO LGBT, COMO VÍTIMAS DE IMENSO RETROCESSO DE DIREITOS, AVALIANDO ACEITAR A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS A DETERMINADOS GRUPOS SIGNIFICA CALAR QUEM SE OPÕE ÀS PRÁTICAS E OBJETIVOS DESSES SEGMENTOS. FINALIZA INFORMANDO QUE ENCAMINHARÁ OFÍCIO AO PRESIDENTE DA CÂMARA FEDERAL, HENRIQUE EDUARDO ALVES E À COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA CÂMARA SOLICITANDO A REJEIÇÃO DA PROPOSTA. FAZENDO USO DA PALAVRA O SENHOR PRESIDENTE CONSTITUI UMA COMISSÃO PARA NEGOCIAR COM OS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES PRESENTES NESTA CASA, COMPOSTA PELOS DEPUTADOS DANIEL COELHO, ALBERTO FEITOSA, JOÃO FERNANDO COUTINHO, AUGUSTO CÉSAR, TEREZINHA NUNES E ODACY AMORIM. (ASSUME A PRESIDÊNCIA O DEPUTADO ANDRÉ CAMPOS). O DEPUTADO MARCANTÔNIO DOURADO, ÚLTIMO ORADOR DO PEQUENO EXPEDIENTE PARA REGISTRAR A PASSAGEM DOS 65 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE LAJEDO, PARABENIZANDO A POPULAÇÃO E DESTACANDO A ORIGEM DO MUNICÍPIO, QUANDO VICENTE FERREIRA INSTALOU-SE NA REGIÃO EM 1852, DANDO ORIGEM AO POVOADO DE SANTO INÁCIO DOS LAJEIROS. O SENHOR PRESIDENTE ANUNCIA O GRANDE EXPEDIENTE E CONCEDE A PALAVRA AO DEPUTADO RODRIGO NOVAES PARA COBRAR PROVIDÊNCIAS PARA RESOLVER A SITUAÇÃO PRECÁRIA DAS PONTES DA BR-316, NO TRECHO QUE LIGA A CIDADE DE BELÉM DE SÃO FRANCISCO AO TREVO DO IBÓ, INFORMANDO QUE VAI INGRESSAR COM UMA REPRESENTAÇÃO CRIMINAL NO MINISTÉRIO PÚBLICO RESPONSABILIZANDO O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTE (DNIT), EM PERNAMBUCO, AFIRMANDO QUE ESTÁ HAVENDO NEGLIGÊNCIA DO ÓRGÃO QUANTO AOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS PONTES. O ORADOR É APARTEADO PELO DEPUTADO TONY GEL E BETINHO GOMES. O DEPUTADO ZÉ MAURICIO, ÚLTIMO ORADOR DO GRANDE EXPEDIENTE REGISTRA A PASSAGEM DO DIA NACIONAL DE COMBATE AO ABUSO E À EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, SOLICITANDO QUE SEJA REFORÇADO O COMBATE AO ABUSO SEXUAL, BUSCANDO CONSCIENTIZAR A SOCIEDADE SOBRE O DIREITO DE TODA CRIANÇA E ADOLESCENTE DESENVOLVER A SEXUALIDADE DE MANEIRA SEGURA E PROTEGIDA, LIVRE DE ABUSO E EXPLORAÇÃO. FINALIZA COMENTANDO PROJETO DE LEI, APROVADO NA CÂMARA FEDERAL, QUE TORNA HEDIONDO O CRIME DE EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL. O SENHOR PRESIDENTE ANUNCIA A ORDEM DO DIA. É APROVADO EM DISCUSSÃO ÚNICA OS PARECERES DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL NºS 6177/2014, QUE OFERECE REDAÇÃO FINAL AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1933/2014. SÃO APROVADOS É APROVADO EM PRIMEIRA DISCUSSÃO OS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NºS 1980/2014; 1990/2014; 1528/2013, JUNTAMENTE COM EMENDA MODIFICATIVA Nº 01; 1629/2013 E O SUBSTITUTIVO Nº 01 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1888/2014. É ADIADA A DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1971/2014. SÃO APROVADOS EM DISCUSSÃO ÚNICA AS INDICAÇÕES NºS 7993/2014 A 8000/2014 E OS REQUERIMENTOS NºS 3414/2014 E 3415/2014. O SENHOR PRESIDENTE DESPACHA À PUBLICAÇÃO AS INDICAÇÕES NºS 8008/2014 A 8021/2014 E OS REQUERIMENTOS NºS 3418/2014 A 3424/2014, APRESENTADOS NESTA REUNIÃO, ENVIANDO A PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO DO DIA DE AMANHÃ TODAS ESTAS PROPOSIÇÕES. O SENHOR PRESIDENTE ENCERRA A REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, EM CARÁTER SOLENE, PARA LOGO MAIS ÀS DEZOITO HORAS E QUARENTA MINUTOS, PARA HOMENAGEAR OS 14 ANOS DA CAMPANHA MULHER QUE ALIMENTA O MUNDO, DO COMITÊ DA AÇÃO DA CIDADANIA PERNAMBUCO SOLIDÁRIO.

Expediente

QUINQUAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2014.

EXPEDIENTE

MENSAGEM Nº 84 - DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO encaminhando o

Projeto de Lei nº 2008 que Altera a Lei nº 12.984, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
Às 1ª, 2ª, 3ª e 7ª Comissões.

MENSAGEM Nº 85 - DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO encaminhando o Projeto de Lei nº 2009 que Altera a Lei nº 14. 028, de 26 de março de 2010, que cria a Agência Pernambucana de Águas e Clima - APAC, e dá outras providências.
Às 1ª, 2ª, 3ª e 7ª Comissões.

MENSAGEM Nº 86 - DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO encaminhando o Projeto de Lei nº 2010 que Institui o Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Administrativos de Apoio à Secretaria da Fazenda - FASEFAZ.
Às 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

MENSAGEM Nº 87 - DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO encaminhando o Projeto de Lei nº 2011 que Autoriza supressão de segmentos de vegetação de preservação permanente nas áreas que especifica.
Às 1ª, 3ª e 7ª Comissões.

PARECER Nº 6179 - DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA opinando favorável ao Projeto de Lei nº 1828.
À Imprimir.

PARECER Nº 6180 - DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 489.
À Imprimir.

PARECERES NºS 6181 E 6182 - DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO opinando favorável aos Projetos nºs 1335 e 1917.
À Imprimir.

PARECER Nº 6183 - DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1787.
À Imprimir.

PARECER Nº 6184 - DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1789.
À Imprimir.

PARECER Nº 6185 - DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1813.
À Imprimir.

PARECER Nº 6186 - DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1822.
À Imprimir.

PARECER Nº 6187 - DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1858.
À Imprimir.

PARECER Nº 6188 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1930.
À Imprimir.

PARECER Nº 6189 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA adotando Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1369.
À Imprimir.

PARECERES NºS 6190, 6192 E 6193 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando favorável aos Projetos de Lei nºs 1791, 1925 e 1928.
À Imprimir.

PARECER Nº 6191 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA adotando Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1853.
À Imprimir.

PARECER Nº 6194 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1930.
À Imprimir.

PARECER Nº 6195 - DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1930.
À Imprimir.

PARECER Nº 6196 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1930.
À Imprimir.

PARECER Nº 6197 - DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1519.
À Imprimir.

PARECER Nº 6198 - DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E POLÍTICA RURAL opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1930.
À Imprimir.

PARECER Nº 6199 - DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1930.
À Imprimir.

OFÍCIOS NºS 041, 043 E 044 - DO CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca das Indicações nºs 7687, 7685 e 7684 do Deputado Júlio Cavalcanti.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

OFÍCIO Nº 042 - DO CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 7646, do Deputado João Fernando Coutinho.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

OFÍCIOS NºS 155, 156, 158, 159, 169 E 170 - DO COORDENADOR GERAL DO PROCON DO ESTADO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca das Indicações nºs 7724, 7727, 7729, 7732, 7726, 7730, 7735 e 7723 da Deputada Mary Gouveia.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

OFÍCIO Nº 394 - DO SUPERINTENDENTE REGIONAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 7647, do Deputado João Fernando Coutinho.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

OFÍCIO Nº 445 - DO DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER-PE prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 7678, do Deputado Rildo Braz.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

Mensagens

MENSAGEM Nº 84/2014

Recife, 20 de maio de 2014.

Senhor Presidente,

Colho a oportunidade para remeter à consideração dessa Egrégia Assembleia Legislativa o Projeto de Lei em anexo, que altera a Lei nº 12.984, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

A alteração no referido diploma legal objetiva otimizar os recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, de forma que a execução das aplicações do Fundo poderá ser reforçada com recursos de convênios e outras fontes disponíveis no órgão gestor do fundo.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa, na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, solicito a observância do regime de urgência de que trata o art. 21 da Constituição Estadual, na tramitação do anexo Projeto de Lei.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência e a seus Ilustres Pares os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS, em 20 de maio de 2014.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado

Exceletíssimo Senhor
Deputado GUILHERME UCHÔA
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária N° 2008/2014

Ementa: Altera a Lei nº 12.984, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º O art. 62 da Lei nº 12.984, de 30 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 62

Parágrafo único. Os recursos de que trata o art. 60 podem ser aplicados diretamente por meio da programação anual de trabalho do órgão gestor do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.” (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2014.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS, em 20 de maio de 2014.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado

Às 1ª , 2ª, 3ª e 7ª Comissões.

MENSAGEM Nº 85/2014

Recife, 20 de maio de 2014.

Senhor Presidente,

Colho a oportunidade para remeter à consideração dessa Egrégia Assembleia Legislativa Projeto de Lei que altera a Lei nº 14.028, de 26 de março de 2010, que cria a Agência Pernambucana de Águas e Clima – APAC.

A alteração proposta no referido diploma legal visa estabelecer que, em relação ao percentual referido no *caput* do art. 28, não serão computados os recursos originários do “superavit” de exercícios anteriores decorrentes da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para fins de geração de Energia Elétrica, que compõem a Receita do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FEHIDRO, parcela que poderá ser utilizada doravante conforme dispuser o órgão gestor do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa, na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, solicito a observância do regime de urgência de que trata o art. 21 da Constituição Estadual, na tramitação do anexo Projeto de Lei.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência e a seus Ilustres Pares os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 20 de maio de 2014.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado GUILHERME UCHÔA
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária N° 2009/2014

Ementa: Altera a Lei nº 14.028, de 26 de março de 2010, que cria a Agência Pernambucana de Águas e Clima - APAC, e dá outras providências.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º O art. 28 da Lei nº 14.028, de 26 de março de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 28

Parágrafo único. Os recursos de que trata o *caput*, quando originários do respectivo “superavit” de exercícios anteriores ao de 2013, não se incluem no percentual ali referido, podendo ser utilizado conforme dispuser o órgão gestor do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.” (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2014.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 20 de maio de 2014.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado

Às 1ª , 2ª , 3ª e 7ª Comissões.

MENSAGEM Nº 86/2014

Recife, 20 de maio de 2014.

Senhor Presidente,

Valho-me do ensejo para encaminhar à apreciação dessa Egrégia Assembleia o anexo Projeto de Lei que institui o Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Administrativos de Apoio à Secretaria da Fazenda - FASEFAZ.

A proposta apresentada institui o FASEFAZ, a ser integralizado por até 5% (cinco por cento) da totalidade dos recursos alocados no Fundo de Aperfeiçoamento das Atividades Fazendárias - FAAF, previsto no art. 12 da Lei nº 11.333, de 3 de abril de 1996. Os recursos do Fundo devem ser distribuídos mensalmente, de forma igualitária, aos servidores e empregados públicos do Poder Executivo Estadual que se encontrem em efetivo exercício na Secretaria da Fazenda, excetuados os integrantes do Grupo Ocupacional Gestão Pública – Apoio Fazendário - GOGP – AF e do Grupo Ocupacional Administração Tributária do Estado de Pernambuco – GOATE, observado o limite de 140 (cento e quarenta) beneficiários.

Na certeza de contar com o indispensável apoio para apreciação deste Projeto, aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência e ilustres Deputados protestos de elevado apreço e distinta consideração, solicitando a adoção do regime de urgência previsto no art. 21 da Constituição do Estado.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 20 de maio de 2014.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado GUILHERME UCHÔA
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Projeto de Lei Ordinária N° 2010/2014

Ementa: Institui o Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Administrativos de Apoio à Secretaria da Fazenda – FASEFAZ.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Fundo de Aperfeiçoamento dos Serviços Administrativos de Apoio à Secretaria da Fazenda - FASEFAZ, a ser integralizado por até 5% (cinco por cento) da totalidade dos recursos alocados no Fundo de Aperfeiçoamento das Atividades Fazendárias - FAAF, previsto no art. 12 da Lei nº 11.333, de 3 de abril de 1996.

§ 1º Os recursos do FASEFAZ serão distribuídos mensalmente, de forma igualitária, aos servidores e empregados públicos do Poder Executivo Estadual, não integrantes do Grupo Ocupacional Gestão Pública - Apoio Fazendário - GOGP - AF e do Grupo Ocupacional Administração Tributária do Estado de Pernambuco - GOATE, em efetivo exercício na Secretaria da Fazenda pelo período mínimo de 2 (dois) anos ininterruptos, observado o limite de 140 (cento e quarenta) beneficiários.

§ 2º Aos beneficiários, nos termos desta Lei, fica assegurada a participação no FASEFAZ nas seguintes hipóteses:

I - férias;

II - convocação para júri e outros serviços obrigatórios por lei;

III - licença para tratamento de saúde;

IV - licença-prêmio;

V - frequência, como docente ou discente, em curso de interesse da Administração Fazendária;

VI - licença à gestante e licença-paternidade;

VII - licença para desempenho de mandato em entidade de representação classista da categoria a que pertence o beneficiário do Fundo;

VIII - afastamento por motivo de casamento ou de falecimento do cônjuge, pais, filhos ou irmãos;

IX - licença para adoção;

X - licença por motivo de doença em pessoa da família; e

XI - participação em comissão de processo administrativo disciplinar.

Art. 2º Para efeito do disposto no art. 1º, na apuração do valor das multas que integram a receita do FAAF, será considerado o efetivo ingresso ocorrido no mês imediatamente anterior ao da transferência correspondente.

Art. 3º O Fundo instituído por esta Lei será gerido pela Superintendência Administrativa e Financeira - SAFI, da Secretaria da Fazenda.

Art. 4º As importâncias percebidas pelos beneficiários do referido Fundo, nos termos desta Lei, não serão consideradas para fins de qualquer vantagem ou indenização, nem serão incorporadas aos proventos da aposentadoria.

Art. 5º O Poder Executivo, mediante decreto, regulamentará esta Lei no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da sua publicação.

Art. 6º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 20 de maio de 2014.

JOÃO SOARES LYRA NETO
Governador do Estado

Às 1ª , 2ª e 3ª Comissões.

MENSAGEM Nº 87/2014

Recife, 20 de maio de 2014.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar, para apreciação dessa Augusta Casa, o anexo Projeto de Lei que autoriza a supressão de segmentos de vegetação em Áreas de Preservação Permanente que especifica.

A supressão de vegetação de que trata a proposição ora encaminhada tem por finalidade viabilizar a implantação dos Parques Eólicos Ventos de Santa Brígida I, II, III, IV, V, VI e VII, nos Municípios de Caetés, Pedra e Paranatama, neste Estado.

A autorização para supressão de segmentos de vegetação de que trata esta Lei fica condicionada à compensação das vegetações suprimidas, com a preservação ou recuperação de ecossistemas semelhantes, em áreas no mínimo correspondentes às degradadas, nos termos do § 2º do art. 8º da Lei nº 11.206, de 31 de março de 1995.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa na apreciação da matéria que ora submeto à sua consideração, solicito a observância do regime de urgência de que trata o art. 21 da Constituição Estadual na tramitação do anexo Projeto de Lei.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência e aos seus dignos Pares protestos de elevado apreço e consideração.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 20 de maio de 2014.

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco, nos termos do art. 118, inciso I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, os Deputados BETINHO GOMES, DIOGO MORAES, ERIBERTO MEDEIROS, HENRIQUE QUEIROZ, LEONARDO DIAS, SÉRGIO LEITE, TONY GEL e WALDEMAR BORGES, membros titulares, e, na ausência destes, os suplentes: ALBERTO FEITOSA, GUSTAVO NEGROMONTE, ISALTINO NASCIMENTO, JÚLIO CAVALCANTI, MARY GOUVEIA, MAVIAEL CAVALCANTI, RAQUEL LYRA, RODRIGO NOVAES e TEREZINHA NUNES, para comparecerem à reunião deste Colegiado, a ser realizada às 10 (dez) horas do dia 21 (vinte e um) de maio de 2014 (quarta-feira), no Plenarinho III, localizado no segundo andar do Anexo I desta Assembleia Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho.

DISCUSSÃO DE PROJETOS:

I) PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR:

- Projeto de Lei Complementar nº 1925/2014, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Dispõe sobre a estruturação da carreira e a remuneração dos ocupantes do cargo de Advogado da Fundação Universidade de Pernambuco - UPE.)
Regime de urgência
Relator: Deputado Rodrigo Novaes
- Projeto de Lei Complementar nº 1928/2014, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Faculta a transferência de vínculo empregatício dos empregados públicos que indica.)
Regime de urgência
Relator: Deputado Rodrigo Novaes

II) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:

- Projeto de Lei Ordinária nº 1920/2014, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder o direito de uso do imóvel que indica.)
Relator: Deputado Eriberto Medeiros

RECIFE, 20 DE maio DE 2014.

DEPUTADO CLODOALDO MAGALHÃES
PRESIDENTE DA CFOT

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

REUNIÃO ORDINÁRIA

Convoco nos termos do artigo 118, inciso I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, os Deputados titulares: ÂNGELO FERREIRA (PSB), EDUARDO PORTO (PSDB), ISALTINO NASCIMENTO (PSB), MAVIAEL CAVALCANTI (DEM) , PEDRO SERAFIM NETO (PDT) e RODRIGO NOVAES (PSD), os Deputados suplentes: ANDRÉ CAMPOS (PSB), ALBERTO FEITOSA (PR), BETINHO GOMES (PSDB), BOTAFOGO FILHO (PDT), GUSTAVO NEGROMONTE (PMDB), MARCANTÔNIO DOURADO (PSB), e TONY GEL (PMDB), para se fazerem presentes à Reunião Ordinária a ser realizada às 11h (onze horas) , do dia 21 de maio de 2014, no Plenarinho II, localizado no 5º andar, do Anexo I desta Casa Legislativa – Edifício Senador Nilo Coelho.

DISTRIBUIÇÃO

I) PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR:

- Projeto de Lei Complementar nº 2002/2014, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Altera o parágrafo único e cria o § 2º do art. 41, da Lei Complementar nº 134 de 23 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a carreira de Praças e o Quadro de Oficiais de Administração nas Corporações Militares Estaduais, sobre o Quadro de Especialistas da Polícia Militar de Pernambuco PMPE, e dá outras providências.

II) PROJETO DE LEI ORDINÁRIA:

- Projeto de Lei Ordinária nº 2003/2014, de autoria da Deputada Laura Gomes (Ementa: Institui o dia “D” do Projeto Saúde e Prevenção nas escolas)
- Projeto de Lei Ordinária nº 2004/2014, de autoria do Deputado Cabral (Ementa: Determina inclusão de dados no Portal da Transparência e dá outras providências).
- Projeto de Lei Ordinária nº 2005/2014, de autoria do Deputado Cabral (Ementa: Determina a inclusão de material de proteção específico em fardamento e dá outras providências).
- Projeto de Lei Ordinária nº 2006/2014, de autoria do Deputado Rodrigo Novaes (Ementa: Institui mecanismo de controle do patrimônio público do Estado Pernambuco, dispondo sobre provisões de encargos trabalhistas a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, no âmbito dos Poderes Públicos do estado de Pernambuco.)
- Projeto de Lei Ordinária nº 2007/2014, de autoria da Deputada Laura Gomes (Ementa: Denomina a estrada vicinal, que liga o Distrito de São Pedro à sede do município de Garanhuns/PE de Rodovia AMILCAR DA MOTA VALENÇA.)

DISCUSSÃO

I) PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR:

- Projeto de Lei Complementar nº 1925/2014, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Dispõe sobre a estruturação da carreira e a remuneração dos ocupantes do cargo de Advogado da Fundação Universidade de Pernambuco - UPE.)
Regime de urgência
Relator: Deputado Isaltino Nascimento
- Projeto de Lei Complementar nº 1928/2014, de autoria do Poder Executivo (Ementa: Faculta a transferência de vínculo empregatício dos empregados públicos que indica.)
Regime de urgência
Relator: Deputado Ângelo Ferreira

II) PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA:

- Projeto de Lei Ordinária nº 1828/2014, de autoria do Deputado Isaltino Nascimento (Ementa: Modifica a Lei nº 14.125 de 24 de agosto de 2010.)
Relator: Deputado Alberto Feitosa
- Projeto de Lei Ordinária nº 1915/2014, de autoria do Deputado Pedro Serafim Neto (Ementa: Institui o Dia Estadual do Agente de Defesa Civil do Estado de Pernambuco, a ser comemorado anualmente no dia 15 de junho.)
Relator: Deputado Rodrigo Novaes

III) EMENDAS, SUBEMENDAS E SUBSTITUTIVOS:

- Substitutivo nº 01/2014 de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Estabelece normas para prevenção de acidentes com morte e outros, em piscinas públicas e dá outras providencias.) ao Projeto de Lei Ordinária nº1787/2014, de autoria do Deputado Ricardo Costa.
Relator: Deputado Tony Gel
- Substitutivo nº 01/2014 de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (Ementa: Introduz alterações na Lei Estadual nº 12.098, de 6 de novembro de 2001, que proíbe a fabricação, venda e comercialização no Estado de Pernambuco de brinquedo que tenha formato, característica e/ou cor semelhante as armas verdadeiras, e dá outras providências.) ao Projeto de Lei Ordinária nº1789/2014, de autoria da Deputada Terezinha Nunes.
Relator: Deputado Mavíael Cavalcanti

RECIFE, 20 DE maio DE 2014.

RAIMUNDO PIMENTEL
PRESIDENTE

JOÃO SOARES LYRA NETO

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor

Deputado GUILHERME UCHÔA

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

NESTA

Projeto de Lei Ordinária N° 2011/2014

Ementa: Autoriza supressão de segmentos de vegetação de preservação permanente nas áreas que especifica.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a supressão de segmentos de vegetação de preservação permanente, compostos de vegetação secundária de caatinga arbustiva e subarbustiva, de acordo com o inciso I do § 1º do art. 8º da Lei nº 11.206, de 31 de março de 1995, localizados em Áreas de Preservação Permanente - APP de altitude superior a 750 (setecentos e cinquenta) metros, com as seguintes dimensões:

I - 34,53 ha (trinta e quatro hectares e cinquenta e três ares), individualizada conforme Memorial Descritivo constante do Anexo I;

II - 12,91 ha (doze hectares e noventa e um ares), individualizada conforme Memorial Descritivo constante do Anexo II;

III - 34,77 ha (trinta e quatro hectares e setenta e sete ares), individualizada conforme Memorial Descritivo constante do Anexo III;

IV - 76,40 ha (setenta e seis hectares e quarenta ares), individualizada conforme Memorial Descritivo constante do Anexo IV;

V - 51,97 ha (cinquenta e um hectares e noventa e sete ares), individualizada conforme Memorial Descritivo constante do Anexo V;

VI - 45,2525 ha (quarenta e cinco hectares vinte e cinco ares e vinte e cinco centiares), individualizada conforme Memorial Descritivo constante do Anexo VI; e

VII - 43,8955 ha (quarenta e três hectares oitenta e nove ares e cinquenta e cinco centiares), individualizada conforme Memorial Descritivo constante do Anexo VII.

Parágrafo único. As autorizações de que trata o *caput* têm por finalidade viabilizar a implantação dos seguintes empreendimentos:

I - Parque Eólico Ventos de Santa Brígida I, sob responsabilidade da Ventos de Santa Brígida I Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 17.875.304/0001-03, no Município de Caetés, neste Estado, cuja área corresponde a especificada no inciso I do *caput*;

II - Parque Eólico Ventos de Santa Brígida II, sob responsabilidade da Ventos de Santa Brígida II Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 17.875.194/0001-71, no Município de Caetés, neste Estado, cuja área corresponde a especificada no inciso II do *caput*;

III - Parque Eólico Ventos de Santa Brígida III, sob responsabilidade da Ventos de Santa Brígida III Energias Renováveis S.A. , inscrita no CNPJ sob o nº 17.875.184/0001-36, nos Municípios de Pedra e Paranatama, neste Estado, cuja área corresponde à especificada no inciso III do *caput*;

IV - Parque Eólico Ventos de Santa Brígida IV, sob responsabilidade da Ventos de Santa Brígida IV Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 17.875.122/0001-24, nos Municípios de Caetés e Paranatama, neste Estado, cuja área corresponde a especificada no inciso IV do *caput*;

V - Parque Eólico Ventos de Santa Brígida V, sob responsabilidade da Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 17.875.103/0001-06, no Município de Paranatama, neste Estado, cuja área corresponde a especificada no inciso V do *caput*;

VI - Parque Eólico Ventos de Santa Brígida VI, sob responsabilidade da Ventos de Santa Brígida VI Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 17.875.341/0001-03, nos Municípios de Caetés e Paranatama, neste Estado, cuja área corresponde a especificada no inciso VI do *caput*; e

VII - Parque Eólico Ventos de Santa Brígida VII, sob responsabilidade da Ventos de Santa Brígida VII Energias Renováveis S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 17.875.270/0001-49, nos Municípios de Caetés e Paranatama, neste Estado, cuja área corresponde a especificada no inciso VII do *caput*.

Art. 2º As autorizações para supressão das vegetações de que trata esta Lei ficam condicionadas à compensação das vegetações suprimidas, com a preservação ou recuperação de ecossistemas semelhantes, em áreas a serem acordadas com a Agência Estadual do Meio Ambiente - CPRH.

Art. 3º A execução de qualquer obra ou serviço nos locais onde haverá supressão de vegetação permanente somente será iniciada depois de ultimado o licenciamento por parte da CPRH, que acompanhará todas as fases técnicas da obra.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO I

MEMORIAL DESCRITIVO

| Área I - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 34,53 ha ou 345.300 m² | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------|-------|------------|-----------|
| APP | PONTO | N | E |
| I | 1 | 9025135,42 | 746839,53 |
| | 2 | 9025129,01 | 746756,20 |
| | 3 | 9025022,44 | 746599,28 |
| | 4 | 9024915,94 | 746544,03 |
| | 5 | 9024851,60 | 746555,18 |
| | 6 | 9024824,29 | 746397,53 |
| | 7 | 9024879,98 | 746387,88 |
| | 8 | 9024976,03 | 746423,98 |
| | 9 | 9024983,70 | 746468,27 |
| | 10 | 9025016,00 | 746481,06 |
| | 11 | 9025041,97 | 746504,13 |
| | 12 | 9025073,61 | 746482,56 |
| | 13 | 9025166,39 | 746526,38 |
| | 14 | 9025198,24 | 746573,07 |
| | 15 | 9025123,88 | 746623,78 |
| | 16 | 9025193,48 | 746728,88 |
| | 17 | 9025201,00 | 746755,80 |
| | 18 | 9025203,87 | 746806,70 |
| | 19 | 9025135,42 | 746839,53 |
| | 20 | 9024486,82 | 744988,80 |
| | 21 | 9024485,51 | 745034,93 |
| | 22 | 9024481,04 | 745052,31 |
| | 23 | 9024463,26 | 745081,94 |
| | 24 | 9024447,99 | 745126,42 |
| | 25 | 9024433,80 | 745153,94 |
| | 26 | 9024426,55 | 745147,75 |
| | 27 | 9024399,20 | 745179,08 |
| | 28 | 9024373,69 | 745177,18 |
| | 29 | 9024369,55 | 745217,00 |
| | 30 | 9024357,53 | 745246,42 |
| | 31 | 9024287,35 | 745324,77 |
| | 32 | 9024248,66 | 745382,79 |
| | 33 | 9024198,79 | 745575,17 |
| | 34 | 9024199,21 | 745590,60 |
| | 35 | 9024204,53 | 745600,80 |
| | 36 | 9024213,06 | 745608,11 |
| | 37 | 9024273,98 | 745625,31 |
| | 38 | 9024293,83 | 745637,88 |

| | | | |
|---|----|------------|-----------|
| I | 39 | 9024310,20 | 745654,74 |
| | 40 | 9024499,18 | 745982,95 |
| | 41 | 9024633,82 | 746061,06 |
| | 42 | 9024661,27 | 746087,14 |
| | 43 | 9024675,76 | 746116,80 |
| | 44 | 9024711,13 | 746256,08 |
| | 45 | 9024713,60 | 746279,84 |
| | 46 | 9024710,44 | 746303,24 |
| | 47 | 9024767,74 | 746277,74 |
| | 48 | 9024790,72 | 746329,37 |
| | 49 | 9024779,21 | 746431,34 |
| | 50 | 9024744,47 | 746446,80 |
| | 51 | 9024770,14 | 746505,59 |
| | 52 | 9024936,41 | 747017,92 |
| | 53 | 9024950,59 | 747141,90 |
| | 54 | 9025219,01 | 747696,94 |
| | 55 | 9025441,01 | 748166,07 |
| | 56 | 9025422,41 | 748144,79 |
| | 57 | 9025296,88 | 747957,64 |
| | 58 | 9025059,20 | 747455,12 |
| | 59 | 9024989,97 | 747316,74 |
| | 60 | 9024924,85 | 747208,15 |
| | 61 | 9024703,40 | 746526,70 |
| | 62 | 9024634,12 | 746368,93 |
| | 63 | 9024630,51 | 746330,53 |
| | 64 | 9024643,41 | 746274,74 |
| | 65 | 9024606,61 | 746131,62 |
| | 66 | 9024596,08 | 746120,01 |
| | 67 | 9024469,27 | 746048,01 |
| | 68 | 9024447,30 | 746029,94 |
| | 69 | 9024434,66 | 746012,71 |
| | 70 | 9024254,78 | 745697,50 |
| | 71 | 9024241,93 | 745687,65 |
| | 72 | 9024196,22 | 745676,91 |
| | 73 | 9024169,94 | 745663,52 |
| | 74 | 9024146,57 | 745640,15 |
| | 75 | 9024132,09 | 745610,45 |
| | 76 | 9024128,08 | 745586,62 |
| | 77 | 9024129,92 | 745562,52 |
| | 78 | 9024182,30 | 745360,07 |
| | 79 | 9024191,32 | 745342,11 |
| | 80 | 9024231,64 | 745282,53 |
| | 81 | 9024297,81 | 745209,91 |
| | 82 | 9024301,86 | 745198,41 |
| | 83 | 9024304,97 | 745157,36 |
| | 84 | 9024255,55 | 745150,49 |
| | 85 | 9024216,47 | 745119,58 |
| | 86 | 9024089,83 | 745110,64 |
| | 87 | 9024055,76 | 745136,52 |
| | 88 | 9023999,64 | 745143,20 |
| | 89 | 9023980,71 | 744984,33 |
| | 90 | 9024100,15 | 744970,12 |
| | 91 | 9024122,63 | 744970,47 |
| | 92 | 9024347,29 | 745002,20 |
| | 93 | 9024376,37 | 745014,35 |
| | 94 | 9024407,22 | 745039,17 |
| | 95 | 9024465,68 | 744970,74 |
| | 96 | 9024486,82 | 744988,80 |

OBSERVAÇÃO: COORDENADAS UTM SIRGAS 2000

ANEXO II

MEMORIAL DESCRITIVO

Área I - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 6,86 ha ou 68.600 m²

| APP | PONTO | N | E |
|--------|-------|------------|-----------|
| Área I | 1 | 9026501,63 | 749194,01 |
| | 2 | 9026479,44 | 749124,34 |
| | 3 | 9026458,36 | 748995,58 |
| | 4 | 9026483,23 | 748966,77 |
| | 5 | 9026526,01 | 749003,70 |
| | 6 | 9026559,04 | 749100,85 |
| | 7 | 9026534,19 | 749129,65 |
| | 8 | 9026585,12 | 749173,38 |
| | 9 | 9026596,14 | 749178,17 |
| | 10 | 9026618,91 | 749091,10 |
| | 11 | 9026673,59 | 749105,40 |
| | 12 | 9026746,04 | 749178,06 |
| | 13 | 9026736,39 | 749214,97 |
| | 14 | 9026766,60 | 749226,74 |
| | 15 | 9026795,24 | 749249,86 |
| | 16 | 9026875,46 | 749160,61 |
| | 17 | 9026923,56 | 749203,84 |
| | 18 | 9026951,76 | 749292,62 |
| | 19 | 9026856,29 | 749398,85 |
| | 20 | 9026730,66 | 749286,81 |
| | 21 | 9026564,70 | 749241,44 |
| | 22 | 9026542,25 | 749228,76 |
| | 23 | 9026501,63 | 749194,01 |

Área II - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 3,16 ou 31.600 m²

| APP | PONTO | N | E |
|---------|-------|------------|-----------|
| Área II | 1 | 9025733,30 | 749011,69 |
| | 2 | 9025733,30 | 748927,68 |
| | 3 | 9025596,73 | 748706,90 |
| | 4 | 9025586,36 | 748683,03 |
| | 5 | 9025582,73 | 748662,50 |
| | 6 | 9025569,29 | 748436,91 |
| | 7 | 9025649,56 | 748607,20 |
| | 8 | 9025652,99 | 748664,81 |
| | 9 | 9025666,84 | 748687,19 |
| | 10 | 9025676,16 | 748663,80 |
| | 11 | 9025749,16 | 748822,69 |
| | 12 | 9025762,73 | 748935,49 |
| | 13 | 9025753,31 | 748968,18 |
| | 14 | 9025733,30 | 749011,69 |

Área III- APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 1,72ha ou 17.200 m²

| APP | PONTO | N | E |
|----------|-------|------------|-----------|
| Área III | 1 | 9024656,31 | 748653,39 |
| | 2 | 9024643,40 | 748634,24 |
| | 3 | 9024548,21 | 748523,78 |
| | 4 | 9024530,10 | 748490,74 |
| | 5 | 9024519,05 | 748454,71 |
| | 6 | 9024589,71 | 748449,50 |
| | 7 | 9024597,63 | 748470,12 |
| | 8 | 9024609,34 | 748488,85 |

| | | | | | | |
|---------|-----------------------------------------------------------------------------|------------|-----------|-----------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|------------|
| | 9 | 9024707,50 | 748603,07 | 96 | 9021168,20 | 745153,83 |
| | 10 | 9024730,74 | 748650,03 | 97 | 9021155,00 | 745125,88 |
| | 11 | 9024656,31 | 748653,39 | 98 | 9021101,98 | 744870,23 |
| | | | | 99 | 9021095,20 | 744856,90 |
| | Área IV - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 1,17 ha ou 11.700 m² | | | 100 | 9021076,49 | 744846,97 |
| APP | PONTO | N | E | 101 | 9020966,40 | 744845,01 |
| Área IV | 1 | 9023562,72 | 749233,36 | 102 | 9020930,56 | 744835,28 |
| | 2 | 9023553,79 | 749226,80 | 103 | 9020911,48 | 744823,18 |
| | 3 | 9023513,88 | 749212,45 | 104 | 9020790,29 | 744722,47 |
| | 4 | 9023479,63 | 749125,81 | 105 | 9020770,24 | 744699,43 |
| | 5 | 9023579,35 | 749161,63 | 106 | 9020756,85 | 744666,20 |
| | 6 | 9023602,18 | 749174,91 | 107 | 9020756,04 | 744630,38 |
| | 7 | 9023651,85 | 749119,79 | 108 | 9020764,37 | 744603,37 |
| | 8 | 9023668,26 | 749207,81 | 109 | 9020799,00 | 744539,41 |
| | 9 | 9023562,72 | 749233,36 | 110 | 9020799,35 | 744518,63 |
| | | | | 111 | 9020691,57 | 744366,41 |
| | OBSERVAÇÃO: COORDENADAS UTM SIRGAS 2000 | | | 112 | 9020647,36 | 744256,92 |
| | | | | 113 | 9020594,07 | 744189,54 |
| | ANEXO III | | | 114 | 9020579,49 | 744155,16 |
| | | | | 115 | 9020577,47 | 744126,93 |
| | MEMORIAL DESCRITIVO | | | 116 | 9020599,98 | 743914,31 |
| | | | | 117 | 9020598,09 | 743900,75 |
| | Área I - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 34,77 ha ou 347.700 m² | | | 118 | 9020551,99 | 743822,44 |
| APP | PONTO | N | E | 119 | 9020429,10 | 743813,42 |
| Área I | 1 | 9020429,10 | 743813,42 | | OBSERVAÇÃO: COORDENADAS UTM SIRGAS 2000 | |
| | 2 | 9020382,35 | 743781,06 | | | |
| | 3 | 9020290,74 | 743767,67 | | ANEXO IV | |
| | 4 | 9020256,00 | 743754,41 | | | |
| | 5 | 9020245,03 | 743749,47 | | MEMORIAL DESCRITIVO | |
| | 6 | 9020202,37 | 743718,42 | | | |
| | 7 | 9020247,99 | 743731,96 | Área I - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 76,40 ha ou 764.000 m² | PONTO | N |
| | 8 | 9020294,60 | 743736,92 | APP | 1 | 9021706,99 |
| | 9 | 9020446,94 | 743730,36 | Área I | 2 | 9021684,04 |
| | 10 | 9020464,35 | 743722,98 | | 3 | 9021683,04 |
| | 11 | 9020473,81 | 743706,98 | | 4 | 9021673,90 |
| | 12 | 9020472,17 | 743688,80 | | 5 | 9021672,11 |
| | 13 | 9020391,68 | 743553,36 | | 6 | 9021618,53 |
| | 14 | 9020383,30 | 743545,91 | | 7 | 9021550,69 |
| | 15 | 9020318,56 | 743509,71 | | 8 | 9021594,85 |
| | 16 | 9020274,65 | 743588,27 | | 9 | 9021669,63 |
| | 17 | 9020225,32 | 743560,70 | | 10 | 9021681,88 |
| | 18 | 9020173,44 | 743472,17 | | 11 | 9021727,27 |
| | 19 | 9020191,99 | 743438,97 | | 12 | 9021596,69 |
| | 20 | 9020134,99 | 743405,60 | | 13 | 9021596,92 |
| | 21 | 9020119,50 | 743390,24 | | 14 | 9021635,97 |
| | 22 | 9020107,86 | 743372,19 | | 15 | 9021651,90 |
| | 23 | 9020028,59 | 743414,89 | | 16 | 9021726,44 |
| | 24 | 9020001,78 | 743365,13 | | 17 | 9021748,26 |
| | 25 | 9020005,57 | 743262,59 | | 18 | 9021772,00 |
| | 26 | 9020100,68 | 743211,36 | | 19 | 9021797,53 |
| | 27 | 9020177,44 | 743349,87 | | 20 | 9021935,34 |
| | 28 | 9020400,07 | 743475,07 | | 21 | 9021948,45 |
| | 29 | 9020497,17 | 743417,31 | | 22 | 9022022,66 |
| | 30 | 9020526,07 | 743465,89 | | 23 | 9022069,06 |
| | 31 | 9020526,64 | 743568,50 | | 24 | 9022074,75 |
| | 32 | 9020493,95 | 743587,94 | | 25 | 9022069,39 |
| | 33 | 9020510,05 | 743614,85 | | 26 | 9021918,32 |
| | 34 | 9020518,38 | 743622,86 | | 27 | 9021817,07 |
| | 35 | 9020562,18 | 743610,22 | | 28 | 9021806,99 |
| | 36 | 9020606,70 | 743461,13 | | 29 | 9021753,99 |
| | 37 | 9020710,22 | 743492,04 | | 30 | 9021698,40 |
| | 38 | 9020734,69 | 743591,70 | | 31 | 9021901,06 |
| | 39 | 9020718,52 | 743645,85 | | 32 | 9021922,01 |
| | 40 | 9020632,28 | 743620,10 | | 33 | 9021943,43 |
| | 41 | 9020596,05 | 743741,43 | | 34 | 9021973,98 |
| | 42 | 9020595,16 | 743753,03 | | 35 | 9022000,79 |
| | 43 | 9020598,82 | 743764,23 | | 36 | 9022117,04 |
| | 44 | 9020659,15 | 743866,07 | | 37 | 9022135,60 |
| | 45 | 9020669,17 | 743897,92 | | 38 | 9022170,20 |
| | 46 | 9020669,69 | 743920,71 | | 39 | 9022254,19 |
| | 47 | 9020647,32 | 744131,62 | | 40 | 9022277,63 |
| | 48 | 9020649,76 | 744146,07 | | 41 | 9022206,23 |
| | 49 | 9020708,44 | 744222,70 | | 42 | 9022219,96 |
| | 50 | 9020751,73 | 744330,60 | | 43 | 9022225,80 |
| | 51 | 9020857,96 | 744479,09 | | 44 | 9022185,98 |
| | 52 | 9020868,50 | 744506,14 | | 45 | 9022102,86 |
| | 53 | 9020870,82 | 744535,07 | | 46 | 9022097,06 |
| | 54 | 9020958,29 | 744582,25 | | 47 | 9022101,66 |
| | 55 | 9020931,46 | 744631,99 | | 48 | 9022327,56 |
| | 56 | 9020850,22 | 744681,26 | | 49 | 9022338,21 |
| | 57 | 9020956,03 | 744769,17 | | 50 | 9022351,46 |
| | 58 | 9020957,23 | 744685,07 | | 51 | 9022336,97 |
| | 59 | 9021013,74 | 744685,87 | | 52 | 9022392,75 |
| | 60 | 9021101,48 | 744739,09 | | 53 | 9022488,46 |
| | 61 | 9021100,88 | 744780,79 | | 54 | 9022494,76 |
| | 62 | 9021131,47 | 744795,83 | | 55 | 9022517,33 |
| | 63 | 9021154,89 | 744819,78 | | 56 | 9022538,89 |
| | 64 | 9021167,88 | 744846,09 | | 57 | 9022558,32 |
| | 65 | 9021177,76 | 744891,17 | | 58 | 9022574,63 |
| | 66 | 9021265,91 | 744873,00 | | 59 | 9022662,72 |
| | 67 | 9021277,32 | 744928,36 | | 60 | 9022681,77 |
| | 68 | 9021244,28 | 745025,51 | | 61 | 9022662,67 |
| | 69 | 9021207,03 | 745033,18 | | 62 | 9022633,80 |
| | 70 | 9021222,16 | 745106,13 | | 63 | 9022652,84 |
| | 71 | 9021233,44 | 745122,04 | | 64 | 9022701,07 |
| | 72 | 9021245,73 | 745127,21 | | 65 | 9022713,27 |
| | 73 | 9021304,02 | 745134,65 | | 66 | 9022708,98 |
| | 74 | 9021315,36 | 745045,37 | | 67 | 9022765,43 |
| | 75 | 9021371,43 | 745052,49 | | 68 | 9022856,29 |
| | 76 | 9021452,66 | 745115,19 | | 69 | 9022861,44 |
| | 77 | 9021447,56 | 745155,37 | | 70 | 9022772,31 |
| | 78 | 9021472,50 | 745168,69 | | 71 | 9022740,99 |
| | 79 | 9021493,03 | 745188,88 | | 72 | 9022739,23 |
| | 80 | 9021505,64 | 745210,77 | | 73 | 9022819,16 |
| | 81 | 9021518,07 | 745248,36 | | 74 | 9022831,31 |
| | 82 | 9021603,78 | 745220,92 | | 75 | 9022846,25 |
| | 83 | 9021621,01 | 745274,75 | | 76 | 9022913,82 |
| | 84 | 9021598,50 | 745374,86 | | 77 | 9022930,08 |
| | 85 | 9021562,28 | 745386,46 | | 78 | 9022939,97 |
| | 86 | 9021573,44 | 745411,83 | | 79 | 9022943,09 |
| | 87 | 9021583,18 | 745418,76 | | 80 | 9022939,54 |
| | 88 | 9021594,85 | 745421,33 | | 81 | 9022855,32 |
| | 89 | 9021550,69 | 745579,82 | | 82 | 9022930,94 |
| | 90 | 9021441,89 | 745240,02 | | 83 | 9022964,37 |
| | 91 | 9021435,82 | 745229,43 | | 84 | 9022973,12 |
| | 92 | 9021418,28 | 745219,75 | | 85 | 9022999,47 |
| | 93 | 9021229,51 | 745195,35 | | 86 | 9022994,95 |
| | 94 | 9021208,03 | 745187,99 | | 87 | 9023080,45 |
| | 95 | 9021188,76 | 745175,98 | | | |

| | | | | | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------|-------|------------|-----------|------------------|------------------------------------------------------------------------------|------------|-----------|
| | 88 | 9023089,80 | 745268,38 | | 2 | 9021075,10 | 747065,46 |
| | 89 | 9023191,54 | 745341,80 | | 3 | 9021166,33 | 746968,63 |
| | 90 | 9023193,69 | 745373,00 | | 4 | 9021202,94 | 746973,51 |
| | 91 | 9023170,40 | 745388,92 | | 5 | 9021111,69 | 747070,37 |
| | 92 | 9023243,10 | 745413,03 | | | | |
| | 93 | 9023251,66 | 745387,21 | | Área V - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 0,63 ha ou 6.300 m² | | |
| | 94 | 9023270,91 | 745403,41 | APP Área V | PONTO | N | E |
| | 95 | 9023296,85 | 745443,13 | | 1 | 9020525,15 | 747857,22 |
| | 96 | 9023314,10 | 745486,90 | | 2 | 9020516,64 | 747787,99 |
| | 97 | 9023315,12 | 745510,65 | | 3 | 9020571,90 | 747622,52 |
| | 98 | 9023130,85 | 745448,72 | | 4 | 9020603,29 | 747623,22 |
| | 99 | 9023103,51 | 745429,41 | | 5 | 9020525,15 | 747857,22 |
| | 100 | 9023079,52 | 745397,44 | | | | |
| | 101 | 9023026,53 | 745402,11 | | Área VI - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 20,60 ha ou 206.000 m² | | |
| | 102 | 9023055,10 | 745512,66 | APP Área VI | PONTO | N | E |
| | 103 | 9023051,36 | 745546,49 | | 1 | 9020852,87 | 749451,27 |
| | 104 | 9023036,48 | 745577,11 | | 2 | 9020654,32 | 749425,71 |
| | 105 | 9023020,56 | 745594,49 | | 3 | 9019967,83 | 749254,98 |
| | 106 | 9023001,02 | 745607,66 | | 4 | 9019483,96 | 749141,51 |
| | 107 | 9022835,97 | 745673,60 | | 5 | 9019484,32 | 749129,50 |
| | 108 | 9022821,68 | 745686,84 | | 6 | 9019514,04 | 749125,34 |
| | 109 | 9022818,58 | 745695,78 | | 7 | 9019528,88 | 749035,40 |
| | 110 | 9022852,24 | 745823,28 | | 8 | 9019584,65 | 749044,60 |
| | 111 | 9022854,79 | 745850,13 | | 9 | 9019663,49 | 749110,28 |
| | 112 | 9022798,37 | 746264,65 | | 10 | 9019657,30 | 749147,81 |
| | 113 | 9022802,10 | 746276,70 | | 11 | 9019714,23 | 749157,20 |
| | 114 | 9022810,32 | 746286,05 | | 12 | 9019728,88 | 749068,40 |
| | 115 | 9022878,82 | 746324,90 | | 13 | 9019784,65 | 749077,60 |
| | 116 | 9022800,32 | 746464,32 | | 14 | 9019863,49 | 749143,28 |
| | 117 | 9022751,07 | 746436,59 | | 15 | 9019857,30 | 749180,81 |
| | 118 | 9022699,46 | 746347,90 | | 16 | 9019912,46 | 749189,91 |
| | 119 | 9022732,19 | 746289,78 | | 17 | 9019931,38 | 749101,13 |
| | 120 | 9022729,19 | 746275,66 | | 18 | 9019986,66 | 749112,91 |
| | 121 | 9022684,68 | 746250,60 | | 19 | 9020052,09 | 749172,79 |
| | 122 | 9022662,53 | 746322,72 | | 20 | 9020258,68 | 748549,43 |
| | 123 | 9022562,70 | 746346,43 | | 21 | 9020254,31 | 748533,70 |
| | 124 | 9022508,67 | 746329,84 | | 22 | 9020242,35 | 748522,58 |
| | 125 | 9022547,25 | 746206,22 | | 23 | 9020053,42 | 748444,01 |
| | 126 | 9022469,13 | 746234,35 | | 24 | 9020096,85 | 748455,40 |
| | 127 | 9022448,30 | 746277,86 | | 25 | 9020328,60 | 748545,28 |
| | 128 | 9022332,48 | 746221,69 | | 26 | 9020323,84 | 748580,00 |
| | 129 | 9022310,21 | 746202,64 | | 27 | 9020135,30 | 749144,60 |
| | 130 | 9022260,51 | 746138,92 | | 28 | 9020183,66 | 749154,91 |
| | 131 | 9022148,80 | 746076,59 | | 29 | 9020259,36 | 749224,19 |
| | 132 | 9022130,49 | 746062,80 | | 30 | 9020251,46 | 749261,25 |
| | 133 | 9022117,20 | 746047,27 | | 31 | 9020307,92 | 749269,29 |
| | 134 | 9022064,31 | 745967,18 | | 32 | 9020329,24 | 749181,82 |
| | 135 | 9021886,16 | 745857,75 | | 33 | 9020384,15 | 749195,20 |
| | 136 | 9021869,61 | 745844,72 | | 34 | 9020457,81 | 749266,64 |
| | 137 | 9021851,93 | 745821,56 | | 35 | 9020448,81 | 749303,59 |
| | 138 | 9021780,83 | 745684,04 | | 36 | 9020504,93 | 749317,26 |
| | 139 | 9021769,99 | 745673,18 | | 37 | 9020526,24 | 749229,82 |
| | 140 | 9021759,18 | 745669,41 | | 38 | 9020581,15 | 749243,20 |
| | 141 | 9021747,96 | 745669,92 | | 39 | 9020654,81 | 749314,64 |
| | 142 | 9021689,34 | 745700,03 | | 40 | 9020645,81 | 749351,59 |
| | 143 | 9021678,14 | 745768,41 | | 41 | 9020671,75 | 749357,91 |
| | 144 | 9021706,99 | 745828,76 | | 42 | 9020702,02 | 749361,72 |
| OBSERVAÇÃO: COORDENADAS UTM SIRGAS 2000 | | | | | 43 | 9020713,26 | 749272,43 |
| | | | | | 44 | 9020769,34 | 749279,49 |
| ANEXO V | | | | | 45 | 9020850,63 | 749342,10 |
| MEMORIAL DESCRITIVO | | | | | 46 | 9020845,88 | 749379,84 |
| | | | | | 47 | 9020869,97 | 749383,18 |
| | | | | | 48 | 9020852,87 | 749451,27 |
| Área I - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 7,74 ha ou 77.400 m² | | | | | Área VII - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 0,41 ha ou 4.100 m² | | |
| APP Área I | PONTO | N | E | APP Área VII | PONTO | N | E |
| | 1 | 9018990,20 | 749104,90 | | 1 | 9020330,33 | 748440,62 |
| | 2 | 9019006,97 | 749121,92 | | 2 | 9020311,57 | 748433,66 |
| | 3 | 9019084,41 | 749259,21 | | 3 | 9020380,99 | 748225,78 |
| | 4 | 9019083,68 | 749246,37 | | 4 | 9020390,49 | 748260,46 |
| | 5 | 9019099,40 | 749215,73 | | 5 | 9020330,33 | 748440,62 |
| | 6 | 9019183,23 | 749300,81 | | | | |
| | 7 | 9019191,37 | 749334,42 | | Área VIII - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 0,59 ha ou 5.900 m² | | |
| | 8 | 9019251,11 | 749371,95 | APP Área VIII | PONTO | N | E |
| | 9 | 9019252,20 | 749379,89 | | 1 | 9020090,98 | 748280,78 |
| | 10 | 9019288,34 | 749395,33 | | 2 | 9020084,30 | 748258,63 |
| | 11 | 9019359,09 | 749439,77 | | 3 | 9020108,81 | 748274,43 |
| | 12 | 9019319,40 | 749517,85 | | 4 | 9020372,56 | 748195,03 |
| | 13 | 9019306,84 | 749533,92 | | 5 | 9020377,85 | 748214,33 |
| | 14 | 9019291,29 | 749547,11 | | 6 | 9020112,03 | 748294,34 |
| | 15 | 9019259,73 | 749561,46 | | 7 | 9020090,98 | 748280,78 |
| | 16 | 9019225,16 | 749564,18 | | 8 | 9020090,98 | 748280,78 |
| | 17 | 9019192,83 | 749555,43 | | | | |
| | 18 | 9019164,35 | 749535,67 | | Área IX - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 18,61 ha ou 186.100 m² | | |
| | 19 | 9019148,23 | 749514,81 | APP Área IX | PONTO | N | E |
| | 20 | 9019005,91 | 749262,52 | | 1 | 9019320,08 | 747870,07 |
| | 21 | 9018927,52 | 749306,74 | | 2 | 9019337,62 | 747817,53 |
| | 22 | 9018899,75 | 749257,51 | | 3 | 9019391,23 | 747835,42 |
| | 23 | 9018901,54 | 749154,91 | | 4 | 9019419,57 | 747867,89 |
| | 24 | 9018990,20 | 749104,90 | | 5 | 9019400,94 | 747810,37 |
| Área II - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 1,29 ha ou 12.900 m² | | | | | 6 | 9019370,39 | 747672,68 |
| APP Área II | PONTO | N | E | | 7 | 9019346,49 | 747602,43 |
| | 1 | 9022102,12 | 749306,94 | | 8 | 9019305,95 | 747651,14 |
| | 2 | 9022198,27 | 749283,74 | | 9 | 9019179,45 | 747757,99 |
| | 3 | 9022340,50 | 749204,00 | | 10 | 9019198,52 | 747765,20 |
| | 4 | 9022365,43 | 749212,42 | | 11 | 9019262,93 | 747845,08 |
| | 5 | 9022268,77 | 749310,77 | | 12 | 9019249,62 | 747880,32 |
| | 6 | 9022119,01 | 749359,98 | | 13 | 9019260,23 | 747884,17 |
| | 7 | 9022102,12 | 749306,94 | | 14 | 9019188,78 | 747911,89 |
| Área III - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 1,70 ha ou 17.000 m² | | | | | 15 | 9019194,28 | 747934,62 |
| APP Área III | PONTO | N | E | Área IX | 16 | 9019066,62 | 747886,42 |
| | 1 | 9021256,03 | 746917,16 | | 17 | 9019038,87 | 747809,89 |
| | 2 | 9021256,36 | 746873,07 | | 18 | 9019045,73 | 747803,71 |
| | 3 | 9021309,10 | 746817,09 | | 19 | 9019093,22 | 747821,64 |
| | 4 | 9021332,28 | 746861,76 | | 20 | 9019130,52 | 747785,27 |
| | 5 | 9021326,54 | 746867,84 | | 21 | 9019145,64 | 747745,23 |
| | 6 | 9021302,82 | 746962,42 | | 22 | 9019163,38 | 747751,93 |
| | 7 | 9021515,85 | 747193,47 | | 23 | 9019295,27 | 747640,54 |
| | 8 | 9021564,66 | 747293,18 | | 24 | 9019340,83 | 747585,78 |
| | 9 | 9021568,10 | 747357,07 | | 25 | 9019267,70 | 747370,86 |
| | 10 | 9021495,00 | 747207,74 | | 26 | 9019198,05 | 747213,64 |
| | 11 | 9021275,28 | 746969,43 | | 27 | 9019169,56 | 746864,07 |
| | 12 | 9021300,14 | 746870,35 | | 28 | 9019000,64 | 746519,54 |
| | 13 | 9021256,03 | 746917,16 | | 29 | 9018933,91 | 746301,47 |
| Área IV - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 0,40 ha ou 4.000 m² | | | | | 30 | 9018925,50 | 746291,00 |
| APP Área IV | PONTO | N | E | | 31 | 9018906,87 | 746280,13 |
| | 1 | 9021111,69 | 747070,37 | | 32 | 9018895,73 | 746300,02 |
| | | | | | 33 | 9018880,15 | 746184,99 |
| | | | | | 34 | 9018966,94 | 746234,56 |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-----------------|-------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|-----------|------------------|-------------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------------------------------------------------------------------|---------------|--------------------------------------------------------------------------|----------------|---------------------------------------------------------------------------|------------------|----------------------------------------------------------------------------|-----------------|---------------------------------------------------------------------------|-----------------|----------------------------------------------------------------------------|-----------------|---------------------------------------------------------------------------|---------------|-------------------------------------------------------------------------|------------------|----------------------------------------------------------------------------|-----------------|---------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------------------------------------------------------------------|-----------------|---------------------------------------------------------------------------|---------------|-------------------------------------------------------------------------|-----------------|-------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------|------------------|----------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|----------------|----------------------------------------------------------------------------|----------------|----------------------------------------------------------------------------|---------------|--------------------------------------------------------------------------|
| APP Área III | Área III - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 13,40 ha ou 134.000 m² | PONTO | N | E | APP Área VII | Área VII- APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 11,36 ha ou 113.600 m² | PONTO | N | E | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 1 | 9024038,28 | 747212,55 | | | 1 | 9021935,22 | 748141,51 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 2 | 9023925,30 | 747237,47 | | | 2 | 9021904,33 | 748079,07 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 3 | 9023886,86 | 747238,38 | | | 3 | 9021933,31 | 748105,77 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 4 | 9023764,01 | 747217,31 | | | 4 | 9021912,83 | 748038,54 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 5 | 9023741,65 | 747222,13 | | | 5 | 9021938,58 | 748010,56 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 6 | 9023683,23 | 747190,59 | | | 6 | 9021870,28 | 747947,68 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| APP Área III | Área III - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 13,40 ha ou 134.000 m² | 7 | 9023601,15 | 747230,86 | APP Área VIII | Área VIII - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 0,0016 ha ou 16 m² | 7 | 9021841,73 | 748014,73 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 8 | 9023609,59 | 747294,12 | | | 8 | 9021872,89 | 748050,12 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 9 | 9023553,61 | 747324,64 | | | 9 | 9021901,50 | 748076,46 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 10 | 9023587,87 | 747337,22 | | | 10 | 9021856,75 | 748069,24 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 11 | 9023617,47 | 747353,18 | | | 11 | 9021801,04 | 748017,92 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 12 | 9023615,73 | 747369,28 | | | 12 | 9021745,31 | 747869,88 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 13 | 9023581,70 | 747350,93 | | | 13 | 9021628,90 | 747481,28 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 14 | 9023534,61 | 747333,65 | | | 14 | 9021568,10 | 747357,07 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 15 | 9023500,79 | 747339,54 | | | 15 | 9021564,66 | 747293,18 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 16 | 9023478,99 | 747337,13 | | | 16 | 9021652,26 | 747472,14 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 17 | 9023457,70 | 747329,78 | | | 17 | 9021733,95 | 747744,84 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 18 | 9023428,13 | 747308,24 | | | 18 | 9021803,92 | 747803,65 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 19 | 9023297,10 | 747169,64 | | | 19 | 9021809,99 | 747797,05 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 20 | 9022981,00 | 747187,66 | | | 20 | 9021895,26 | 747875,54 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 21 | 9022737,15 | 746991,97 | | | 21 | 9022000,65 | 747761,74 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 22 | 9022607,04 | 746815,29 | | | 22 | 9022132,23 | 747883,58 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 23 | 9022391,37 | 746752,66 | | | 23 | 9022097,52 | 748158,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 24 | 9022167,08 | 746585,19 | | | 24 | 9022045,00 | 748109,05 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 25 | 9022088,22 | 746485,50 | | | 25 | 9021995,39 | 748162,95 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 26 | 9022007,69 | 746361,54 | | | 26 | 9022086,30 | 748246,69 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 27 | 9021934,40 | 746287,16 | | | 27 | 9022084,76 | 748258,93 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 28 | 9021958,90 | 746297,81 | | | 28 | 9022176,71 | 748320,61 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 29 | 9022177,62 | 746574,35 | | | 29 | 9022154,98 | 748343,94 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 30 | 9022398,16 | 746739,01 | | | 30 | 9021935,22 | 748141,51 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 31 | 9022616,10 | 746802,30 | | | APP Área IX | Área IX - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 1,47 ha ou 14.700 m² | APP Área X | Área X - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 0,50 ha ou 5.000 m² | PONTO | N | E | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 32 | 9022748,06 | 746981,50 | | | | | | | 1 | 9021885,84 | 746823,13 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 33 | 9022985,89 | 747172,35 | | | | | | | 2 | 9021839,16 | 746673,57 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 34 | 9023270,57 | 747156,12 | | | | | | | 3 | 9021822,49 | 746529,85 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 35 | 9023176,53 | 747056,65 | | | | | | | 4 | 9021867,57 | 746523,00 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 36 | 9023300,78 | 746939,20 | | | | | | | 5 | 9021918,37 | 746740,93 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 37 | 9023339,61 | 746980,27 | | | | | | | 6 | 9021885,84 | 746823,13 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 38 | 9023362,63 | 747080,26 | | | | | | | APP Área XI | Área XI- APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 2,07 ha ou 20.700 m² | APP Área XIII | Área XIII - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 0,0017 ha ou 17 m² | APP Área XIV | Área XIV - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 0,0077 ha ou 77 m² | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 39 | 9023334,28 | 747107,07 | | | | | | | | | | | | | PONTO | N | E | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 40 | 9023359,54 | 747133,79 | | | | | | | | | | | | | 1 | 9021564,29 | 746517,23 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 41 | 9023389,64 | 747142,01 | | | | | | | | | | | | | 2 | 9021647,55 | 746539,88 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 42 | 9023401,19 | 747138,69 | | | | | | | | | | | | | 3 | 9021627,49 | 746548,42 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 43 | 9023390,67 | 747102,14 | | | | | | | | | | | | | 4 | 9021332,28 | 746861,76 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 44 | 9023461,33 | 747027,73 | | | | | | | | | | | | | 5 | 9021309,10 | 746817,09 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 45 | 9023508,74 | 747014,09 | | | | | | | | | | | | | 6 | 9021556,60 | 746554,39 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 46 | 9023552,99 | 747167,85 | | | | | | | | | | | | | 7 | 9021564,29 | 746517,23 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 47 | 9023473,58 | 747190,70 | | | | | | | | | | | | | APP Área XII | Área XII - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 0,0692 ha ou 692 m² | APP Área XIV | Área XIV - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 0,0077 ha ou 77 m² | APP Área V | Área V - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 0,0053 ha ou 53 m² | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 48 | 9023463,40 | 747195,89 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | PONTO | N | E | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 49 | 9023456,00 | 747204,35 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | 9023506,10 | 749217,14 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 50 | 9023452,23 | 747224,08 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 2 | 9023472,44 | 749123,22 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 51 | 9023460,08 | 747240,14 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 3 | 9023479,63 | 749125,81 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 52 | 9023478,99 | 747260,15 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 4 | 9023513,88 | 749212,45 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 53 | 9023496,15 | 747269,18 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 5 | 9023508,48 | 749210,51 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 54 | 9023515,15 | 747265,88 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 6 | 9023506,10 | 749217,14 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 55 | 9023611,97 | 747213,10 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | APP Área XIII | Área XIII - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 0,0017 ha ou 17 m² | APP Área XIV | Área XIV - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 0,0077 ha ou 77 m² | APP Área VI | Área VI - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 5,30 ha ou 53.000 m² | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 56 | 9023568,89 | 747134,08 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | PONTO | N | E | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 57 | 9023618,51 | 747107,03 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | 9022363,84 | 747625,17 | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 58 | 9023721,07 | 747110,31 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 2 | 9022374,84 | 747642,03 | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 59 | 9023741,81 | 747148,35 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 3 | 9022378,07 | 747650,09 | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 60 | 9023775,84 | 747148,32 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 4 | 9022363,84 | 747625,17 | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 61 | 9023898,69 | 747169,39 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | APP Área XIV | Área XIV - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 0,0077 ha ou 77 m² | APP Área V | Área V - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 0,0053 ha ou 53 m² | APP Área VII | Área VII - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 11,36 ha ou 113.600 m² | | | | | | | | | | | |
| | | 62 | 9024036,28 | 747141,31 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | PONTO | N | E | | | | | | | | |
| | | 63 | 9024074,49 | 747140,36 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | 9022325,17 | 747565,88 | | | | | | | | |
| | | 64 | 9024096,02 | 747146,54 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 2 | 9022333,83 | 747579,16 | | | | | | | | |
| | | 65 | 9024117,47 | 747159,66 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 3 | 9022318,88 | 747574,05 | | | | | | | | |
| | | 66 | 9024043,28 | 747201,15 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 4 | 9022325,17 | 747565,88 | | | | | | | | |
| | | 67 | 9024038,28 | 747212,55 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | OBSERVAÇÃO: COORDENADAS UTM SIRGAS 2000 | | | | | | | | | | |
| | | APP Área IV | Área IV - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 3,13 ha ou 31.300 m² | PONTO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | N | E | APP Área VIII | Área VIII - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 0,0016 ha ou 16 m² | PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS, em 20 de maio de 2014. | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | JOÃO SOARES LYRA NETO Governador do Estado | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 1 | 9023963,40 | 747511,54 | APP Área IX | Área IX - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 1,47 ha ou 14.700 m² | APP Área X | Área X - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 0,50 ha ou 5.000 m² |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 2 | 9023781,82 | 747465,49 | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 3 | 9023785,22 | 747452,11 | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 4 | 9023757,32 | 747445,64 | | | | |
| 5 | 9023738,59 | | | | 747435,54 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 6 | 9023742,40 | | | | 747420,55 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 7 | 9023762,67 | | | | 747431,49 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 8 | 9023803,10 | | | | 747280,03 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 9 | 9023888,71 | | | | 747301,75 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 10 | 9023965,78 | | | | 747377,93 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 11 | 9023936,08 | | | | 747445,67 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 12 | 9023963,40 | | | | 747511,54 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| APP Área V | Área V - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 0,0053 ha ou 53 m² | | | | PONTO | N | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | E | APP Área VI | Área VI - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 5,30 ha ou 53.000 m² | | | | |
| | | JOÃO SOARES LYRA NETO Governador do Estado | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 1 | 9022617,12 | 748735,95 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | 2 | 9022623,23 | 748755,91 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| APP Área VI | Área VI - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 5,30 ha ou 53.000 m² | PONTO | N | E | APP Área VII | Área VII - APP (altitude superior a 750 metros) ÁREA = 11,36 ha ou 113.600 m² | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | JOÃO SOARES LYRA NETO Governador do Estado | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | JOÃO SOARES LYRA NETO Governador do Estado | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 3 | 9022613,99 | 748742,99 | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 4 | 9022617,12 | 748735,95 | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 5 | 9022526,03 | 748438,59 | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 6 | 9022605,35 | 748697,52 | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 7 | 9022564,21 | 748679,23 | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 8 | 9022542,06 | 748665,69 | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 9 | 9022434,79 | 748576,35 | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 10 | 9022416,67 | 748542,31 | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 11 | 9022386,76 | 748443,93 | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 12 | 9022333,70 | 748500,92 | | | | | | | | |
| | | | | | | | 13 | 9022292,34 | 748462,40 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | 14 | 9022262,99 | 748364,08 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | 15 | 9022287,34 | 748337,92 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Projeto de Resolução N° 2012/2014

Relator : Alberto Feitosa.

Favoráveis os (4) deputados: Adalto Santos, Alberto Feitosa, Leonardo Dias, Zé Maurício.

Presidente: Leonardo Dias.

Relator : Adalto Santos.

Favoráveis os (4) deputados: Adalto Santos, Alberto Feitosa, Leonardo Dias, Zé Maurício.

Favoráveis os (3) deputados: Adalto Santos, Leonardo Dias, Zé Maurício.

Parecer N° 6187/2014

| |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Parecer N° 6181/2014 |
| Relatório |
| Vem a esta COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO , o Projeto n.º 1335/2013 , dispõe sobre o abandono de veículos automotores em logradouros públicos, assim entendidos como vias urbanas, praças, ruas passeios ou jardins públicos e em pistas de rolamento, acostamento ou faixas de domínio das estradas e das rodovias estaduais, estabelece diretrizes e procedimentos para sua remoção ou sua destinação e dá outras providências. |

| |
|---------------------------|
| Parecer do Relator |
|---------------------------|

A prática de abandono de veículos nos lugares citados tem sido um fato recorrente, inclusive com divulgação na mídia. Estes veículos transforma-se em sucatas a céu aberto, trazendo transtorno a sustentabilidade do meio ambiente, além de apresentar riscos a saúde pública, pois acabam tornando-se depósitos de lixos e de água parada. Também representa risco a segurança pública, haja vista que alguns servem de abrigo para pratica de delitos. Diante do exposto, opino no sentido de que o **PARECER** desta Comissão, seja pela **APROVAÇÃO** do Projeto n.º **1335/2013**.

| |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Conclusão da Comissão |
| Baseado nas considerações realizadas, o Colegiado recomenda a APROVAÇÃO do Projeto n.º 1335/2013 de autoria do André Campos . |
| <div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div></div> <div>Sala da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em 14 de maio de 2014.</div> |

Presidente: Leonardo Dias.
Relator : Alberto Feitosa.
Favoráveis os (4) deputados: Adalto Santos, Alberto Feitosa, Leonardo Dias, Zé Maurício.

Parecer N° 6182/2014

| |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Relatório |
| Vem a esta COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO , o Projeto n.º 1917//2014 , dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de coletores de lixo reciclável pelas empresas que comercializam pneus no estado de Pernambuco, e dá outras previdências. |
| Parecer do Relator |

O presente projeto visa obrigar as empresas que comercializam pneus no Estado de Pernambuco a instalar coletores de lixo reciclável para pneus em suas dependências. É uma forma de amenizar esse impacto com a metodologia de reciclagem e reaproveitamento. Além da recauchutagem, os pneus usados podem ser utilizados de forma direta para proteção de construção, reaproveitamento na geração de energia em fornos de cimento e usinas termoeleétricas. Diante do exposto, opino no sentido de que o **PARECER** desta Comissão, seja pela **APROVAÇÃO** do Projeto n.º **1917/2014**.

| |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Conclusão da Comissão |
| Baseado nas considerações realizadas, o Colegiado recomenda a APROVAÇÃO do Projeto n.º 1917/2014 de autoria do Deputado Sérgio Leite . |
| <div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div></div> <div>Sala da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em 14 de maio de 2014.</div> |

Presidente: Leonardo Dias.
Relator : Alberto Feitosa.
Favoráveis os (3) deputados: Adalto Santos, Alberto Feitosa, Leonardo Dias.

Parecer N° 6183/2014

| |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Relatório |
| Vem a esta COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO , o Substitutivo nº 01/2014 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1787/2014 que altera integralmente a redação do referido projeto que estabelece normas para a prevenção de acidentes com morte e outros, em piscinas públicas. |
| Parecer do Relator |

O referido substitutivo trata de uma proposta que determina normas para prevenção de acidentes com morte e outros em piscinas públicas. A iniciativa é motivada pela estatística de que 53% da morte de crianças por afogamento se deve à falta de equipamentos de segurança. O objetivo da proposta é reverter o atual quadro, com fiscalização e punição dos responsáveis. Diante do exposto, opino no sentido de que o **PARECER** desta Comissão seja pela **APROVAÇÃO** do **Substitutivo nº 01** ao Projeto nº **1787/2014**.

| |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Conclusão da Comissão |
| Baseado nas considerações realizadas, o Colegiado recomenda a APROVAÇÃO do Substitutivo nº 01 da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto nº 1787/2014 . |
| <div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div></div> <div>Sala da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em 14 de maio de 2014.</div> |

Parecer N° 6184/2014

| |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Relatório |
| Vem a esta COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO , o Substitutivo nº 01/2014 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1789/2014 que altera integralmente a redação do referido projeto que visa modificar a Lei nº 11.246 que dispõe sobre a proibição no território de Pernambuco da venda de brinquedos em forma de armas. |
| Parecer do Relator |

O referido substitutivo trata de uma proposta que altera a Lei nº 11.246 que trata da proibição no território de Pernambuco da venda de brinquedos em forma de armas. O objetivo da atual proposta é abranger a fabricação da arma de brinquedo no estado, a exemplo da iniciativa tomada no Distrito Federal. A medida do legislador é pertinente na medida em que esse tipo de arma é utilizado por bandidos, bem como é instrumento de incitação à violência para o público infantil.

| |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Conclusão da Comissão |
| Diante do exposto, opino no sentido de que o PARECER desta Comissão seja pela APROVAÇÃO do Substitutivo nº 01 ao Projeto nº 1789/2014 . |
| <div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div></div> <div>Sala da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em 14 de maio de 2014.</div> |

Presidente: Leonardo Dias.
Relator : Vinícius Labanca.
Favoráveis os (5) deputados: Adalto Santos, Alberto Feitosa, Leonardo Dias, Vinícius Labanca, Zé Maurício.

Parecer N° 6185/2014

| |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Relatório |
| Vem a esta COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO , o Substitutivo ao Projeto n.º 1813//2014 , dispõe sobre a obrigatoriedade de organizadoras de concursos estaduais fornecerem comprovantes de comparecimento nas provas do concurso. |
| Parecer do Relator |

O presente substitutivo visa garantir os direitos das pessoas que trabalham nos fins de semana e querem realizar concurso público. E assim sendo, estes cidadãos terão um documento que comprove a ausência no trabalho. Diante do exposto, opino no sentido de que o **PARECER** desta Comissão, seja pela **APROVAÇÃO** do **Substitutivo** ao Projeto n.º **1813/2014**, de autoria do Deputado **Pastor Cleiton Collins**.

| |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Conclusão da Comissão |
| Baseado nas considerações realizadas, o Colegiado recomenda a APROVAÇÃO do Substitutivo , de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto n.º 1813/2014 . |
| <div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div></div> <div>Sala da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em 20 de maio de 2014.</div> |

Presidente: Leonardo Dias.
Relator : Zé Maurício.
Favoráveis os (5) deputados: Adalto Santos, Betinho Gomes, Leonardo Dias, Vinícius Labanca, Zé Maurício.

Parecer N° 6186/2014

| |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Relatório |
| Vem a esta COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO , o Substitutivo ao Projeto n.º 1822/2014 , altera parcialmente a redação do referido projeto, que determina custo máximo pela perda de cartão/ticket de estacionamento, garagem e assemelhados. |
| Parecer do Relator |

O referido substitutivo trata de adoção de medidas de valor máximo a ser cobrado na ocorrência em que houver o extravio do comprovante, cartão ou ticket de estacionamento e assemelhados, por parte do consumidor. É uma maneira eficaz de evitar os abusos dos estacionamentos. Ressalta-se ainda, que a utilização do serviço não fica excluída na sua cobrança já que o pagamento trata-se do período em que o veículo tenha utilizado o espaço citado em tela. Diante do exposto, opino no sentido de que o **PARECER** desta Comissão, seja pela **APROVAÇÃO** do **Substitutivo n.º 01** ao Projeto n.º **1822/2014**, de autoria do Deputado **Augusto César**.

| |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Conclusão da Comissão |
| Baseado nas considerações realizadas, o Colegiado recomenda a APROVAÇÃO do Substitutivo , de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto n.º 1822/2014 . |
| <div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div></div> <div>Sala da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em 14 de maio de 2014.</div> |

Presidente: Leonardo Dias.
Relator : Adalto Santos.

| |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Relatório |
| Vem a esta COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO , o Substitutivo nº 01/2014 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1858 /2014 que altera parcialmente a redação do referido projeto que visa dispor sobre a afixação de cartazes, informando sobre isenções específicas. |
| Parecer do Relator |

O referido substitutivo trata de uma proposta que visa dispor sobre a afixação de cartazes em revendedoras e concessionárias de veículos, informando sobre isenções específicas. A isenção é um direito ao cidadão com enfermidades de caráter irreversível. A iniciativa visa promover o direito à informação e ao cumprimento de normas já praticadas.

Diante do exposto, opino no sentido de que o **PARECER** desta Comissão seja pela **APROVAÇÃO** do **Substitutivo nº 01** ao Projeto nº **1858/2014**.

| |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Conclusão da Comissão |
| Baseado nas considerações realizadas, o Colegiado recomenda a APROVAÇÃO do Substitutivo nº 01 da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça ao Projeto nº 1858/2014 |
| <div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div></div> <div>Sala da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em 14 de maio de 2014.</div> |

Presidente: Leonardo Dias.
Relator : Adalto Santos.
Favoráveis os (3) deputados: Adalto Santos, Leonardo Dias, Zé Maurício.

Parecer N° 6188/2014

Substitutivo nº 01/2014, apresentado pelo Governador do Estado, ao Projeto de Lei Complementar nº 1930/2014, de sua autoria

| |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| EMENTA: PROPOSIÇÃO PRINCIPAL QUE VISA CORRIGIR OS VALORES NOMINAIS DE VENCIMENTO BASE DOS CARGOS PÚBLICOS DE AUXILIAR EM GESTÃO PÚBLICA, ASSISTENTE EM GESTÃO PÚBLICA, ANALISTA EM GESTÃO PÚBLICA, AUXILIAR EM GESTÃO AUTÁRQUICA OU FUNDACIONAL, ASSISTENTE EM GESTÃO AUTÁRQUICA OU FUNDACIONAL, ANALISTA EM GESTÃO AUTÁRQUICA OU FUNDACIONAL, PROFESSOR DE ENSINO PROFISSIONALIZANTE DE ARTES E OFÍCIOS, INSPETOR DE FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA, ODONTÓLOGO, ASSESSOR DE COORDENAÇÃO COMUNITÁRIA E ASSESSOR TÉCNICO ADMINISTRATIVO OU DE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CARGOS ESPECIAIS, DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR, DE SIMBOLOGIA CEX E CE1 A CE9. PROPOSIÇÃO ACESSÓRIA QUE VISA SUBSTITUIR O PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 1930/2014, QUE CORRIGE OS VALORES NOMINAIS DE VENCIMENTO BASE DOS CARGOS PÚBLICOS INDICADOS. MATÉRIA INSERTA NA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA RESIDUAL DOS ESTADOS MEMBROS, NOS TERMOS DO ART. 25, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO. |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

| |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Relatório |
| Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Substitutivo nº 01/2013, apresentado pelo Governador do Estado, ao Projeto de Lei Complementar nº 1930/2014, de sua autoria. A Proposição Principal visa corrigir os valores nominais de vencimento base dos cargos públicos de Auxiliar em Gestão Pública, Assistente em Gestão Pública, Analista em Gestão Pública, Auxiliar em Gestão Autárquica ou Fundacional, Assistente em Gestão Autárquica ou Fundacional, Analista em Gestão Autárquica ou Fundacional, Professor de Ensino Profissionalizante de Artes e Ofícios, Inspetor de Fiscalização Agropecuária, Odontólogo, Assessor de Coordenação Comunitária e Assessor Técnico Administrativo ou de Organização Administrativa e Cargos Especiais, de nível médio e superior, de simbologia CEX e CE1 a CE9. Por sua vez, o presente substitutivo decorre da necessidade de incluir no PLC nº 1930/2014 a Emenda nº 01/2014, publicada no Diário Oficial do Estado em 30 de abril de 2014, bem como viabilizar a alteração da Lei Complementar nº 276, de 30 de abril de 2014, que corrige os valores nominais de vencimento base dos cargos públicos indicados, no âmbito da Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE. Cabe ressaltar que o presente Projeto é fruto da negociação do Estado de Pernambuco com as categorias contempladas, refletindo o compromisso das partes na construção equilibrada da presente Lei Complementar, dando continuidade ao processo de reconhecimento do servidor estadual. |
| 2. Parecer do Relator |
| A proposição vem arrimada no art. 204 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa. A matéria versada no Projeto de Lei ora em análise encontra-se inserta na competência residual dos Estados-Membros, nos |

| |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| termos do art. 25, § 1º, da Constituição Federal. Como leciona Alexandre de Moraes : <i>“A regra prevista em relação à competência administrativa dos Estados-membros tem plena aplicabilidade, uma vez que são reservadas aos Estados as competências legislativas que não lhes sejam vedadas pela Constituição. Assim, os Estados-membros poderão legislar sobre todas as matérias que não lhes estiverem vedadas implícita ou explicitamente. São vedações implícitas as competências legislativas reservadas pela Constituição Federal à União (CF, art. 22) e aos municípios (CF, art. 30). São vedações explícitas as normas de observância obrigatória pelos Estados-membros na sua auto-organização e normatização própria, consistentes, conforme já estudado, nos princípios sensíveis, estabelecidos e federais extensíveis.” (in Direito Constitucional, Ed. Atlas, 16ª ed., 2004, p. 302)</i> Não estando a matéria nele tratada compreendida nas competências da União e dos Municípios, deve-se considerá-la competência remanescente dos Estados-membros, com fulcro no art. 25, § 1º, da Carta Magna, cuja redação é a seguinte: <i>“Art. 25.</i> <i>.....</i> <i>§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.”</i> |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Verifico que inexistem vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade na proposição ora em análise, posto que a matéria nela versada guarda pertinência com a tratada na proposição principal e não viola quaisquer normas constitucionais.

| |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Substitutivo nº 01/2014, apresentado pelo Governador do Estado, ao Projeto de Lei Complementar nº 1930/2014, de sua autoria. |
| <div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div></div> <div>Augusto César Deputado</div> |

| |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 3. Conclusão da Comissão |
| Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Substitutivo nº 01/2014, apresentado pelo Governador do Estado, ao Projeto de Lei Complementar nº 1930/2014, de sua autoria. |
| <div><div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div><div><div><div></div></div><div><div></div></div></div></div></div> <div>Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 20 de maio de 2014.</div> |

Presidente: Raquel Lyra.
Relator : Augusto César.
Favoráveis os (7) deputados: Ângelo Ferreira, Augusto César, Daniel Coelho, Ricardo Costa, Sílvio Costa Filho, Teresa Leitão, Tony Gel.

Parecer N° 6189/2014

Projetos de Lei Ordinária nºs 1369/2013 e 1608/2013, de autoria, respectivamente, dos Deputados Henrique Queiroz e Sérgio Leite

| |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| EMENTA: PROPOSIÇÕES QUE VISAM REGULAMENTAR PRAZOS PARA RESPOSTA POR PARTE DAS OPERADORAS DE PLANOS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUANTO A AUTORIZAÇÕES DE EXAMES E PROCEDIMENTOS. MATÉRIA INSERTA NA ESFERA DE <i>COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE</i> - ART. 24, V (PRODUÇÃO E CONSUMO) E XII (PROTEÇÃO E DEFESA DA SAÚDE), DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. EXISTÊNCIA DE LEI ESTADUAL VERSANDO SOBRE O MESMO ASSUNTO (LEI ESTADUAL Nº 14.464, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2011). APRESENTAÇÃO DE SUBSTITUTIVO PARA INTRODUZIR ALTERAÇÕES À LEI ESTADUAL Nº 14.464, DE 2011, A FIM DE APERFEIÇOAR SUAS REGRAS. PELA APROVAÇÃO, NOS TERMOS DO SUBSTITUTIVO PROPOSTO PELO RELATOR. |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

| |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Relatório |
| Vêm a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça os Projetos de Lei Ordinária nºs 1369/2013 e 1608/2013, de autoria, respectivamente, dos Deputados Henrique Queiroz e Sérgio Leite, que visam regulamentar prazos para resposta por parte das operadoras de planos privados de assistência à saúde quanto a autorizações de exames e procedimentos. Os projetos de lei em referência tramitam sob regime ordinário. |
| 2. Parecer do Relator |

As proposições vêm arrimadas no art. 19, *caput*, da Carta Estadual c/c com o art. 194, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa. A matéria encontra-se inserta na esfera de **competência legislativa concorrente** da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme estabelece o art. 24, V e XII, da CF/88, *in verbis*:

| |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <i>“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:</i> <i>.....</i> <i>V – produção e consumo;</i> <i>.....</i> <i>XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;”</i> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Registre-se, por oportuno, que os contratos celebrados pelas empresas de planos privados de assistência à saúde não têm a natureza de seguro, razão pela qual a matéria não é de iniciativa privativa da União (art. 22, VII, da CF/88).

Efetivamente, conforme ressaltado pelo Min. EROS GRAU, o STF já firmou posição nesse sentido, ressaltando que pode haver intervenção legislativa por parte dos Estados com fundamento na competência concorrente para dispor sobre proteção e defesa da saúde (art. 24, XII, da CF/88). Eis o seguinte trecho do voto proferido na **ADI nº 1.589/SP**:

“Afasto contudo o argumento, contido na inicial, segundo o qual os contratos celebrados pelas empresas de planos privados de assistência à saúde consubstanciariam tão-somente uma relação de seguro, pura e simples. Consoante salientado pelo Ministro Nelson Jobim, voto vista na ADI/MC 1.931, a Constituição do Brasil deslocou para o âmbito da saúde os planos privados de prestação de serviços de saúde. Do citado voto vista, cabe destacar o seguinte trecho:

‘(...) Fica, assim, claro que a Constituição Federal deslocou para a área exclusiva da ‘Saúde’ os planos privados de prestação desses serviços – de saúde. Por força desse regramento constitucional de 1.988, aquilo que se denominava ‘seguro-saúde’ deixou de integrar as regras relativas ao que se possa entender como ‘Sistema Financeiro Nacional’. Antes da Emenda 40/2003, remanesciam, por força da própria regra constitucional anterior, como integrantes do sistema financeiro e sujeitas ao regramento por leis complementares, todas as modalidades de seguro, resseguro, previdência e capitalização, exceto aquelas modalidades que eram abrangidas pela expressão ‘seguro-saúde’ e que, após 1988, passaram a se constituir em ‘serviços privados de saúde’. Entendo, por isso, que a matéria disciplinada pela L. 9.656/98, desde sua edição original – porque trata de planos privados de saúde – não estava sujeita à lei complementar. Foi a CF que, já na redação original, fez a diferença. Tenho que as mudanças introduzidas pela MP 1.908-18/99, nesse ponto, foram restritas ao aprimoramento técnico. Usando a mesma linguagem de MAURÍCIO, digo eu que foi o art. 197 da CF, em 1.988, antes mesmo da MP 1.908-18/99, que procedeu uma mudança radical nos planos privados de saúde ‘..., desligando-os geneticamente da definição de seguro ...’. Os planos privados de saúde não integram o que, em 1.988, a Constituição fazia englobar dentro da expressão ‘sistema financeiro nacional’. Os Planos Privados de Saúde e, por consequência, as empresas que prestam esses serviços, integram, desde 1.988, isto sim, as ‘ações e serviços de saúde’, definidos em título próprio da Constituição (Título VIII, Capítulo II, Seção II – ‘DA SAÚDE’). (...)’.

Como já tive oportunidade de afirmar, os serviços de saúde, quer sejam prestados pelo Estado, quer por particulares, configuram serviço público não privativo, isto é, podem ser prestados pelo setor privado independentemente de concessão, permissão ou autorização. São porém, sem sombra de dúvida, serviço público. Este ponto à primeira vista conduziria à conclusão de que o Estado-membro teria competência concorrente para legislar sobre a matéria, nos termos do disposto no artigo 24, XII, da Constituição. (...)”

Registre-se, por fim, que não identifico quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade nas proposições ora em análise.

Entretanto, verifico que a Lei Estadual nº 14.464, de 7 de novembro de 2011, trata do mesmo tema das proposições objeto do presente opinativo.

Dessa forma, a fim de aperfeiçoar a Lei Estadual nº 14.464, de 2011, mediante o acolhimento de regras propostas nos projetos de lei ora em apreciação, proponho a aprovação do seguinte substitutivo:

SUBSTITUTIVO Nº 01/2014 AOS PROJETOS DE LEI ORDINÁRIA NºS 1369/2013 E 1608/2013

Ementa: Altera integralmente a redação dos Projetos de Lei Ordinária nºs 1369/2013 e 1608/2013.

Art. 1º Os Projetos de Lei Ordinária nºs 1369/2013 e 1608/2013 passam a ter a seguinte redação:

“Ementa: Introduz alterações na Lei Estadual nº 14.464, de 7 de novembro de 2011, e dá outras providências.

Art. 1º A Lei Estadual nº 14.464, de 7 de novembro de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Ementa: Determina prazos máximos para a autorização de exames e procedimentos que necessitem de análise prévia por parte das operadoras de planos privados de assistência à saúde, e dá outras providências. (NR)

“Art. 1º Ficam as operadoras de planos privados de assistência à saúde obrigadas a fornecer resposta de autorização de todos os exames e procedimentos que necessitem de análise prévia, a partir do momento em que forem demandadas por médicos ou cirurgiões-dentistas, credenciados ou não, nos seguintes prazos máximos: (NR)

I - quando o paciente for pessoa idosa, 24 (vinte e quatro) horas; (NR)

II - quando o paciente for criança ou adolescente, 48 (quarenta e oito) horas; (NR)

III - quando o paciente for adulto, 72 (setenta e duas) horas; (NR)

IV – quando o paciente estiver internado, independentemente da idade, 24 (vinte e quadro) horas. (AC)”

“Art. 2º-A. Os prazos estabelecidos no art. 1º desta Lei poderão ser reduzidos pela metade desde que o médico ou cirurgião-

dentista solicitante, mediante expressa e fundamentada justificativa, requeira. (AC)”

“Art. 2º-B. No caso de qualquer negativa de autorização de exames ou procedimentos a operadora de planos privados de assistência à saúde deverá disponibilizar para beneficiário, por escrito e em linguagem clara e adequada, documento no qual constem as justificativas para a negativa. (AC)”

“Art. 2º-C. Para efeito de cumprimento do disposto nesta Lei, as operadoras de planos privados de assistência à saúde deverão providenciar número de protocolo, gerado por seus serviços de atendimento ao consumidor, devendo informar o prazo máximo para resposta da solicitação nos termos da presente Lei. (AC)”

“Art. 3º As infrações às normas desta Lei ficam sujeitas às sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas, previstas e regulamentadas nos artigos 56 a 60 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. (NR)

I – (Revogado);

II - (Revogado);

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).”

“Art. 3º-A. A fiscalização do disposto nesta Lei será realizada pelos órgãos públicos nos respectivos âmbitos de atribuições, os quais serão responsáveis pela aplicação das sanções decorrentes de infrações às normas nela contidas, mediante prévio procedimento administrativo, assegurada ampla defesa.” (AC)

.....”

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

Art. 3º Ficam revogados os incisos I e II e os §§ 1º e 2º do art. 3º da Lei Estadual nº 14.464, de 2011.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação dos Projetos de Lei Ordinária nºs 1369/2013 e 1608/2013, de autoria, respectivamente, dos Deputados Henrique Queiroz e Sérgio Leite, nos termos do substitutivo acima proposto.

**Ricardo Costa
Deputado**

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação dos Projetos de Lei Ordinária nºs 1369/2013 e 1608/2013, de autoria, respectivamente, dos Deputados Henrique Queiroz e Sérgio Leite, nos termos do substitutivo acima proposto.

**Sala da Comissão de Constituição, Legislação e
Justiça, em 20 de maio de 2014.**

**Presidente: Raquel Lyra.
Relator : Ricardo Costa.
Favoráveis os (7) deputados: Ângelo Ferreira, Augusto César, Daniel Coelho, Ricardo Costa, Sílvio Costa Filho, Teresa Leitão, Tony Gel.**

Parecer Nº 6190/2014

Projeto de Lei Ordinária nº 1791/2014

Autor: Deputado Everaldo Cabral

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA DENOMINAR DE RODOVIA CANTOR REGINALDO ROSSI, O TRECHO ESPECÍFICO DA RODOVIA EXPRESS WAY, SISTEMA DE TRÂNSITO COM PEDÁGIO JÁ EM OPERAÇÃO, CONSTRUÍDO ATRAVÉS DE PPP, COMPREENDIDO DESDE O DISTRITO DE PONTE DOS CARVALHOS, MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO, ATÉ A ROTATÓRIA DO PORTO DE SUAPE, NO MUNICÍPIO DE IPOJUCA. MATÉRIA INSERTA NA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA RESIDUAL DOS ESTADOS MEMBROS, NOS TERMOS DO ART. 25, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPATIBILIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 239 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU LEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº **1791/2014**, de autoria do Deputado Everaldo Cabral, que visa denominar RODOVIA CANTOR REGINALDO ROSSI, o trecho específico da Rodovia EXPRESS WAY, sistema de trânsito com pedágio já em operação, construído através de PPP, compreendido desde o Distrito de PONTE DOS CARVALHOS, Município do CABO DE SANTO AGOSTINHO, até a rotatória do PORTO DE SUAPE, NO MUNICÍPIO DE IPOJUCA.

Quanto ao homenageado falecido, temos que:

Reginaldo Rodrigues dos Santos nasceu na cidade do Recife, em 14 fevereiro de 1944. Esforçado, desde cedo demonstrava ser um autodidata. Estudante de graduação em Engenharia Civil, também ensinava física e matemática. Todavia, foi na música que se revelou um dos maiores nomes do cenário cultural de Pernambuco. Com o nome já em ascensão, escolheu sua marca como Reginaldo Rossi. Iniciou sua carreira artística em 1964, depois integrando-se à Jovem Guarda, sendo um dos primeiros nomes do Nordeste do movimento Rock in Roll, através do grupo The Silver Jets. Artista consagrado no País, sempre exaltou o seu

estado natal como o melhor lugar do mundo para nascer e viver. Cantou o Recife, Olinda e a Ilha de Itamaracá, sendo responsável pela projeção turística da Ilha Nacionalmente. Seus fãs não eram de uma única classe social, pois era admirado por todas as gerações, que ouviam seus sucessos e passavam para a juventude seu jeito impar de ser cantor, e seu jeito plural de ser cidadão. Foi político, embora não tenha logrado êxito em suas campanhas, mas continuava na boca do povo, que tão bem o reverenciou em vida. Faleceu na cidade do Recife, no dia 20 de dezembro de 2013. Foi velado nos braços do povo na Casa de Joaquim Nabuco, deixando uma legião de fãs e intensa discografia. Denominar a Express Way, rodovia de pedágio já em operação, construída através de PPP, no trecho específico entre o Distrito de Ponte dos Carvalhos, Município do Cabo de Santo Agostinho, até a rotatória do Porto de SUAPE, no Município de Ipojuca, é uma iniciativa que visa reverenciar seu nome para a posteridade. O projeto de lei em referência tramita sob regime ordinário.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19, caput, da Constituição Estadual e no art. 194, I, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

A matéria versada no Projeto de Lei ora em análise encontra-se inserta na **competência residual** dos Estados-Membros, nos termos do art. 25, § 1º, da Constituição Federal.

Como leciona **Alexandre de Moraes**:

“A regra prevista em relação à competência administrativa dos Estados-membros tem plena aplicabilidade, uma vez que são reservadas aos Estados as competências legislativas que não lhes sejam vedadas pela Constituição.

Assim, os Estados-membros poderão legislar sobre todas as matérias que não lhes estiverem vedadas implícita ou explicitamente.

São vedações implícitas as competências legislativas reservadas pela Constituição Federal à União (CF, art. 22) e aos municípios (CF, art. 30).

*São vedações explícitas as normas de observância obrigatória pelos Estados-membros na sua auto-organização e normatização própria, consistentes, conforme já estudado, nos princípios sensíveis, estabelecidos e federais extensíveis.” (in **Direito Constitucional**, Ed. Atlas, 16ª ed., 2004, p. 302)*

Não estando a matéria nele tratada compreendida nas competências da União e dos Municípios, deve-se considerá-la competência remanescente dos Estados-membros, com fulcro no art. 25, § 1º, da Carta Magna, cuja redação é a seguinte:

“Art. 25.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.”

Por outro lado, não há qualquer tipo incompatibilidade com o disposto no art. 239, que versa sobre a impossibilidade de nomeação de qualquer obra pública com nome de pessoas vivas, da Constituição Estadual, visto que o homenageado já veio a falecer. Ademais, conforme informação prestada mediante ofício, a referida rodovia não possui denominação atribuída por Lei.

Não existem, portanto, quaisquer outros óbices de natureza constitucional ou legal que impeçam a aprovação da proposição. Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1791/2014, de autoria do Deputado Everaldo Cabral.

**Sílvio Costa Filho
Deputado**

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1791/2014, de autoria do Deputado Everaldo Cabral.

**Sala da Comissão de Constituição, Legislação e
Justiça, em 20 de maio de 2014.**

**Presidente: Raquel Lyra.
Relator : Sílvio Costa Filho.
Favoráveis os (7) deputados: Ângelo Ferreira, Augusto César, Daniel Coelho, Ricardo Costa, Sílvio Costa Filho, Teresa Leitão, Tony Gel.**

Parecer Nº 6191/2014

Projeto de Lei Ordinária nº 1853/2014

Autor: Deputado Alberto Feitosa

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA INSTITUIR NORMAS DE SEGURANÇA PARA PRÁTICA DO MERGULHO RECREATIVO DE TURISMO E LAZER – MRTL NO ESTADO DE PERNAMBUCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. MATÉRIA INSERTA NA ESFERA DE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE DA UNIÃO, ESTADOS E DISTRITO FEDERAL PARA DISPOR SOBRE **PROTEÇÃO E DEFESA DA SAÚDE** (ART. 24, XII, DA CF/88). INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE CONSTITUCIONALIDADE OU LEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO, COM O SUBSTITUTIVO PROPOSTO PELO RELATOR.

1.Relatório

Vem a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 1853/2014, de autoria do Deputado Alberto Feitosa, que institui Normas de Segurança para prática do Mergulho Recreativo de Turismo e Lazer – MRTL no Estado de Pernambuco e dá outras providências.

O projeto de lei em referência tramita sob o regime ordinário.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19, caput, da Constituição Estadual e no art. 194, II, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa.

A matéria encontra-se inserta na esfera de **competência legislativa concorrente** da União, dos Estados e do Distrito Federal, conforme estabelece o art. 24, XII, da CF/88, *in verbis*:

“Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

.....

*XII - previdência social, **proteção e defesa da saúde**; (grifo nosso)*

No entanto, apesar de a proposição ter objetivos consentâneos com o interesse público, propõe-se um Substitutivo, a fim de ajustar redação da proposição. *In verbis*:

SUBSTITUTIVO Nº 01/2014 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 1853/2014

Ementa: Altera integralmente a redação do Projeto de Lei Ordinária nº 1853/2014.

Art. 1º O Projeto de Lei Ordinária nº 1853/2014 passa a ter a seguinte redação:

“Ementa: Institui Normas de Segurança para prática do Mergulho Recreativo de Turismo e Lazer – MRTL no Estado de Pernambuco e dá outras providências.

Art. 1º A prática do Mergulho Recreativo de Turismo e Lazer – MRTL no Estado de Pernambuco deve obedecer aos seguintes requisitos mínimos de segurança:

I - os mergulhos autônomos recreativos de turismo e lazer só deverão ser realizados em locais de mergulhos;

II - as operações de mergulhos autônomos recreativos de turismo e lazer deverão ser supervisionadas de forma direta por profissionais de mergulho autônomo recreativo, devendo estar os instrutores ou condutores de mergulho estar aptos a realizar intervenção rápida no comportamento do mergulhador que contratou seus serviços.

III - assim como os profissionais, as operadoras devem estar cadastradas na Capitania dos Portos de Pernambuco (CPPE) e credenciadas por certificadoras internacionais devidamente habilitadas, conforme as normas da ABNT NBR ISO 24803:2008, previstas na Lei Federal n º 11.771/2008, 17 de setembro de 2008;

IV - o instrutor de mergulho e/ou condutor de mergulho deverá informar acerca das condições locais e gerais do ambiente de mergulho, seus possíveis efeitos sobre o mergulhador autônomo, bem como o impacto sobre o meio ambiente;

V - o mergulho de batismo (primeira experiência de mergulho autônomo com gás comprimido) só poderá ser realizado se acompanhado por um instrutor, o qual deverá obedecer aos padrões de treinamento de sua certificadora e às normas ABNT NBR ISO 24801-3:2008 e 24802-1:2008;

VI - os equipamentos que poderão ser oferecidos na prática do mergulho autônomo recreativo serão: máscara, snorkel, botas, nadadeiras, roupas de mergulho, cintos e lastros, cilindros com gás comprimido (Ar, Nitrox ou Trimix), regulador de primeiro e segundo estágios, sempre com outro segundo estágio reserva (octopus), coletes equilibradores com infladores automáticos (power inflate), manôômetros, profundímetros, computadores de mergulho, carretilhas, marcadores de descompressão, lanternas, sinalizadores e outros equipamentos que forem necessários para o tipo de operação de mergulho, desde que sejam de reconhecido fabricante ou similar;

VII - os cilindros de mergulho utilizados nas operações deverão estar com as inspeções visuais em dia, bem como os testes hidrostáticos devidamente executados com validade de 05(cinco) anos, além de serem cheios em compressores com uma qualidade de ar (gás) compatível e sem impurezas, tendo em vista a manutenção periódica dos compressores e filtros com validade em dia, conforme as normas da ABNT/NBR previstas na Lei Federal n º11.771, de 2008;

VIII - a embarcação própria ou alugada, envolvida na operação de mergulho, deverá possuir “kit” de atendimento pré hospitalar (APH) e suprimento de administração de oxigênio (O2) puro a 100%, comunicação de rádio e celular, estar regularizada perante a autoridade marítima e ser conduzida por profissional habilitado, conforme as Normas de Autoridades Marítimas – NORMAM - da Marinha do Brasil especificadas para o tipo da embarcação.

Art. 2º A prática do mergulho autônomo de turismo e lazer deverá ser precedida do preenchimento da Ficha Médica e do Termo de Responsabilidade.

Parágrafo único. Em caso de menor, deverá haver termo de consentimento do responsável legal, conforme ficha padrão de cada certificadora internacional.

Art. 3º O local de contratação do serviço, em local visível ao público, deverá haver placa informativa com o seguinte conteúdo: “No ato da contratação, exija a apresentação da habilitação do profissional que acompanhará o mergulho, a ficha médica e termo de responsabilidade a serem preenchidos, as informações sobre as condições locais e gerais do ambiente de mergulho, assim como a documentação referente a embarcação/equipamento de segurança que transportará o mergulhador.”

Art. 4º As empresas de mergulho deverão proceder à atualização de seus dados cadastrais, dos seus instrutores e condutores de mergulho, junto aos órgãos competentes, para o fiel cumprimento desta Lei.

Art. 5º As operadoras e os profissionais de mergulho, no que diz respeito às suas operações, formação de mergulhadores e formação de profissionais, devem estar em “status” Ativo, vinculados a uma certificadora internacional de mergulho com renovação anual válida, cumprindo o que prevê os padrões de

treinamento de suas certificadoras e serão regulamentadas através das normas da ABNT NBR ISO: 24801-1:2008; 24801-2:2008 24801-3:2008; 24802-1:2008; 24802-2:2008; 24803:2008;

Art. 6º As operadoras e profissionais de mergulho autônomo recreativo que descumprirem esta Lei estarão sujeitas às penalidades previstas na Lei Federal de nº 11.771, de 2008.

Art. 7 º Esta lei entrará em vigor após 90 (noventa) dias da sua publicação oficial.

Feitas essas considerações, cumpre salientar, pois, que este Colegiado Técnico, segundo o disposto no art. 94, inciso I do Regimento Interno, analisa tão somente a **constitucionalidade, legalidade e juridicidade** das proposições e ele submetidas. Pois bem. Assim sendo, os aspectos pertinentes à razoabilidade e ao mérito das disposições contidas na proposição, ora em análise, deverão ser observados, tendo em vista a supremacia do interesse público, nas demais comissões meritórias para as quais fora distribuído o presente projeto de lei.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1853/2014, de autoria do Deputado Alberto Feitosa, com o substitutivo proposto.

Daniel Coelho
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 1853/2014, de autoria do Deputado Alberto Feitosa, com o substitutivo proposto.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 20 de maio de 2014.

Presidente: Raquel Lyra.

Relator : Daniel Coelho.

Favoráveis os (7) deputados: Ângelo Ferreira, Augusto César, Daniel Coelho, Ricardo Costa, Sílvio Costa Filho, Teresa Leitão, Tony Gel.

Ângelo Ferreira
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 1925/2013, de autoria do Governador do Estado.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 20 de maio de 2014.

Presidente: Raquel Lyra.

Relator : Ângelo Ferreira.

Favoráveis os (7) deputados: Ângelo Ferreira, Augusto César, Daniel Coelho, Ricardo Costa, Sílvio Costa Filho, Teresa Leitão, Tony Gel.

Parecer N° 6193/2014

Projeto de Lei Complementar nº 1928/2014
Autor: Governador do Estado

EMENTA: PROPOSIÇÃO QUE VISA FACULTAR A TRANSFERÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO DOS EMPREGADOS PÚBLICOS QUE INDICA, E DETERMINAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS. MATÉRIA INSERTA NA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA RESIDUAL DOS ESTADOS MEMBROS. NOS TERMOS DO ART. 25, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO GOVERNADOR DO ESTADO. NOS TERMOS DO ART. 19, § 1º, II, IV, VI DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS DE INCONSTITUCIONALIDADE OU ILEGALIDADE. PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

Submeto à apreciação desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça o Projeto de Lei Complementar nº 1928/2014, de autoria do Governador do Estado, encaminhado através da Mensagem nº 55/2014, de 03 de abril de 2014, que visa facultar a transferência de vínculo empregatício dos empregados públicos que indica.

Consoante justificativa exposta, a presente proposição visa facultar aos empregados públicos relacionados no Anexo I, atualmente vinculados à Empresa Pública Pernambuco Participações e Investimentos S/A – PERPART, terem seus contratos individuais de trabalho vinculados à Empresa Pública Instituto Agrônômico de Pernambuco – IPA, nos termos e condições definidos, a partir de 1º de abril de 2014, desde que expressem essa intenção por meio de termo de opção formal e individual.

A presente proposição dá continuidade ao processo de reconhecimento do servidor estadual.

Com arrimo no art. 21 da Constituição Estadual, o Governador do Estado solicitou a observância do regime de urgência na tramitação.

2. Parecer do Relator

A Proposição vem arrimada no art. 19, *caput*, da Constituição Estadual e no art. 194, II, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

A matéria versada no Projeto de Lei ora em análise encontra-se inserta na **competência residual** dos Estados-Membros, nos termos do art. 25, § 1º, da Constituição Federal.

Como leciona **Alexandre de Moraes**: “A regra prevista em relação à competência administrativa dos Estados-membros tem plena aplicabilidade, uma vez que são reservadas aos Estados as competências legislativas que não lhes sejam vedadas pela Constituição.

Assim, os Estados-membros poderão legislar sobre todas as

matérias que não lhes estiverem vedadas implícita ou explicitamente.

São vedações implícitas as competências legislativas reservadas pela Constituição Federal à União (CF, art. 22) e aos municípios (CF, art. 30).

*São vedações explícitas as normas de observância obrigatória pelos Estados-membros na sua auto-organização e normatização própria, consistentes, conforme já estudado, nos princípios sensíveis, estabelecidos e federais extensíveis.” (in **Direito Constitucional**, Ed. Atlas, 16ª ed., 2004, p. 302)*

Não estando a matéria nele tratada compreendida nas competências da União e dos Municípios, deve-se considerá-la competência remanescente dos Estados-membros, com fulcro no art. 25, § 1º, da Carta Magna, cuja redação é a seguinte:

“Art. 25.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.”

Por outro lado, a matéria do projeto de lei ora em análise encontra-se inserta na esfera de iniciativa privativa do Governador do Estado, conforme determina o art. 19, § 1º, II, IV da Constituição Estadual, *in verbis*:

“Art. 19. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador, ao Tribunal de Justiça, ao Tribunal de Contas, ao Procurador-Geral da Justiça e aos cidadãos, nos casos e formas previstos nesta Constituição.

§ 1º É da competência privativa do Governador a iniciativa das leis que disponham sobre:

II – criação e extinção de cargos, funções, empregos públicos na administração direta, autárquica e fundacional, ou aumento de despesa Pública, no âmbito do Poder Executivo;

IV - servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos públicos, estabilidade e aposentadoria de funcionários civis, reforma e transferência de integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar para a inatividade;”

Destaque-se, ainda, que os aspectos financeiros e orçamentários, deverão ser objeto de análise pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, em face de sua competência regimental para opinar sobre as respectivas matérias.

Dessa forma, ressaltando os aspectos que devem ser examinados pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, inexistem em suas disposições quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade.

Diante do exposto, opino no sentido de que o parecer desta Comissão de Constituição, Legislação e Justiça seja pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 1928/2014, de autoria do Governador do Estado.

Ângelo Ferreira
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, tendo em vista as considerações expendidas pelo relator, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 1928/2013, de autoria do Governador do Estado.

Sala da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, em 20 de maio de 2014.

Presidente: Raquel Lyra.

Relator : Ângelo Ferreira.

Favoráveis os (7) deputados: Ângelo Ferreira, Augusto César, Daniel Coelho, Ricardo Costa, Sílvio Costa Filho, Teresa Leitão, Tony Gel.

Parecer N° 6194/2014

Comissão de Administração Pública
Substitutivo Nº 01/2013, apresentado pelo Poder Executivo ao Projeto de Lei Complementar Nº 1930/2014 de Autoria do Poder Executivo

EMENTA: PROPOSIÇÃO PRINCIPAL VISA CORRIGIR OS VALORES NOMINAIS DE VENCIMENTO BASE DOS CARGOS PÚBLICOS INDICADOS RECEBEU SUBSTITUTIVO Nº 01/2014, DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO. ATENDIDOS OS PRECEITOS LEGAIS E REGIMENTAIS. NO MÉRITO, PELA APROVAÇÃO.

1. Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Administração Pública o Substitutivo Nº 01/2014, apresentado pelo Poder Executivo através da mensagem nº 083 de 13 de maio de 2014, ao Projeto de Lei Complementar Nº 1930/2014, também de autoria do Poder Executivo, para análise e emissão de parecer;

1.2- A proposição em discussão encontra-se tramitando nesta Casa Legislativa sob o regime de urgência, nos termos do artigo 21 da Constituição Estadual.

2. Parecer do Relator

2.1- O presente substitutivo altera integralmente o Projeto de Lei Complementar Nº 1930/2013, de autoria do Poder Executivo, com a finalidade de proceder alterações redacionais necessárias, a fim de corrigir equívoco na redação da proposição original;

2.2- O Substitutivo ora em análise, decorre da necessidade de viabilizar a alteração da Lei Complementar nº 276, de 30 de abril de 2014, que corrige os valores nominais de vencimento base dos cargos públicos indicados, no âmbito da Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE;.

2.3- Para efeito da presente Lei., os valores nominais de vencimento base atribuídos às Grades Vencimentais dos cargos a seguir indicados ficam reajustados, a partir de 1º de junho de 2014, nos termos dos respectivos Anexos da presente Lei Complementar, com a aplicação linear do índice percentual de 7,5% (sete vírgula cinco por cento);

2.4- Ainda, ficam igualmente majorados, a partir de 1º de junho de 2014, e no mesmo índice percentual definido no caput, os valores nominais de vencimento base dos cargos públicos legalmente declarados em extinção, a seguir indicados: Professor de Ensino Profissionalizante de Artes e Ofícios, Inspetor de Fiscalização Agropecuária; Odontólogo, símbolo de níveis SO-1 a SO-3; Assessor de Coordenação Comunitária, e Assessor Técnico Administrativo ou de Organização Administrativa e Cargos Especiais, de nível médio e superior, de simbologia CEX e CE1 a CE9, respectivamente, referidos no art. 14 da Lei Complementar nº 75, de 21 de junho de 2005.

2.5- Aos ocupantes do cargo indicado no inciso I do § 1º, fica assegurado, a partir de 1º de junho de 2014, exclusivamente para efeito de desenvolvimento na carreira, sem alteração de sua denominação e de suas respectivas sínteses de atribuições e prerrogativas funcionais, enquadramento na grade vencimental do cargo público de Assistente em Gestão Pública, referido no inciso I do caput, pelo critério exclusivo de valor remuneratório, na faixa de vencimento base cujo valor seja igual, ou imediatamente superior, ao valor do seu respectivo vencimento base, já computada a majoração estabelecida no caput;

2.6- Os valores nominais de vencimento base atribuídos às Grades Vencimentais dos cargos públicos de Auxiliar em Saúde, de Assistente em Saúde, e de Analista em Saúde, instituídos pela Lei Complementar nº 84, de 30 de março de 2006, ficam reajustados, a partir de 1º de junho de 2014, conforme descrito no Anexo III, com a aplicação linear do índice percentual de 7,0% (sete vírgula zero por cento).

2.7-De acordo com o art. 3º da presente Lei, a medida determina que fica instituída, a partir de 1º de junho de 2014, nos valores adiante definidos, gratificação de perigo laboral, a ser atribuída exclusivamente aos servidores ocupantes dos cargos mencionados no art. 1º e que exerçam suas funções no âmbito da Secretaria de Saúde

I – R\$ 42,00 (quarenta e dois reais), para os servidores ocupantes do cargo público de Auxiliar em Saúde;

II – R\$ 51,00 (cinquenta e um reais), para os servidores ocupantes do cargo público de Assistente em Saúde; e

III – R\$ 90,00 (noventa reais), para os servidores ocupantes do cargo público de Analista em Saúde.

2.8- Fica determinado, que a partir de 1º de junho de 2014, o valor da gratificação de que trata o art. 1º da Lei nº 12.756, de 24 de janeiro de 2005, fica fixado em R\$ 2.096,25 (dois mil, noventa e seis reais e vinte e cinco centavos

2.9- No mais, ficam acrescidos os arts. 1º-A e 1º-B à Lei Complementar nº 276, de 30 de abril de 2014, que corrige os valores nominais de vencimento base dos cargos públicos indicados, passa a vigorar com a seguinte alteração:

1º—A -Os valores nominais de vencimento base dos cargos de que trata o art. 1º ficam reajustados, a partir de 1.º de setembro de 2015, com a aplicação linear do índice de 6,19% (seis vírgula dezenove por cento);

Parágrafo único. Ficam igualmente reajustados, na mesma oportunidade e no mesmo índice percentual de?nidos no caput, os valores nominais do vencimento base do cargo público de Analista em Gestão Socioeducativa, de que trata a Lei Complementar nº 225, de 14 de dezembro de 2012. ;

Art. 1º-B A partir da entrada em vigor desta Lei Complementar, a gratificação de risco de vida instituída nos termos do art. 14 da Lei n.º 11.216, de 20 de junho de 1995, com a redação dada pela Lei n.º 12.244, de 28 de junho de 2002, fica convertida em Parcela Autônoma de Vantagem Pessoal – PAVP, pelos valores nominais efetivamente percebidos no mês de maio de 2014;

10- 1º Os valores da PAVP referida no caput não servirão de base de cálculo para a gratificação adicional de tempo de serviço, podendo, contudo, vir a integrar os futuros proventos de aposentadoria dos servidores beneficiários, desde que tenham contribuído sobre esses valores para o Regime Próprio de Previdência do Estado, pelo período mínimo de 5 (cinco) anos, computado a partir da entrada em vigor da presente Lei Complementar. No entanto, as disposições desta Lei Complementar são extensivas às aposentadorias e pensões pertinentes, nos termos da legislação previdenciária em vigor;

11- Cabe ressaltar que o presente Projeto é fruto da negociação do Estado de Pernambuco com as categorias contempladas, refletindo o compromisso das partes na construção equilibrada da presente Lei Complementar, dando continuidade ao processo de reconhecimento do servidor estadual. Por Oportuno, as despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar devem correr à conta das dotações orçamentárias próprias;

12-Diante do exposto, esta relatoria entende que o presente Substitutivo Nº 01/2014 , ao Projeto de Lei Ordinária Nº 1930/2014, está em condições de ser aprovado por este Colegiado Técnico, ***uma vez que evidencia o interesse público com a instituição de normas legais que irão permitir que o Governo do Estado possa promover a correção dos valores nominais de vencimento base dos cargos públicos constante da presente Lei, que serão reajustados, a partir de 1º de junho de 2014, nos termos dos respectivos Anexos da presente Lei Complementar, com a aplicação linear do índice percentual de 7,5% (sete vírgula cinco por cento), neste Estado de Pernambuco,***

Ângelo Ferreira
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Ante o exposto, opinamos no sentido de que seja aprovado o Substitutivo Nº 01/2014, apresentado pelo Poder Executivo ao Projeto de Lei Ordinária Nº 1930/2014, de autoria também do Poder Executivo.

Sala da Comissão de Administração Pública, em 20 de maio de 2014.

Presidente: Raimundo Pimentel.
Relator : Ângelo Ferreira.
Favoráveis os (4) deputados: Ângelo Ferreira, Maviael Cavalcanti, Rodrigo Novaes, Tony Gel.

Parecer N° 6195/2014

Relatório

1.1- Vem a esta Comissão de Educação e Cultura, o Projeto de Lei Complementar nº. 1930/2014 e a Emenda Substitutiva 01/2014, de autoria do Governo do Estado para análise e emissão de parecer;
1.2- A proposição em discussão já recebeu parecer favorável no âmbito da primeira comissão a quem compete analisar a constitucionalidade e legalidade da matéria, inclusive da Emenda Substitutiva Nº 01/2014.

Parecer do Relator

2.1- O projeto em tela visa corrigir os valores nominais de vencimento base dos cargos públicos indicados.
2.2 – De acordo com a justificativa do autor, *in verbis*: *“A presente proposição visa favorecer e conferir maior efetividade ao desenvolvimento e atuação do Estado de Pernambuco, posto que irá assegurar uma maior profissionalização da gestão pública e valorização do servidor para uma atuação voltada para eficácia, eficiência e efetividade de suas ações. Cabe ressaltar que o presente Projeto é também fruto das negociações com a categoria, refletindo o compromisso das partes, governo e servidores, na construção equilibrada das estruturas remuneratórias, dando continuidade ao processo de reconhecimento do servidor estadual”* Concordamos com a justificativa exposta na solicitação feita pelo Governo do Estado, e posteriormente modificada através da Emenda Substitutiva 01/2014 de mesma autoria que explica as alterações propostas:
“A presente Emenda Substitutiva decorre da necessidade de incluir no PLC nº 1930/2014 a Emenda nº 01/2014, publicada no Diário Oficial do Estado em 30 de abril de 2014, bem como viabilizar a alteração da Lei Complementar nº 276, de 30 de abril de 2014, que corrige os valores nominais de vencimento base dos cargos públicos indicados, no âmbito da Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE.”

| |
|---------------------------------------|
| Laura Gomes Deputada |
| Conclusão da Comissão |

Desta maneira e em conformidade com o artigo 99, II, do Regimento Interno opinamos no sentido de que seja aprovado o Substitutivo Nº 01/2014 ao Projeto de Lei Complementar nº. Nº 1930/2014, igualmente de autoria do Governo do Estado.

| |
|---------------------------------------------------------------------------------|
| Sala da Comissão de Educação e Cultura, em 20 de maio de 2014. |
|---------------------------------------------------------------------------------|

Presidente: Laura Gomes.
Relator : Laura Gomes.
Favoráveis os (3) deputados: Laura Gomes, Raquel Lyra, Teresa Leitão.

Parecer N° 6196/2014

Substitutivo 01/2014
Autoria: Poder Executivo
Projeto de Lei Complementar nº. 1930/2014
Autoria: Poder Executivo

EMENTA: Substitui o Projeto de Lei Complementar nº 1930/2014, que corrige os valores nominais de vencimento base dos cargos públicos indicados.

1 Relatório

Vem a esta Comissão de Cidadania e Direitos Humanos e Participação Popular para a análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Complementar nº. 1930/2014, de autoria do Poder Executivo, e o substitutivo 01/2014 de mesma autoria, que alterou parcialmente o projeto original.

O Projeto de Lei corrige os valores nominais de vencimento base dos cargos públicos indicados.

2. Parecer do Relator

Essa proposição está em consonância com os arts. 19, *caput*, da Constituição Estadual, na esfera de iniciativa de lei reservada, privativamente, ao Governador do Estado.

O Presente Projeto de Lei Complementar visa favorecer a gestão pública de Pernambuco, afim de assegurar uma maior profissionalização e valorização do servidor. Os valores, ficam alterados conforme previsto no Anexo I, deste Projeto.

O substitutivo em análise, vem para aperfeiçoar o texto legal, acrescentando modificações à Lei Complementar nº276, de 30 de abril de 2014, que trata sobre valores de remuneração dos cargos públicos indicados.

Diante do exposto, opino no sentido de que o Parecer desta Comissão Cidadania seja pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº. 1930/2014, de autoria do Poder Executivo.

| |
|-----------------------------------------|
| Betinho Gomes Deputado |
| 3. Conclusão da Comissão |

Diante do exposto, tendo em vista as considerações do relator, opinamos pela **aprovação** do Projeto de Lei Complementar n.º

1930/2014, de autoria do Poder Executivo, e o substitutivo 01/2014 de mesma autoria, que alterou parcialmente o projeto original.

| |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Sala da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 20 de maio de 2014. |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Presidente: Betinho Gomes.
Relator : Betinho Gomes.
Favoráveis os (5) deputados: Betinho Gomes, Laura Gomes, Pastor Cleiton Collins, Terezinha Nunes, Zé Maurício.

Parecer N° 6197/2014

Relatório

Vem a esta **COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO**, o **Substitutivo** ao Projeto n.º **1519/2013**, dispõe sobre a exigência de vistoria anual, com laudo técnico acompanhado da respectiva via da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART – para utilização de brinquedos em parques infantis de educação infantil, ensino fundamental público ou privado, bufês, parques públicos, de diversão, condomínios, hotéis, clubes e similares e dá outras providências.

Parecer do Relator

O projeto em tela visa minimizar os acidentes que acontecem em playgrounds, parques infantis de educação infantil, ensino fundamental público ou privado, bufês, parques públicos, de diversão, condomínios, hotéis, clubes ou parques de diversões em todo país. Os acidentes ocorridos desse tipo vem aumentando, assim sendo estipula-se uma vistoria e manutenção para melhor segurança e preservação da vida do ser humano. Diante do exposto, opino no sentido de que o **PARECER** desta Comissão, seja pela **APROVAÇÃO** do **Substitutivo** ao Projeto n.º **1519/2013**, de autoria do Deputado **Gustavo Negromonte**.

Conclusão da Comissão

Baseado nas considerações realizadas, o Colegiado recomenda a **APROVAÇÃO** do **Substitutivo**, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao **Projeto n.º 1519/2013**.

| |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|
| Sala da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em 24 de março de 2014. |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|

Presidente: Leonardo Dias.
Relator : Alberto Feitosa.
Favoráveis os (5) deputados: Adalto Santos, Alberto Feitosa, Leonardo Dias, Vinicius Labanca, Zé Maurício.

Parecer N° 6198/2014

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural.

EMENTA: Favorável, no mérito, à aprovação do Substitutivo nº 01, apresentado em 2º turno, ao Projeto de Lei Complementar nº 1930/2014, ambos de autoria do Poder Executivo.

1. Relatório

1.1 Temos em mãos, para análise e emissão de Parecer, o Substitutivo nº 01, ao Projeto de Lei Complementar nº 1930/2014, oriundo do Poder Executivo, que corrige os valores nominais de vencimento base dos cargos públicos indicados, entre eles o de Inspetor de Fiscalização Agropecuária;
1.2 O Substitutivo em tela foi apresentada pelo Chefe do Poder Executivo, em 2º turno, como permite o Regimento Interno da ALEPE, através da MENSAGEM Nº 83/2014, de 13 de maio de 2014;
1.3 Trata-se de matéria cujo Projeto principal tramita nesta Casa em Regime de Urgência, nos termos do artigo 21 da Constituição do Estado;
1.4 Por força do inciso II, do artigo 208, do Regimento Interno, cabe a esta Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural emitir Parecer quanto ao mérito à matéria em apreço.

2. Parecer do Relator

2.1 O Projeto de Lei Complementar nº 1930/2014, enviado a esta Assembleia Legislativa através da Mensagem nº 57/2014, de 03 de abril de 2014, pelo então Governador EDUARDO CAMPOS, visa corrigir valores nominais de vencimento base dos cargos públicos indicados, entre eles o de Inspetor de Fiscalização Agropecuária, já recebeu os necessários pareceres favoráveis das Comissões Técnicas a que foi distribuído, sendo inclusive aprovado em primeira discussão, em Plenário no dia 29 de abril de 2014;
2.2 Através da Mensagem 75/2014, de 28 de abril de 2014, o atual Governador João Soares Lyra Neto, encaminhou uma Emenda Modificativa nº 01, ao referido projeto alterando o artigo 6º, do projeto original, objetivando a assegurar que os valores nominais de vencimento base dos cargos públicos de Analista em Gestão Sanitária, de Fiscal de Vigilância Sanitária, de Assistente em Gestão Sanitária e de Auxiliar em Gestão Sanitária, integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV instituído pela Lei Complementar nº 198, de 21 de dezembro de 2011, passem a vigorar com os novos valores nominais, constantes do anexo Único (que também é modificado no projeto original), cujos efeitos financeiros vigorarão a partir de 1º de junho de 2014;
2.3 À Emenda Modificativa nº 01, acima citada, este Colegiado já emitiu Parecer favorável em Reunião Ordinária realizada no dia 07 de maio de 2014;
2.4 Agora estamos analisando o Substitutivo nº 01, que decorre da necessidade de incluir no PLC nº 1930/2014 a supra citada Emenda nº 01/2014, publicada no Diário Oficial do Estado em 30 de abril de 2014, bem como viabilizar a alteração da Lei Complementar nº 276, de 30 de abril de 2014, que corrige os valores nominais de vencimento base dos cargos públicos indicados, no âmbito da Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE.

2.5 Trata-se de matéria resultante de negociações com a categoria de servidores que serão beneficiados, refletindo o compromisso das partes, governo e servidores, na construção equilibrada das estruturas remuneratórias;
2.4 Deste modo, o Relator é favorável à aprovação do Substitutivo nº 01, ao Projeto de Lei Complementar nº 1930/2014, oriundo do Poder Executivo.

| |
|----------------------------------------|
| Diogo Moraes Deputado |
| 3. Conclusão da Comissão |

| |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Sala da Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural, em 15 de maio de 2014. |
| Presidente: Silvio Costa Filho. Relator : Diogo Moraes. Favoráveis os (4) deputados: Claudiano Martins Filho, Diogo Moraes, Odacy Amorim, Silvio Costa Filho. |

Presidente: Silvio Costa Filho.
Relator : Diogo Moraes.
Favoráveis os (4) deputados: Claudiano Martins Filho, Diogo Moraes, Odacy Amorim, Silvio Costa Filho.

Parecer N° 6199/2014

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO
PARECER AO SUBSTITUTIVO Nº 01/2014
AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 1.930/2014.
Origem: Poder Executivo do Estado de Pernambuco
Autoria: Governador do Estado de Pernambuco

Ementa: Modifica integralmente o Projeto de Lei Complementar nº 1930/2014, que corrige os valores nominais do vencimento base dos cargos públicos indicados. ***Pela Aprovação.***

1. Histórico

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, ao **Substitutivo nº 01/2014** ao Projeto de Lei Complementar nº 1.930/2014, de autoria do Exmo. Governador do Estado de Pernambuco, João Soares Lyra Neto.

O substitutivo ora apresentado objetiva corrigir os valores nominais do vencimento base dos cargos públicos indicados, passando então, o Projeto de Lei Complementar Nº 1.930/2014, a vigorar com uma redação inteiramente modificada.

Segundo a matéria originária: “os valores nominais de vencimento base atribuídos às Grades “Vencimentais” dos cargos a seguir indicados ficam reajustados, a partir de 1º de junho de 2014, nos termos dos respectivos Anexos da presente Lei Complementar, com a aplicação linear do índice percentual de 7,5% (sete vírgula cinco por cento):”

“I - Auxiliar em Gestão Pública - símbolo de nível AxGP, Assistente em Gestão Pública – símbolo de nível AsGP e Analista em Gestão Pública - símbolo de nível AnGP, integrantes do Grupo Ocupacional Gestão Pública – GOGP, instituído pela Lei Complementar nº 135, de 31 de dezembro de 2008, nos termos do Anexo I; e

II - Auxiliar em Gestão Autárquica ou Fundacional, Assistente em Gestão Autárquica ou Fundacional e Analista em Gestão Autárquica ou Fundacional, integrantes do Grupo Ocupacional Gestão Autárquica ou Fundacional – GOAF, instituído pela Lei Complementar nº 136, de 31 de dezembro de 2008, nos termos do Anexo II.

§ 1º Ficam igualmente majorados, a partir de 1 º de junho de 2014, e no mesmo índice percentual definido no caput, os valores nominais de vencimento base dos cargos públicos legalmente declarados em extinção, a seguir indicados:

I - Professor de Ensino Profissionalizante de Artes e Ofícios;
II - Inspetor de Fiscalização Agropecuária;
III - Odontólogo, símbolo de níveis SO-1 a SO-3;
IV - Assessor de Coordenação Comunitária; e
V - Assessor Técnico Administrativo ou de Organização Administrativa e Cargos Especiais, de nível médio e superior, de simbologia CEX e CE1 a CE9, respectivamente, referidos no art. 14 da Lei Complementar nº 75, de 21 de junho de 2005.”

De acordo com a mensagem governamental que encaminha a matéria, o Substitutivo Nº 01/2014 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.930/2014, visa assegurar que os valores nominais de vencimento base dos cargos públicos de Analista em Gestão Sanitária, de Fiscal de Vigilância Sanitária, de Assistente em Gestão Sanitária e de Auxiliar em Gestão Sanitária, integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV instituído pela Lei Complementar nº 198, de 21 de dezembro de 2011, passem a vigorar com os novos valores nominais, constantes do anexo Único, cujos efeitos financeiros vigorarão a partir de 1º de junho de 2014.

A presente Emenda Substitutiva decorre da necessidade de incluir no PLC nº 1930/2014 a Emenda nº 01/2014, publicada no Diário Oficial do Estado em 30 de abril de 2014, bem como viabilizar a alteração da Lei Complementar nº 276, de 30 de abril de 2014, que corrige os valores nominais de vencimento base dos cargos públicos indicados, no âmbito da Fundação de Atendimento Socioeducativo – FUNASE.

2. Parecer do Relator

Os gastos que adviriam com a implementação do projeto de lei em tela enquadrar-se-iam na condição de despesa obrigatória de caráter continuado. Nesse sentido, a proposição fica sujeita à observância do disposto no artigo 17, § 1º, da LRF.

Pelo que dispõe o §1º do art. 17 da LRF, o ato que criar ou aumentar despesa de caráter continuado deverá ser instruído com

estimativa do impacto orçamentário financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subseqüentes e demonstrar a origem dos recursos para o seu custeio.

Foi apresentada, em anexo, à repercussão financeira advinda da implementação desta lei, conforme declaração apresentada em forma de documento pelo Secretário de Administração do Estado, que atesta ainda que as despesas a serem criadas estão de acordo com o disposto no art. 16, II, da LRF quanto à adequação orçamentária e financeira, estando também compatível com o PPA.

Conforme a declaração apresentada pela Secretaria de Administração, o impacto financeiro para o exercício em curso e os dois subseqüentes são os seguintes:

| | |
|------------|-------------------|
| Ano | Valor –R\$ |
| 2014 | R\$ 31.009.642,48 |
| 2015 | R\$ 50.545.234,69 |
| 2016 | R\$ 51.939.841,83 |

De acordo com a documentação apresentada no Resumo da apuração do cumprimento legal do Poder executivo de 31/01/2014, a despesa total com pessoal e encargos do Governo do Estado representa 44,21 % da Receita Corrente Líquida do Estado, percentual que não excede o limite máximo de 49% estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

É informado no corpo da propositura que as despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Necessário ainda ressaltar que conforme análise exarado em parecer pela competente Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, inexistem nas disposições do Projeto de Lei ora em análise quaisquer vícios de inconstitucionalidade ou ilegalidade.

Considerando que a proposição está de acordo com as legislações financeira, orçamentária e tributária, opino favoravelmente à aprovação do **Substitutivo Nº 01/2014** ao Projeto de Lei Complementar Nº 1.930/2014, oriunda do Poder Executivo.

| |
|-----------------------------------------|
| Betinho Gomes Deputado |
| 3. Conclusão da Comissão |

Acolhendo o parecer do relator, decide este Colegiado pela APROVAÇÃO do **Substitutivo Nº 01/2014** ao Projeto de Lei Complementar Nº 1.930/2014, de autoria Governador do Estado de Pernambuco.

| |
|-------------------------------------------------------------------------------------|
| Sala da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, em 20 de maio de 2014. |
|-------------------------------------------------------------------------------------|

Presidente: Clodoaldo Magalhães.
Relator : Betinho Gomes.
Favoráveis os (4) deputados: Diogo Moraes, Maviael Cavalcanti, Rodrigo Novaes, Terezinha Nunes.

Parecer N° 6200/2014

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural.
Ao Projeto de Lei Complementar nº 1928/2014, de autoria do Poder Executivo.

EMENTA: Favorável, no mérito, à aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 1928/2014, de autoria do Poder Executivo, que faculta a transferência de vínculo empregatício dos empregados públicos, atualmente vincula-dos à Empresa Pública Pernambuco Partici-pações e Investimentos S/A – PERPART.

1. Relatório

1.1 Temos em mãos, para análise e emissão de Parecer, o Projeto de Lei Complementar nº 1928/2014, oriundo do Poder Executivo, que faculta a transferência de vínculo empregatício dos empregados públicos, atualmente vinculados à Empresa Pública Pernambuco Participações e Investimentos S/A – PERPART;
1.2 A proposta em tela recebeu, em reunião realizada no dia 22 de abril de 2014, parecer favorável da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, quanto aos aspectos de constitucionalidade e legalidade;
1.3 Trata-se de matéria que tramita nesta Casa em Regime de Urgência, nos termos do artigo 21 da Constituição do Estado;
1.4 Por força do inciso II, do artigo 208, do Regimento Interno, cabe a esta Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural emitir Parecer quanto ao mérito na matéria em apreço.

2. Parecer do Relator

2.1 O Projeto de Lei Complementar nº 1928/2014, enviado a esta Assembleia Legislativa através da Mensagem nº 55/2014, pelo então Governador EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS, visa facultar a empregados públicos atualmente vinculados à Empresa Pública Pernambuco Participações e Investimentos S/A – PERPART, terem seus contratos individuais de trabalho vinculados à Empresa Pública Instituto Agrônômico de Pernambuco – IPA, nos termos e condições definidos, a partir de 1º de abril de 2014, desde que expresseem essa intenção por meio de termo de opção formal e individual;

2.2 É um projeto que indica a possibilidade de melhorias para servidores do Estado de Pernambuco, com o reconhecimento de sua valorização.

2.4 Diante do exposto, o Relator é favorável à aprovação na íntegra do Projeto de Lei Complementar nº 1928/2014, oriundo do Poder Executivo.

| |
|----------------------------------------|
| Diogo Moraes Deputado |
|----------------------------------------|

3. Conclusão da Comissão

A Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural, por seus membros infra assinados, concordando com o Parecer do Relator acima descrito, opinam, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 1928/2014, de autoria do Poder Executivo.

Sala da Comissão de Agricultura, Pecuária e
Política Rural, em 29 de abril de 2014.

Presidente: **Silvio Costa Filho.**
Relator : **Diogo Moraes.**
Favoráveis os (4) deputados: **Ângelo Ferreira, Antônio Moraes, Diogo Moraes, Silvio Costa Filho.**

Parecer N° 6201/2014

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1319/2013, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de ar condicionado nos veículos integrantes dos Corredores Troncais (Radiais, Perimetrais e Interterminais) do Sistema Estrutural Integrado - SEI, Transporte Rápido por Ônibus do Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife - STPP/RMR, e dá outras providências.

Art. 1º Os veículos integrantes dos Corredores Troncais (Radiais, Perimetrais e Interterminais) do Sistema Estrutural Integrado - SEI, Transporte Rápido por Ônibus do Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife - STPP/RMR, deverão ser equipados com ar condicionado.

Art. 2º A climatização dos demais veículos integrantes do Sistema de Transporte Público de Passageiros da Região Metropolitana do Recife – STPP/RMR deverá ser exigida de forma gradual, conforme estabelecido em Decreto do Poder Executivo, observados o impacto no equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Art. 3º A temperatura no interior dos veículos obedecerá aos padrões referenciais de qualidade do ar interior em ambientes climatizados artificialmente de uso público coletivo, conforme normas definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA.

Art. 4º A cada 6 (seis) meses as empresas concessionárias deverão apresentar aos órgãos responsáveis pela fiscalização laudos que atestem o pleno funcionamento dos aparelhos de ar condicionado.

Art. 5º Caberá aos órgãos competentes a efetiva fiscalização do cumprimento deste dispositivo legal.

Art. 6º As empresas concessionárias do serviço que não se adequarem aos termos desta Lei ficarão sujeitas às penalidades previstas nas Leis Federais nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Adalto Santos
Deputado

Sala da Comissão de Redação Final,
em 20 de maio de 2014.

Presidente: **Everaldo Cabral.**
Relator : **Adalto Santos.**
Favoráveis os (3) deputados: **Adalto Santos, Augusto César, Everaldo Cabral.**

Parecer N° 6202/2014

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Projeto de Lei Complementar nº 1911/2014, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Determina o início do processo de desenvolvimento na carreira dos cargos indicados.

Art. 1º Fica assegurado, a partir de 1º de março de 2014, aos servidores ocupantes dos cargos previstos nos incisos IV a IX do art. 7º da Lei Complementar nº 137, de 31 de dezembro de 2008, o início do processo de avaliação de desempenho anual, visando à progressão ou promoção na respectiva carreira, cujos eventuais efeitos financeiros decorrentes serão implementados, excepcionalmente, na folha de pagamento do mês de junho de 2014, retroativamente ao mês de março do mesmo ano, e cujos critérios serão definidos em decreto específico.

§ 1º Excepcionalmente, o segundo ciclo avaliativo ocorrerá no período compreendido entre os meses de junho de 2014 a fevereiro de 2015, e os eventuais efeitos financeiros serão implantados na folha de pagamento do mês de março de 2015.

§ 2º Para efeito do disposto no *caput*, o processo de avaliação de desempenho dos exercícios subsequentes dar-se-á, invariavelmente, no período compreendido entre os meses de março a fevereiro, inclusive, e os seus eventuais efeitos financeiros ocorrerão sempre no mês de março imediatamente posterior.

§ 3º Ainda para efeito do disposto no *caput*, considerar-se-á apto à progressão ou promoção nele referida, o servidor que satisfizer os requisitos definidos em decreto específico.

Art. 2º Para efeito do enquadramento definido no § 2º do art. 19 da Lei Complementar nº 137, de 31 de dezembro de 2008, será assegurado, em junho de 2014, um eventual reposicionamento de classe na carreira, mantidos os atuais níveis de enquadramento na faixa e matriz ocupados, em decorrência, excepcional e exclusivamente, de novo cômputo do tempo de serviço em atividades de natureza não típicas daquelas de natureza estritamente policial civil, exercidas anteriormente à posse do atual cargo público, limitado a 10 (dez) anos.

Art. 3º Fica assegurado aos titulares dos cargos públicos mencionados no art. 1º, excepcional e exclusivamente no mês de setembro de 2014, e para aqueles que ostentem mais de 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público, em atividades de natureza estritamente policial ou correlata e, ainda, considerando-se o cômputo do tempo de serviço mencionado no art. 2º, progressão ou promoção para a faixa de vencimento base “f”, da classe IV, da matriz na qual se encontre.

Art. 4º As disposições desta Lei Complementar são extensivas, no que couber, às aposentadorias e pensões, observada a legislação previdenciária em vigor.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Adalto Santos
Deputado

Sala da Comissão de Redação Final,
em 20 de maio de 2014.

Presidente: **Everaldo Cabral.**
Relator : **Adalto Santos.**
Favoráveis os (3) deputados: **Adalto Santos, Augusto César, Everaldo Cabral.**

Parecer N° 6203/2014

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei Complementar nº 1930/2014, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Corrige os valores nominais de vencimento base para os cargos públicos que indica.

Art. 1º Os valores nominais de vencimento base atribuídos às Grades Vencimentais dos cargos a seguir indicados ficam reajustados, a partir de 1º de junho de 2014, nos termos dos respectivos Anexos da presente Lei Complementar, com a aplicação linear do índice percentual de 7,5% (sete vírgula cinco por cento):

I - Auxiliar em Gestão Pública - símbolo de nível AxGP, Assistente em Gestão Pública – símbolo de nível AsGP e Analista em Gestão Pública - símbolo de nível AnGP, integrantes do Grupo Ocupacional Gestão Pública – GOGP, instituído pela Lei Complementar nº 135, de 31 de dezembro de 2008, nos termos do Anexo I; e

II - Auxiliar em Gestão Autárquica ou Fundacional, Assistente em Gestão Autárquica ou Fundacional e Analista em Gestão Autárquica ou Fundacional, integrantes do Grupo Ocupacional Gestão Autárquica ou Fundacional – GOAF, instituído pela Lei Complementar nº 136, de 31 de dezembro de 2008, nos termos do Anexo II.

§ 1º Ficam igualmente majorados, a partir de 1º de junho de 2014, e no mesmo índice percentual definido no *caput*, os valores nominais de vencimento base dos cargos públicos legalmente declarados em extinção, a seguir indicados:

I - Professor de Ensino Profissionalizante de Artes e Ofícios;

II - Inspetor de Fiscalização Agropecuária;

III - Odontólogo, símbolo de níveis SO-1 a SO-3;

IV - Assessor de Coordenação Comunitária; e

V - Assessor Técnico Administrativo ou de Organização Administrativa e Cargos Especiais, de nível médio e superior, de simbologia CEX e CE1 a CE9, respectivamente, referidos no art. 14 da Lei Complementar nº 75, de 21 de junho de 2005.

§ 2º Aos ocupantes do cargo indicado no inciso I do § 1º, fica assegurado, a partir de 1º de junho de 2014, exclusivamente para efeito de desenvolvimento na carreira, sem alteração de sua denominação e de suas respectivas sínteses de atribuições e prerrogativas funcionais, enquadramento na grade vencimental do cargo público de Assistente em Gestão Pública, referido no inciso I do *caput*, pelo critério exclusivo de valor remuneratório, na faixa de vencimento base cujo valor seja igual, ou imediatamente superior, ao valor do seu respectivo vencimento base, já computada a majoração estabelecida no *caput*.

Art. 2º Os valores nominais de vencimento base atribuídos às Grades Vencimentais dos cargos públicos de Auxiliar em Saúde, de Assistente em Saúde, e de Analista em Saúde, instituídos pela Lei Complementar nº 84, de 30 de março de 2006, ficam reajustados, a partir de 1º de junho de 2014, conforme descrito no Anexo III, com a aplicação linear do índice percentual de 7,0% (sete vírgula zero por cento).

Art. 3º Fica instituída, a partir de 1º de junho de 2014, nos valores adiante definidos, gratificação de perigo laboral, a ser atribuída exclusivamente aos servidores ocupantes dos cargos mencionados no art. 1º e que exerçam suas funções no âmbito da Secretaria de Saúde:

I – R\$ 42,00 (quarenta e dois reais), para os servidores ocupantes do cargo público de Auxiliar em Saúde;

II – R\$ 51,00 (cinquenta e um reais), para os servidores ocupantes do cargo público de Assistente em Saúde; e

III – R\$ 90,00 (noventa reais), para os servidores ocupantes do cargo público de Analista em Saúde.

Art. 4º A partir de 1º de junho de 2014, o valor da gratificação de que trata o art. 1º da Lei nº 12.756, de 24 de janeiro de 2005, fica fixado em R\$ 2.096,25 (dois mil, noventa e seis reais e vinte e cinco centavos).

Art. 5º Ficam reajustados, com a aplicação do índice de 7,5% (sete vírgula cinco por cento), a partir de 1º de junho de 2014, os valores nominais de vencimento base dos cargos cujos respectivos servidores ocupantes não sejam beneficiários de Planos de Cargos, Carreiras e Vencimentos – PCCV e que percebam vencimentos, excluídas as vantagens pessoais, nos termos da alínea “b” do §2º do art. 1º da Lei Complementar nº 13, de 30 de janeiro de 1995, integrados, exclusivamente, por vencimento base e respectiva gratificação de representação, esta última havendo sido ou não objeto da conversão em Parcela Autônoma de Vantagem Pessoal, consoante determinação do art. 14 da Lei Complementar nº 78, de 18 de novembro de 2005.

Art. 6º As grades de vencimento base dos cargos públicos de Analista em Gestão Sanitária, de Fiscal de Vigilância Sanitária, de Assistente em Gestão Sanitária e de Auxiliar em Gestão Sanitária, integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos - PCCV instituído pela Lei Complementar nº 198, de 21 de dezembro de 2011, passam a vigorar com os novos valores nominais fixados nos termos do Anexo IV, cujos efeitos financeiros vigorarão a partir de 1º de junho de 2014.

Art. 7º Ficam acrescidos os arts. 1º-A e 1º-B à Lei Complementar nº 276, de 30 de abril de 2014, que corrige os valores nominais de vencimento base dos cargos públicos indicados, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º-A Os valores nominais de vencimento base dos cargos de que trata o art. 1º ficam reajustados, a partir de 1.º de setembro de 2015, com a aplicação linear do índice de 6,19% (seis vírgula dezenove por cento). (AC)

Parágrafo único. Ficam igualmente reajustados, na mesma oportunidade e no mesmo índice percentual de?nidos no *caput*, os valores nominais do vencimento base do cargo público de Analista em Gestão Socioeducativa, de que trata a Lei Complementar nº 225, de 14 de dezembro de 2012. (AC)

Art. 1º-B A partir da entrada em vigor desta Lei Complementar, a gratificação de risco de vida instituída nos termos do art. 14 da Lei n.º 11.216, de 20 de junho de 1995, com a redação dada pela Lei n.º 12.244, de 28 de junho de 2002, fica convertida em Parcela Autônoma de Vantagem Pessoal – PAVP, pelos valores nominais efetivamente percebidos no mês de maio de 2014. (AC)”

§ 1º Os valores da PAVP referida no *caput* não servirão de base de cálculo para a gratificação adicional de tempo de serviço, podendo, contudo, vir a integrar os futuros proventos de aposentadoria dos servidores beneficiários, desde que tenham contribuído sobre esses valores para o Regime Próprio de Previdência do Estado, pelo período mínimo de 5 (cinco) anos, computado a partir da entrada em vigor da presente Lei Complementar. (AC)

§ 2º Aos servidores referidos no art. 1º, que venham eventualmente a ser alcançados, no curso do período mencionado no §1º, pelos efeitos jurídicos da aposentadoria compulsória, fica assegurada a agregação da referida PAVP aos respectivos proventos de aposentação, independentemente do tempo de contribuição. (AC)”

Art. 8º As disposições desta Lei Complementar são extensivas às aposentadorias e pensões pertinentes, nos termos da legislação previdenciária em vigor.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar devem correr à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

| ANEXO I | | | | | | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| GRADE DE VENCIMENTO BASE DO CARGO PÚBLICO DE AUXILIAR EM GESTÃO PÚBLICA – AxGP (Valores nominais válidos a partir de 1º de junho de 2014, para carga horária de 30 horas semanais) | | | | | | | |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | SÉRIE DE CLASSES (com intervalos de 2%) | | | | | | |
| | I | | | | | | |
| Fundamental com Qualificação de 360 h | 862,80 | 867,11 | 871,45 | 875,81 | 880,19 | 884,59 | 889,01 |
| Fundamental com Qualificação de 240 h | 821,71 | 825,82 | 829,95 | 834,10 | 838,27 | 842,46 | 846,68 |
| Fundamental com Qualificação de 180 h ou Ensino Médio Completo | 782,58 | 786,50 | 790,43 | 794,38 | 798,35 | 802,35 | 806,36 |
| Ensino Fundamental Completo | 745,32 | 749,05 | 752,79 | 756,55 | 760,34 | 764,14 | 767,96 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 0,5%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | II | | | | | | |
| Fundamental com Qualificação de 360 h | 906,79 | 911,32 | 915,88 | 920,46 | 925,06 | 929,69 | 934,34 |
| Fundamental com Qualificação de 240 h | 863,61 | 867,93 | 872,27 | 876,63 | 881,01 | 885,42 | 889,84 |
| Fundamental com Qualificação de 180 h ou Ensino Médio Completo | 822,49 | 826,60 | 830,73 | 834,88 | 839,06 | 843,25 | 847,47 |
| Ensino Fundamental Completo | 783,32 | 787,24 | 791,17 | 795,13 | 799,10 | 803,10 | 807,11 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 0,5%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | III | | | | | | |
| Fundamental com Qualificação de 360 h | 953,02 | 957,79 | 962,58 | 967,39 | 972,23 | 977,09 | 981,97 |
| Fundamental com Qualificação de 240 h | 907,64 | 912,18 | 916,74 | 921,32 | 925,93 | 930,56 | 935,21 |
| Fundamental com Qualificação de 180 h ou Ensino Médio Completo | 864,42 | 868,74 | 873,09 | 877,45 | 881,84 | 886,25 | 890,68 |
| Ensino Fundamental Completo | 823,26 | 827,37 | 831,51 | 835,67 | 839,85 | 844,04 | 848,27 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 0,5%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | IV | | | | | | |
| Fundamental com Qualificação de 360 h | 1.001,61 | 1.006,62 | 1.011,65 | 1.016,71 | 1.021,80 | 1.026,90 | 1.032,04 |
| Fundamental com Qualificação de 240 h | 953,92 | 958,69 | 963,48 | 968,30 | 973,14 | 978,00 | 982,89 |
| Fundamental com Qualificação de 180 h ou Ensino Médio Completo | 908,49 | 913,03 | 917,60 | 922,19 | 926,80 | 931,43 | 936,09 |
| Ensino Fundamental Completo | 865,23 | 869,56 | 873,90 | 878,27 | 882,67 | 887,08 | 891,51 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 0,5%) | a | b | c | d | e | f | g |
| GRADE DE VENCIMENTO BASE DO CARGO PÚBLICO DE ASSISTENTE EM GESTÃO PÚBLICA – AsGP (Valores nominais válidos a partir de 1º de junho de 2014, para carga horária de 30 horas semanais) | | | | | | | |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | SÉRIE DE CLASSES (com intervalos de 2%) | | | | | | |
| | I | | | | | | |
| Ensino Médio com Qualificação de 360 h | 879,70 | 884,10 | 888,52 | 892,96 | 897,43 | 901,91 | 906,42 |
| Ensino Médio com Qualificação de 240 h | 837,81 | 842,00 | 846,21 | 850,44 | 854,69 | 858,96 | 863,26 |
| Ensino Médio com Qualificação de 180 h ou Graduação | 797,91 | 801,90 | 805,91 | 809,94 | 813,99 | 818,06 | 822,15 |
| Ensino Médio | 759,92 | 763,72 | 767,54 | 771,37 | 775,23 | 779,11 | 783,00 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 0,5%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | II | | | | | | |
| Ensino Médio com Qualificação de 360 h | 924,55 | 929,17 | 933,82 | 938,49 | 943,18 | 947,90 | 952,64 |
| Ensino Médio com Qualificação de 240 h | 880,52 | 884,93 | 889,35 | 893,80 | 898,27 | 902,76 | 907,27 |
| Ensino Médio com Qualificação de 180 h ou Graduação | 838,60 | 842,79 | 847,00 | 851,24 | 855,49 | 859,77 | 864,07 |
| Ensino Médio | 798,66 | 802,66 | 806,67 | 810,70 | 814,76 | 818,83 | 822,92 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 0,5%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | III | | | | | | |
| Ensino Médio com Qualificação de 360 h | 971,69 | 976,55 | 981,43 | 986,34 | 991,27 | 996,23 | 1.001,21 |
| Ensino Médio com Qualificação de 240 h | 925,42 | 930,05 | 934,70 | 939,37 | 944,07 | 948,79 | 953,53 |
| Ensino Médio com Qualificação de 180 h ou Graduação | 881,35 | 885,76 | 890,19 | 894,64 | 899,11 | 903,61 | 908,12 |
| Ensino Médio | 839,38 | 843,58 | 847,80 | 852,04 | 856,30 | 860,58 | 864,88 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 0,5%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | IV | | | | | | |
| Ensino Médio com Qualificação de 360 h | 1.021,23 | 1.026,34 | 1.031,47 | 1.036,63 | 1.041,81 | 1.047,02 | 1.052,25 |
| Ensino Médio com Qualificação de 240 h | 972,60 | 977,46 | 982,35 | 987,26 | 992,20 | 997,16 | 1.002,15 |
| Ensino Médio com Qualificação de 180 h ou Graduação | 926,29 | 930,92 | 935,57 | 940,25 | 944,95 | 949,68 | 954,42 |
| Ensino Médio | 882,18 | 886,59 | 891,02 | 895,48 | 899,95 | 904,45 | 908,98 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 0,5%) | a | b | c | d | e | f | g |
| GRADE DE VENCIMENTO BASE DO CARGO PÚBLICO DE ANALISTA EM GESTÃO PÚBLICA – AnGP (Valores nominais válidos a partir de 1º de junho de 2014, para carga horária de 30 horas semanais) | | | | | | | |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | SÉRIE DE CLASSES (com intervalos de 2%) | | | | | | |
| | I | | | | | | |
| Doutorado | 1.640,99 | 1.649,19 | 1.657,44 | 1.665,73 | 1.674,06 | 1.682,43 | 1.690,84 |
| Mestrado | 1.562,85 | 1.570,66 | 1.578,52 | 1.586,41 | 1.594,34 | 1.602,31 | 1.610,32 |
| Especialização | 1.488,43 | 1.495,87 | 1.503,35 | 1.510,86 | 1.518,42 | 1.526,01 | 1.533,64 |
| Graduação | 1.417,55 | 1.424,64 | 1.431,76 | 1.438,92 | 1.446,11 | 1.453,34 | 1.460,61 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 0,5%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | II | | | | | | |
| Doutorado | 1.724,66 | 1.733,28 | 1.741,95 | 1.750,66 | 1.759,41 | 1.768,21 | 1.777,05 |
| Mestrado | 1.642,53 | 1.650,74 | 1.659,00 | 1.667,29 | 1.675,63 | 1.684,01 | 1.692,43 |
| Especialização | 1.564,31 | 1.572,14 | 1.580,00 | 1.587,90 | 1.595,84 | 1.603,81 | 1.611,83 |
| Graduação | 1.489,82 | 1.497,27 | 1.504,76 | 1.512,28 | 1.519,84 | 1.527,44 | 1.535,08 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 0,5%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | III | | | | | | |
| Doutorado | 1.812,59 | 1.821,65 | 1.830,76 | 1.839,91 | 1.849,11 | 1.858,36 | 1.867,65 |
| Mestrado | 1.726,27 | 1.734,91 | 1.743,58 | 1.752,30 | 1.761,06 | 1.769,86 | 1.778,71 |
| Especialização | 1.644,07 | 1.652,29 | 1.660,55 | 1.668,85 | 1.677,20 | 1.685,59 | 1.694,01 |
| Graduação | 1.565,78 | 1.573,61 | 1.581,48 | 1.589,39 | 1.597,33 | 1.605,32 | 1.613,35 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 0,5%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | IV | | | | | | |
| Doutorado | 1.905,00 | 1.914,53 | 1.924,10 | 1.933,72 | 1.943,39 | 1.953,11 | 1.962,87 |
| Mestrado | 1.814,29 | 1.823,36 | 1.832,48 | 1.841,64 | 1.850,85 | 1.860,10 | 1.869,40 |
| Especialização | 1.727,89 | 1.736,53 | 1.745,22 | 1.753,94 | 1.762,71 | 1.771,52 | 1.780,38 |
| Graduação | 1.645,61 | 1.653,84 | 1.662,11 | 1.670,42 | 1.678,77 | 1.687,17 | 1.695,60 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 0,5%) | a | b | c | d | e | f | g |
| ANEXO II | | | | | | | |
| GRADE DE VENCIMENTO BASE DO CARGO PÚBLICO DE AUXILIAR EM GESTÃO AUTÁRQUICA OU FUNDACIONAL – AxGAF (Valores nominais válidos a partir de 1º de junho de 2014, para carga horária de 30 horas semanais) | | | | | | | |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | SÉRIE DE CLASSES (com intervalos de 8%, 12% e 18%) | | | | | | |
| | I | | | | | | |
| Fundamental com Qualificação de 360 h | 862,80 | 875,74 | 888,88 | 902,21 | 915,74 | 929,48 | 943,42 |
| Fundamental com Qualificação de 240 h | 821,71 | 834,04 | 846,55 | 859,25 | 872,14 | 885,22 | 898,50 |
| Fundamental com Qualificação de 180 h ou Ensino Médio Completo | 782,58 | 794,32 | 806,24 | 818,33 | 830,61 | 843,07 | 855,71 |
| Ensino Fundamental Completo | 745,32 | 756,50 | 767,85 | 779,36 | 791,05 | 802,92 | 814,96 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 1,5%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | II | | | | | | |
| Fundamental com Qualificação de 360 h | 1.018,90 | 1.034,18 | 1.049,69 | 1.065,44 | 1.081,42 | 1.097,64 | 1.114,11 |
| Fundamental com Qualificação de 240 h | 970,38 | 984,93 | 999,71 | 1.014,70 | 1.029,92 | 1.045,37 | 1.061,05 |
| Fundamental com Qualificação de 180 h ou Ensino Médio Completo | 924,17 | 938,03 | 952,10 | 966,38 | 980,88 | 995,59 | 1.010,53 |
| Ensino Fundamental Completo | 880,16 | 893,36 | 906,76 | 920,37 | 934,17 | 948,18 | 962,41 |

| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 1,5%) | a | b | c | d | e | f | g |
|----------------------------------------------------------------|------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | III | | | | | | |
| Fundamental com Qualificação de 360 h | 1.247,80 | 1.266,52 | 1.285,51 | 1.304,80 | 1.324,37 | 1.344,23 | 1.364,40 |
| Fundamental com Qualificação de 240 h | 1.188,38 | 1.206,20 | 1.224,30 | 1.242,66 | 1.261,30 | 1.280,22 | 1.299,43 |
| Fundamental com Qualificação de 180 h ou Ensino Médio Completo | 1.131,79 | 1.148,77 | 1.166,00 | 1.183,49 | 1.201,24 | 1.219,26 | 1.237,55 |
| Ensino Fundamental Completo | 1.077,90 | 1.094,06 | 1.110,47 | 1.127,13 | 1.144,04 | 1.161,20 | 1.178,62 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 1,5%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | IV | | | | | | |
| Fundamental com Qualificação de 360 h | 1.609,99 | 1.634,14 | 1.658,65 | 1.683,53 | 1.708,78 | 1.734,41 | 1.760,43 |
| Fundamental com Qualificação de 240 h | 1.533,32 | 1.556,32 | 1.579,67 | 1.603,36 | 1.627,41 | 1.651,82 | 1.676,60 |
| Fundamental com Qualificação de 180 h ou Ensino Médio Completo | 1.460,31 | 1.482,21 | 1.504,44 | 1.527,01 | 1.549,92 | 1.573,16 | 1.596,76 |
| Ensino Fundamental Completo | 1.390,77 | 1.411,63 | 1.432,80 | 1.454,30 | 1.476,11 | 1.498,25 | 1.520,73 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 1,5%) | a | b | c | d | e | f | g |

GRADE DE VENCIMENTO BASE DO CARGO PÚBLICO DE ASSISTENTE EM GESTÃO AUTÁRQUICA OU FUNDACIONAL – AsGAF
(Valores nominais válidos a partir de 1º de junho de 2014, para carga horária de 30 horas semanais)

| | | | | | | | |
|-----------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | SÉRIE DE CLASSES (com intervalos de 8%, 12% e 18%) | | | | | | |
| | I | | | | | | |
| Ensino Médio com Qualificação de 360 h | 879,70 | 892,89 | 906,29 | 919,88 | 933,68 | 947,69 | 961,90 |
| Ensino Médio com Qualificação de 240 h | 837,81 | 850,38 | 863,13 | 876,08 | 889,22 | 902,56 | 916,10 |
| Ensino Médio com Qualificação de 180 h ou Graduação | 797,91 | 809,88 | 822,03 | 834,36 | 846,88 | 859,58 | 872,47 |
| Ensino Médio | 759,92 | 771,32 | 782,89 | 794,63 | 806,55 | 818,65 | 830,93 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 1,5%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | II | | | | | | |
| Ensino Médio com Qualificação de 360 h | 1.038,85 | 1.054,44 | 1.070,25 | 1.086,31 | 1.102,60 | 1.119,14 | 1.135,93 |
| Ensino Médio com Qualificação de 240 h | 989,38 | 1.004,23 | 1.019,29 | 1.034,58 | 1.050,10 | 1.065,85 | 1.081,84 |
| Ensino Médio com Qualificação de 180 h ou Graduação | 942,27 | 956,40 | 970,75 | 985,31 | 1.000,09 | 1.015,09 | 1.030,32 |
| Ensino Médio | 897,40 | 910,86 | 924,52 | 938,39 | 952,47 | 966,76 | 981,26 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 1,5%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | III | | | | | | |
| Ensino Médio com Qualificação de 360 h | 1.272,24 | 1.291,32 | 1.310,69 | 1.330,35 | 1.350,31 | 1.370,56 | 1.391,12 |
| Ensino Médio com Qualificação de 240 h | 1.211,66 | 1.229,83 | 1.248,28 | 1.267,00 | 1.286,01 | 1.305,30 | 1.324,88 |
| Ensino Médio com Qualificação de 180 h ou Graduação | 1.153,96 | 1.171,27 | 1.188,84 | 1.206,67 | 1.224,77 | 1.243,14 | 1.261,79 |
| Ensino Médio | 1.099,01 | 1.115,49 | 1.132,23 | 1.149,21 | 1.166,45 | 1.183,94 | 1.201,70 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 1,5%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | IV | | | | | | |
| Ensino Médio com Qualificação de 360 h | 1.641,52 | 1.666,15 | 1.691,14 | 1.716,50 | 1.742,25 | 1.768,39 | 1.794,91 |
| Ensino Médio com Qualificação de 240 h | 1.563,35 | 1.586,81 | 1.610,61 | 1.634,77 | 1.659,29 | 1.684,18 | 1.709,44 |
| Ensino Médio com Qualificação de 180 h ou Graduação | 1.488,91 | 1.511,24 | 1.533,91 | 1.556,92 | 1.580,27 | 1.603,98 | 1.628,04 |
| Ensino Médio | 1.418,01 | 1.439,28 | 1.460,87 | 1.482,78 | 1.505,02 | 1.527,60 | 1.550,51 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 1,5%) | a | b | c | d | e | f | g |

GRADE DE VENCIMENTO BASE DO CARGO PÚBLICO DE ANALISTA EM GESTÃO AUTÁRQUICA OU FUNDACIONAL – AnGAF
(Valores nominais válidos a partir de 1º de junho de 2014, para carga horária de 30 horas semanais)

| | | | | | | | |
|-------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | SÉRIE DE CLASSES (com intervalos de 8%, 12% e 18%) | | | | | | |
| | I | | | | | | |
| Doutorado | 1.640,99 | 1.665,60 | 1.690,59 | 1.715,95 | 1.741,69 | 1.767,81 | 1.794,33 |
| Mestrado | 1.562,85 | 1.586,29 | 1.610,08 | 1.634,24 | 1.658,75 | 1.683,63 | 1.708,89 |
| Especialização | 1.488,43 | 1.510,75 | 1.533,41 | 1.556,42 | 1.579,76 | 1.603,46 | 1.627,51 |
| Graduação | 1.417,55 | 1.438,81 | 1.460,39 | 1.482,30 | 1.504,53 | 1.527,10 | 1.550,01 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 1,5%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | II | | | | | | |
| Doutorado | 1.937,88 | 1.966,94 | 1.996,45 | 2.026,39 | 2.056,79 | 2.087,64 | 2.118,96 |
| Mestrado | 1.845,60 | 1.873,28 | 1.901,38 | 1.929,90 | 1.958,85 | 1.988,23 | 2.018,05 |
| Especialização | 1.757,71 | 1.784,08 | 1.810,84 | 1.838,00 | 1.865,57 | 1.893,55 | 1.921,96 |
| Graduação | 1.674,01 | 1.699,12 | 1.724,61 | 1.750,48 | 1.776,73 | 1.803,38 | 1.830,43 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 1,5%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | III | | | | | | |
| Doutorado | 2.373,23 | 2.408,83 | 2.444,96 | 2.481,64 | 2.518,86 | 2.556,64 | 2.594,99 |
| Mestrado | 2.260,22 | 2.294,12 | 2.328,54 | 2.363,46 | 2.398,92 | 2.434,90 | 2.471,42 |
| Especialização | 2.152,59 | 2.184,88 | 2.217,65 | 2.250,92 | 2.284,68 | 2.318,95 | 2.353,74 |
| Graduação | 2.050,09 | 2.080,84 | 2.112,05 | 2.143,73 | 2.175,89 | 2.208,53 | 2.241,65 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 1,5%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | IV | | | | | | |
| Doutorado | 3.062,09 | 3.108,02 | 3.154,65 | 3.201,96 | 3.249,99 | 3.298,74 | 3.348,23 |
| Mestrado | 2.916,28 | 2.960,02 | 3.004,42 | 3.049,49 | 3.095,23 | 3.141,66 | 3.188,79 |
| Especialização | 2.777,41 | 2.819,07 | 2.861,36 | 2.904,28 | 2.947,84 | 2.992,06 | 3.036,94 |
| Graduação | 2.645,15 | 2.684,83 | 2.725,10 | 2.765,98 | 2.807,47 | 2.849,58 | 2.892,32 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 1,5%) | a | b | c | d | e | f | g |

ANEXO III

GRADE DE VENCIMENTO BASE DO CARGO PÚBLICO DE AUXILIAR EM SAÚDE
CARGA HORÁRIA: 30 HORAS SEMANAIS
VALORES VÁLIDOS A PARTIR DE 1º DE JUNHO DE 2014

| | | | | | | | |
|---------------------------------------------|------------------------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | SÉRIE DE CLASSES (com intervalos de 5%) | | | | | | |
| | I | | | | | | |
| Nível Superior Completo | 887,94 | 910,14 | 932,90 | 956,22 | 980,13 | 1.004,63 | 1.029,74 |
| Nível Médio e Profissionalizante ou Técnico | 845,66 | 866,80 | 888,47 | 910,69 | 933,45 | 956,79 | 980,71 |
| Nível Médio Completo | 805,39 | 825,53 | 846,17 | 867,32 | 889,00 | 911,23 | 934,01 |
| Ensino Fundamental Completo | 767,04 | 786,22 | 805,87 | 826,02 | 846,67 | 867,84 | 889,53 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2,5%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | II | | | | | | |
| Nível Superior Completo | 1.081,23 | 1.108,26 | 1.135,97 | 1.164,37 | 1.193,48 | 1.223,31 | 1.253,90 |
| Nível Médio e Profissionalizante ou Técnico | 1.029,74 | 1.055,49 | 1.081,87 | 1.108,92 | 1.136,64 | 1.165,06 | 1.194,19 |
| Nível Médio Completo | 980,71 | 1.005,23 | 1.030,36 | 1.056,12 | 1.082,52 | 1.109,58 | 1.137,32 |
| Ensino Fundamental Completo | 934,01 | 957,36 | 981,29 | 1.005,82 | 1.030,97 | 1.056,74 | 1.083,16 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2,5%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | III | | | | | | |
| Nível Superior Completo | 1.316,59 | 1.349,51 | 1.383,24 | 1.417,82 | 1.453,27 | 1.489,60 | 1.526,84 |
| Nível Médio e Profissionalizante ou Técnico | 1.253,90 | 1.285,24 | 1.317,38 | 1.350,31 | 1.384,07 | 1.418,67 | 1.454,14 |
| Nível Médio Completo | 1.194,19 | 1.224,04 | 1.254,64 | 1.286,01 | 1.318,16 | 1.351,11 | 1.384,89 |
| Ensino Fundamental Completo | 1.137,32 | 1.165,75 | 1.194,90 | 1.224,77 | 1.255,39 | 1.286,77 | 1.318,94 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2,5%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | IV | | | | | | |
| Nível Superior Completo | 1.603,18 | 1.643,26 | 1.684,35 | 1.726,45 | 1.769,62 | 1.813,86 | 1.859,20 |
| Nível Médio e Profissionalizante ou Técnico | 1.526,84 | 1.565,01 | 1.604,14 | 1.644,24 | 1.685,35 | 1.727,48 | 1.770,67 |
| Nível Médio Completo | 1.454,14 | 1.490,49 | 1.527,75 | 1.565,94 | 1.605,09 | 1.645,22 | 1.686,35 |
| Ensino Fundamental Completo | 1.384,89 | 1.419,51 | 1.455,00 | 1.491,38 | 1.528,66 | 1.566,88 | 1.606,05 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2,5%) | a | b | c | d | e | f | g |

GRADE DE VENCIMENTO BASE DO CARGO PÚBLICO DE ASSISTENTE EM SAÚDE
CARGA HORÁRIA: 30 HORAS SEMANAIS

VALORES VÁLIDOS A PARTIR DE 1º DE JUNHO DE 2014

| MATRIZES (com intervalos de 5%) | SÉRIE DE CLASSES (com intervalos de 5%) | | | | | | |
|-------------------------------------------|-----------------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| | I | | | | | | |
| Nível Superior Completo | 896,95 | 919,37 | 942,36 | 965,92 | 990,06 | 1.014,82 | 1.040,19 |
| Nível Médio e Técnico | 854,24 | 875,59 | 897,48 | 919,92 | 942,92 | 966,49 | 990,65 |
| Nível Médio com Profissionalizante | 813,56 | 833,90 | 854,75 | 876,12 | 898,02 | 920,47 | 943,48 |
| Nível Médio Completo | 774,82 | 794,19 | 814,04 | 834,40 | 855,26 | 876,64 | 898,55 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2,5%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | II | | | | | | |
| Nível Superior Completo | 1.092,20 | 1.119,50 | 1.147,49 | 1.176,18 | 1.205,58 | 1.235,72 | 1.266,61 |
| Nível Médio e Técnico | 1.040,19 | 1.066,19 | 1.092,85 | 1.120,17 | 1.148,17 | 1.176,88 | 1.206,30 |
| Nível Médio com Profissionalizante | 990,65 | 1.015,42 | 1.040,81 | 1.066,83 | 1.093,50 | 1.120,83 | 1.148,86 |
| Nível Médio Completo | 943,48 | 967,07 | 991,24 | 1.016,03 | 1.041,43 | 1.067,46 | 1.094,15 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2,5%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | III | | | | | | |
| Nível Superior Completo | 1.329,94 | 1.363,19 | 1.397,27 | 1.432,20 | 1.468,01 | 1.504,71 | 1.542,33 |
| Nível Médio e Técnico | 1.266,61 | 1.298,28 | 1.330,74 | 1.364,00 | 1.398,10 | 1.433,06 | 1.468,88 |
| Nível Médio com Profissionalizante | 1.206,30 | 1.236,46 | 1.267,37 | 1.299,05 | 1.331,53 | 1.364,82 | 1.398,94 |
| Nível Médio Completo | 1.148,86 | 1.177,58 | 1.207,02 | 1.237,19 | 1.268,12 | 1.299,82 | 1.332,32 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2,5%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | IV | | | | | | |
| Nível Superior Completo | 1.619,44 | 1.659,93 | 1.701,43 | 1.743,96 | 1.787,56 | 1.832,25 | 1.878,06 |
| Nível Médio e Técnico | 1.542,33 | 1.580,88 | 1.620,41 | 1.660,92 | 1.702,44 | 1.745,00 | 1.788,63 |
| Nível Médio com Profissionalizante | 1.468,88 | 1.505,60 | 1.543,24 | 1.581,83 | 1.621,37 | 1.661,91 | 1.703,45 |
| Nível Médio Completo | 1.398,94 | 1.433,91 | 1.469,76 | 1.506,50 | 1.544,16 | 1.582,77 | 1.622,34 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2,5%) | a | b | c | d | e | f | g |

GRADE DE VENCIMENTO BASE DO CARGO PÚBLICO DE ANALISTA EM SAÚDE
CARGA HORÁRIA: 30 HORAS SEMANAIS
VALORES VÁLIDOS A PARTIR DE 1º DE JUNHO DE 2014

| MATRIZES (com intervalos de 5%) | SÉRIE DE CLASSES (com intervalos de 5%) | | | | | | |
|-------------------------------------------|-----------------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| | I | | | | | | |
| Doutorado | 1.880,75 | 1.927,77 | 1.975,97 | 2.025,37 | 2.076,00 | 2.127,90 | 2.181,10 |
| Mestrado | 1.791,19 | 1.835,97 | 1.881,87 | 1.928,92 | 1.977,14 | 2.026,57 | 2.077,24 |
| Especialização | 1.705,90 | 1.748,55 | 1.792,26 | 1.837,07 | 1.882,99 | 1.930,07 | 1.978,32 |
| Nível Superior Completo | 1.624,67 | 1.665,28 | 1.706,92 | 1.749,59 | 1.793,33 | 1.838,16 | 1.884,12 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2,5%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | II | | | | | | |
| Doutorado | 2.290,15 | 2.347,41 | 2.406,09 | 2.466,25 | 2.527,90 | 2.591,10 | 2.655,88 |
| Mestrado | 2.181,10 | 2.235,63 | 2.291,52 | 2.348,80 | 2.407,52 | 2.467,71 | 2.529,41 |
| Especialização | 2.077,24 | 2.129,17 | 2.182,40 | 2.236,96 | 2.292,88 | 2.350,20 | 2.408,96 |
| Nível Superior Completo | 1.978,32 | 2.027,78 | 2.078,47 | 2.130,44 | 2.183,70 | 2.238,29 | 2.294,25 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2,5%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | III | | | | | | |
| Doutorado | 2.788,67 | 2.858,39 | 2.929,85 | 3.003,09 | 3.078,17 | 3.155,12 | 3.234,00 |
| Mestrado | 2.655,88 | 2.722,27 | 2.790,33 | 2.860,09 | 2.931,59 | 3.004,88 | 3.080,00 |
| Especialização | 2.529,41 | 2.592,64 | 2.657,46 | 2.723,89 | 2.791,99 | 2.861,79 | 2.933,34 |
| Nível Superior Completo | 2.408,96 | 2.469,18 | 2.530,91 | 2.594,18 | 2.659,04 | 2.725,51 | 2.793,65 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2,5%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | IV | | | | | | |
| Doutorado | 3.395,70 | 3.480,59 | 3.567,61 | 3.656,80 | 3.748,22 | 3.841,93 | 3.937,97 |
| Mestrado | 3.234,00 | 3.314,85 | 3.397,72 | 3.482,67 | 3.569,73 | 3.658,98 | 3.750,45 |
| Especialização | 3.080,00 | 3.157,00 | 3.235,93 | 3.316,83 | 3.399,75 | 3.484,74 | 3.571,86 |
| Nível Superior Completo | 2.933,34 | 3.006,67 | 3.081,84 | 3.158,88 | 3.237,85 | 3.318,80 | 3.401,77 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2,5%) | a | b | c | d | e | f | g |

ANEXO IV

VALORES NOMINAIS DE VENCIMENTO BASE DOS CARGOS PÚBLICOS INDICADOS
(VÁLIDOS A PARTIR DE 1º DE JUNHO DE 2014, PARA CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS)
CARGO PÚBLICO DE AUXILIAR EM GESTÃO SANITÁRIA

| MATRIZES (com intervalos de 5%) | SÉRIE DE CLASSES (com intervalos de 2,5%) | | | | | | |
|--------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| | I | | | | | | |
| Ensino Fundamental Completo com curso de qualificação de 240 horas | 1.391,77 | 1.419,60 | 1.447,99 | 1.476,95 | 1.506,49 | 1.536,62 | 1.567,35 |
| Ensino Fundamental Completo com curso de qualificação de 180 horas | 1.325,49 | 1.352,00 | 1.379,04 | 1.406,62 | 1.434,75 | 1.463,45 | 1.492,72 |
| Ensino Fundamental Completo | 1.262,37 | 1.287,62 | 1.313,37 | 1.339,64 | 1.366,43 | 1.393,76 | 1.421,64 |
| Formação até a 4ª. Série do Ensino Fundamental | 1.202,26 | 1.226,30 | 1.250,83 | 1.275,85 | 1.301,36 | 1.327,39 | 1.353,94 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | II | | | | | | |
| Ensino Fundamental Completo com curso de qualificação de 240 horas | 1.606,54 | 1.638,67 | 1.671,44 | 1.704,87 | 1.738,97 | 1.773,75 | 1.809,22 |
| Ensino Fundamental Completo com curso de qualificação de 180 horas | 1.530,04 | 1.560,64 | 1.591,85 | 1.623,69 | 1.656,16 | 1.689,28 | 1.723,07 |
| Ensino Fundamental Completo | 1.457,18 | 1.486,32 | 1.516,05 | 1.546,37 | 1.577,29 | 1.608,84 | 1.641,02 |
| Formação até a 4ª. Série do Ensino Fundamental | 1.387,79 | 1.415,54 | 1.443,85 | 1.472,73 | 1.502,19 | 1.532,23 | 1.562,87 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | III | | | | | | |
| Ensino Fundamental Completo com curso de qualificação de 240 horas | 1.854,45 | 1.891,54 | 1.929,37 | 1.967,96 | 2.007,32 | 2.047,47 | 2.088,41 |
| Ensino Fundamental Completo com curso de qualificação de 180 horas | 1.766,15 | 1.801,47 | 1.837,50 | 1.874,25 | 1.911,73 | 1.949,97 | 1.988,97 |
| Ensino Fundamental Completo | 1.682,04 | 1.715,68 | 1.750,00 | 1.785,00 | 1.820,70 | 1.857,11 | 1.894,25 |
| Formação até a 4ª. Série do Ensino Fundamental | 1.601,95 | 1.633,98 | 1.666,66 | 1.700,00 | 1.734,00 | 1.768,68 | 1.804,05 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | IV | | | | | | |
| Ensino Fundamental Completo com curso de qualificação de 240 horas | 2.140,63 | 2.183,44 | 2.227,11 | 2.271,65 | 2.317,08 | 2.363,42 | 2.410,69 |
| Ensino Fundamental Completo com curso de qualificação de 180 horas | 2.038,69 | 2.079,46 | 2.121,05 | 2.163,47 | 2.206,74 | 2.250,88 | 2.295,90 |
| Ensino Fundamental Completo | 1.941,61 | 1.980,44 | 2.020,05 | 2.060,45 | 2.101,66 | 2.143,69 | 2.186,57 |
| Formação até a 4ª. Série do Ensino Fundamental | 1.849,15 | 1.886,14 | 1.923,86 | 1.962,34 | 2.001,58 | 2.041,61 | 2.082,45 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%) | a | b | c | d | e | f | g |

CARGO PÚBLICO DE ASSISTENTE EM GESTÃO SANITÁRIA

| MATRIZES (com intervalos de 5%) | SÉRIE DE CLASSES (com intervalos de 2,5%) | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| | I | | | | | | |
| Formação de Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com carga horária de 360 horas | 2.464,04 | 2.513,33 | 2.563,59 | 2.614,86 | 2.667,16 | 2.720,50 | 2.774,91 |
| Formação de Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com carga horária de 240 horas | 2.346,71 | 2.393,64 | 2.441,52 | 2.490,35 | 2.540,15 | 2.590,96 | 2.642,78 |
| Formação de Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com carga horária de 180 horas | 2.234,96 | 2.279,66 | 2.325,25 | 2.371,76 | 2.419,19 | 2.467,58 | 2.516,93 |
| Ensino Médio Completo | 2.128,53 | 2.171,10 | 2.214,53 | 2.258,82 | 2.303,99 | 2.350,07 | 2.397,08 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | II | | | | | | |
| Formação de Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com carga horária de 360 horas | 2.844,29 | 2.901,17 | 2.959,20 | 3.018,38 | 3.078,75 | 3.140,32 | 3.203,13 |
| Formação de Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com carga horária de 240 horas | 2.708,84 | 2.763,02 | 2.818,28 | 2.874,65 | 2.932,14 | 2.990,78 | 3.050,60 |
| Formação de Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com carga horária de 180 horas | 2.579,85 | 2.631,45 | 2.684,08 | 2.737,76 | 2.792,51 | 2.848,37 | 2.905,33 |
| Ensino Médio Completo | 2.457,00 | 2.506,14 | 2.556,26 | 2.607,39 | 2.659,54 | 2.712,73 | 2.766,98 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%) | a | b | c | d | e | f | g |

| | | | | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | III | | | | | | |
| Formação de Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com carga horária de 360 horas | 3.283,21 | 3.348,87 | 3.415,85 | 3.484,17 | 3.553,85 | 3.624,93 | 3.697,42 |
| Formação de Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com carga horária de 240 horas | 3.126,86 | 3.189,40 | 3.253,19 | 3.318,25 | 3.384,62 | 3.452,31 | 3.521,36 |
| Formação de Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com carga horária de 180 horas | 2.977,97 | 3.037,53 | 3.098,28 | 3.160,24 | 3.223,45 | 3.287,91 | 3.353,67 |
| Ensino Médio Completo | 2.836,16 | 2.892,88 | 2.950,74 | 3.009,75 | 3.069,95 | 3.131,35 | 3.193,97 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | IV | | | | | | |
| Formação de Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com carga horária de 360 horas | 3.789,86 | 3.865,66 | 3.942,97 | 4.021,83 | 4.102,27 | 4.184,31 | 4.268,00 |
| Formação de Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com carga horária de 240 horas | 3.609,39 | 3.681,58 | 3.755,21 | 3.830,31 | 3.906,92 | 3.985,06 | 4.064,76 |
| Formação de Ensino Médio Completo e Curso de Qualificação Profissional com carga horária de 180 horas | 3.437,52 | 3.506,27 | 3.576,39 | 3.647,92 | 3.720,88 | 3.795,29 | 3.871,20 |
| Ensino Médio Completo | 3.273,82 | 3.339,30 | 3.406,09 | 3.474,21 | 3.543,69 | 3.614,57 | 3.686,86 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%) | a | b | c | d | e | f | g |

CARGOS PÚBLICOS DE ANALISTA EM GESTÃO SANITÁRIA E DE FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

| | | | | | | | |
|-----------------------------------------|-------------------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | SÉRIE DE CLASSES (com intervalos de 2,5%) | | | | | | |
| | I | | | | | | |
| DOUTORADO | 4.895,38 | 4.993,28 | 5.093,15 | 5.195,01 | 5.298,91 | 5.404,89 | 5.512,99 |
| MESTRADO | 4.662,26 | 4.755,51 | 4.850,62 | 4.947,63 | 5.046,58 | 5.147,52 | 5.250,47 |
| ESPECIALIZAÇÃO | 4.440,25 | 4.529,06 | 4.619,64 | 4.712,03 | 4.806,27 | 4.902,40 | 5.000,44 |
| GRADUAÇÃO | 4.228,81 | 4.313,39 | 4.399,65 | 4.487,65 | 4.577,40 | 4.668,95 | 4.762,33 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | II | | | | | | |
| DOUTORADO | 5.650,81 | 5.763,83 | 5.879,11 | 5.996,69 | 6.116,62 | 6.238,96 | 6.363,73 |
| MESTRADO | 5.381,73 | 5.489,36 | 5.599,15 | 5.711,13 | 5.825,36 | 5.941,86 | 6.060,70 |
| ESPECIALIZAÇÃO | 5.125,45 | 5.227,96 | 5.332,52 | 5.439,17 | 5.547,96 | 5.658,92 | 5.772,09 |
| GRADUAÇÃO | 4.881,39 | 4.979,01 | 5.078,59 | 5.180,17 | 5.283,77 | 5.389,44 | 5.497,23 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | III | | | | | | |
| DOUTORADO | 6.522,83 | 6.653,28 | 6.786,35 | 6.922,08 | 7.060,52 | 7.201,73 | 7.345,76 |
| MESTRADO | 6.212,22 | 6.336,46 | 6.463,19 | 6.592,45 | 6.724,30 | 6.858,79 | 6.995,97 |
| ESPECIALIZAÇÃO | 5.916,40 | 6.034,72 | 6.155,42 | 6.278,53 | 6.404,10 | 6.532,18 | 6.662,82 |
| GRADUAÇÃO | 5.634,66 | 5.747,36 | 5.862,30 | 5.979,55 | 6.099,14 | 6.221,12 | 6.345,55 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%) | a | b | c | d | e | f | g |
| MATRIZES (com intervalos de 5%) | IV | | | | | | |
| DOUTORADO | 7.529,41 | 7.680,00 | 7.833,60 | 7.990,27 | 8.150,07 | 8.313,07 | 8.479,34 |
| MESTRADO | 7.170,86 | 7.314,28 | 7.460,57 | 7.609,78 | 7.761,97 | 7.917,21 | 8.075,56 |
| ESPECIALIZAÇÃO | 6.829,39 | 6.965,98 | 7.105,30 | 7.247,41 | 7.392,36 | 7.540,20 | 7.691,01 |
| GRADUAÇÃO | 6.504,19 | 6.634,27 | 6.766,95 | 6.902,29 | 7.040,34 | 7.181,15 | 7.324,77 |
| FAIXAS SALARIAIS (com intervalos de 2%) | a | b | c | d | e | f | g |

Adalto Santos
Deputado

Sala da Comissão de Redação Final,
em 20 de maio de 2014.

Presidente: Everaldo Cabral.
Relator : Adalto Santos.
Favoráveis os (3) deputados: Adalto Santos, Augusto César, Everaldo Cabral.

Parecer N º 6204/2014

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 1980/2014, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Altera a Lei nº 14.547, de 21 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender às necessidades de excepcional interesse público de que trata o inciso VII do art. 97 da Constituição Estadual.

Art. 1º O art. 10 da Lei nº 14.547, de 21 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 10.
.....

XI - gratificação pela execução de trabalhos de natureza especial com risco de vida. (AC)
.....

§ 8º A concessão da gratificação prevista no inciso XI deve ser regulamentada em decreto." (AC)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Adalto Santos
Deputado

Sala da Comissão de Redação Final,
em 20 de maio de 2014.

Presidente: Everaldo Cabral.
Relator : Adalto Santos.
Favoráveis os (3) deputados: Adalto Santos, Augusto César, Everaldo Cabral.

Parecer N º 6205/2014

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 1990/2014, já aprovado em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a alienar o bem imóvel que indica.

Art. 1º Fica o Estado de Pernambuco autorizado a alienar o bem imóvel registrado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Caruaru, sob a matrícula nº 17.921, Livro 02-BN, fl.197, em 01 de julho de 1985, localizado à Rua Martins Júnior, nº 58, Centro, Caruaru, neste Estado, edificado em terreno próprio, medindo 9,60m x 22,00m, com área superficial de 211,20 m² e área construída de 480,76 m², limitando-se, pela frente, com a rua Martins Júnior; pelo lado direito, com a Trav. Sete de Setembro; pelo lado esquerdo, com o prédio nº 48, da rua Martins Júnior e, pelos fundos, com o prédio nº 258, da rua Vigário Freire.

Art. 2º A alienação de que trata o art. 1º tem por finalidade viabilizar a aquisição, pelo Estado de Pernambuco, de outro bem imóvel, para nele ser instalada a Agência do Instituto de Recursos Humanos – IRH de Caruaru, neste Estado.

Parágrafo único. Para atingir a finalidade disposta no *caput*, fica o Estado de Pernambuco autorizado a proceder à:

I - permuta do bem imóvel descrito no art. 1º com outro bem imóvel que atenda às necessidades de estrutura física da Agência do IRH de Caruaru; ou

II - venda do bem imóvel descrito no art. 1º.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Adalto Santos
Deputado

Sala da Comissão de Redação Final,
em 20 de maio de 2014.

Presidente: Everaldo Cabral.
Relator : Adalto Santo.
Favoráveis os (3) deputados: Adalto Santos, Augusto César, Everaldo Cabral.

Câmara Municipal de Vereadores de Camocim de São Félix, com endereço a Praça São Felix, s/n – 1º Andar – Centro – Camocim de São Félix/PE – CEP: 55665-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Edmilson Gomes de Souza**, Câmara Municipal de Vereadores de Camocim de São Félix, com endereço a Praça São Felix, s/n – 1º Andar – Centro – Camocim de São Félix/PE – CEP: 55665-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Sivaldo João da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Camocim de São Félix, com endereço a Praça São Felix, s/n – 1º Andar – Centro – Camocim de São Félix/PE – CEP: 55665-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Francisco Pereira de Assis**, Câmara Municipal de Vereadores de Camocim de São Félix, com endereço a Praça São Felix, s/n – 1º Andar – Centro – Camocim de São Félix/PE – CEP: 55665-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Ivanize Bezerra Fonseca Pontes**, Câmara Municipal de Vereadores de Camocim de São Félix, com endereço a Praça São Felix, s/n – 1º Andar – Centro – Camocim de São Félix/PE – CEP: 55665-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Monica Cavalcanti da Cunha**, Câmara Municipal de Vereadores de Camocim de São Félix, com endereço a Praça São Felix, s/n – 1º Andar – Centro – Camocim de São Félix/PE – CEP: 55665-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Marlene Edite Batista da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Camocim de São Félix, com endereço a Praça São Felix, s/n – 1º Andar – Centro – Camocim de São Félix/PE – CEP: 55665-000; a **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camocim de São Félix**, com endereço à Rua Clementino Semente, 40 - Centro – Camocim de São Félix/PE – CEP: 55665-000 e à **Presidência da Associação dos Produtores Rurais na Agricultura Familiar Nossa Senhora do Carmo**, com endereço à Rua Pedro Jordão Cabral, 898 – Bairro Novo – Camocim de São Félix/PE – CEP: 55665-000.

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| | |
| Justificativa | |
| <p>A proposição que ora encaminhamos à mesa diretora desta Casa Legislativa, tem por objetivo a construção de uma unidade de saúde no município de Camocim de São Félix /PE, tendo em vista a necessidade de novos espaços para atendimento da saúde da sua população, especialmente daqueles que compõem os seguimentos de baixa renda. O atendimento a esta indicação é de suma importância para as citadas pessoas, face à necessidade da melhoria da qualidade da assistência medica que hoje lhes é oferecida.</p> <p>Ante ao exposto é que vimos solicitar junto às autoridades governamentais que analisem a possibilidade de transformar em realidade a antiga aspiração dos seus muncipies, em especial, aos mais carentes, visto que atualmente vêm se deparando com muitas dificuldades por uma efetiva assistência.</p> <p>Dessa forma, resta-nos pleitear dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa a necessária acolhida desta indicação, como forma de viabilizá-la junto à Secretaria de Saúde.</p> <p>Sala das Reuniões, em 20 de maio de 2014.</p> | |
| | |
| Ricardo Costa Deputado | |

Indicação N° 8029/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, e à Excelentíssima Senhora Secretária de Saúde, **Ana Maria Albuquerque**, no sentido de incluir nas metas do Projeto: Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde, para o primeiro semestre do exercicio de 2014, a construção de uma unidade de saúde no **município de Olinda/PE**. Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; à Excelentíssima Senhora Secretária de Saúde, **Ana Maria Albuquerque**, com endereço à Rua Dona Maria Augusta Nogueira, 519, Bongí - Recife/PE - CEP: 50.751-530; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Olinda, **Renildo Calheiros**, com endereço no Palácio dos Governadores, Rua de São Bento, 123, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53130-081; ao Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito de Olinda, **Enildo Arentes**, com endereço no Palácio dos Governadores, Rua de São Bento, 123, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53130-081; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Olinda, **Marcelo de Santana Soares**, com endereço à Rua Quinze de Novembro, 93, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53020-070; à Excelentíssima Senhora Vereadora, **Mônica Maria da Silva Mendes Ribeiro**, com endereço à Rua Quinze de Novembro, 93, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53020-070; ao Excelentíssimo Senhor Vereador, **João Lyra Neto**, com endereço à Rua Quinze de Novembro, 93, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53020-070; à Excelentíssima Senhora Vereadora, **Maria das Graças Barbosa Morais Fonseca**, com endereço à Rua Quinze de Novembro, 93, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53020-070; ao Excelentíssimo Senhor Vereador, **Ivanildo Francisco Guabiraba**, com endereço à Rua Quinze de Novembro, 93, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53020-070; ao Excelentíssimo Senhor Vereador, **Joab Teodoro do Nascimento**, com endereço à Rua Quinze de Novembro, 93, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53020-070; ao Excelentíssimo Senhor Vereador, **Izael Djalma do Nascimento**, com endereço à Rua Quinze de Novembro, 93, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53020-070; ao Excelentíssimo Senhor Vereador, **Jonas de Moura Ribeiro Junior**, com endereço à Rua Quinze de Novembro, 93, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53020-070; ao Excelentíssimo Senhor Vereador, **José Fernando da Silva Vieira**, com endereço à Rua Quinze de Novembro, 93, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53020-070; ao Excelentíssimo Senhor Vereador, **Ricardo Sergio Contente Pimentel**, com endereço à Rua Quinze de Novembro, 93, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53020-070; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Arlindo Nemesio de Siqueira Cavalcanti Neto**, com endereço à Rua Quinze de Novembro, 93, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53020-070; ao Excelentíssimo Senhor Vereador, **Marcelo Santa Cruz de Oliveira**, com endereço à Rua Quinze de Novembro, 93, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53020-070; ao Excelentíssimo Senhor Vereador,

Márcio Cordeiro da Silva, com endereço à Rua Quinze de Novembro, 93, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53020-070; ao Excelentíssimo Senhor Vereador, **Severino Barbosa de Souza**, com endereço à Rua Quinze de Novembro, 93, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53020-070; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Olinda, **Vicente Lopes da Silva**, com endereço à Praça 12 de Março, 36, sala 110/113, Bairro Novo, Olinda/PE, CEP: 53030-110; ao Senhor **Fabian Araujo de Melo**, com endereço à Rua João Clementino Molarroyos, 86 - Casa Caiada - Olinda/PE - CEP: 53000-000; a **Direção da Escola Portal Infantil Querubim**, com endereço à Rua Manoel de Barros, 268 – Bairro Novo – Olinda/PE – CEP: 53130-150; a Senhora **Maria Martins**, com endereço à Dr. Natércio de Holanda, s/n – Passarinho - Olinda/PE – CEP: 53170-090; ao Senhor **Durval Rosa**, com endereço à Rua Capitão Luiz Reis – Passarinho – Olinda/PE - CEP: 53170-045 e a **Isis Freitas**, com endereço à Dr. Natércio de Holanda, s/n – Passarinho - Olinda/PE – CEP: 53170-090.

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| | |
| Justificativa | |
| <p>A proposição que ora encaminhamos à mesa diretora desta Casa Legislativa, tem por objetivo a construção de uma unidade de saúde no município de Olinda/PE, tendo em vista a necessidade de novos espaços para atendimento da saúde da sua população, especialmente daqueles que compõem os seguimentos de baixa renda. O atendimento a esta indicação é de suma importância para as citadas pessoas, face à necessidade da melhoria da qualidade da assistência medica que hoje lhes é oferecida.</p> <p>Ante ao exposto é que vimos solicitar junto às autoridades governamentais que analisem a possibilidade de transformar em realidade a antiga aspiração dos seus muncipies, em especial, aos mais carentes, visto que atualmente vêm se deparando com muitas dificuldades por uma efetiva assistência.</p> <p>Dessa forma, resta-nos pleitear dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa a necessária acolhida desta indicação, como forma de viabilizá-la junto à Secretaria de Saúde.</p> <p>Sala das Reuniões, em 20 de maio de 2014.</p> | |
| | |
| Ricardo Costa Deputado | |

Indicação N° 8030/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado **João Lyra Neto**, à Excelentíssima Senhora Secretária de Saúde, **Ana Maria Albuquerque**, no sentido de reforçar as ações do Projeto: Estruturação da Assistência Domiciliar do SUS, no município de **Camocim de São Félix/PE**. Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; à Excelentíssima Senhora Secretária de Saúde, **Ana Maria Albuquerque**, com endereço à Rua Dona Maria Augusta Nogueira, 519, Bongí - Recife/PE - CEP: 50.751-530; ao Excelentíssimo Senhor **Uilson de Moura França**, Prefeito do Município de Camocim de São Félix, com endereço a Praça São Felix, 20 – Centro – Camocim de São Félix/PE – CEP: 55665-000; ao Excelentíssimo Senhor **Geraldo Fonseca da Silva**, Vice-Prefeito do Município de Camocim de São Félix, com endereço a Praça São Felix, 20 – Centro – Camocim de São Félix/PE – CEP: 55665-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Mailde Moura de França**, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Camocim de São Félix, com endereço a Praça São Felix, s/n – 1º Andar – Centro – Camocim de São Félix/PE – CEP: 55665-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Manoel Fernandito do Nascimento**, Câmara Municipal de Vereadores de Camocim de São Félix, com endereço a Praça São Felix, s/n – 1º Andar – Centro – Camocim de São Félix/PE – CEP: 55665-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador **Edmilson Gomes de Souza**, Câmara Municipal de Vereadores de Camocim de São Félix, com endereço a Praça São Felix, s/n – 1º Andar – Centro – Camocim de São Félix/PE – CEP: 55665-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Monica Cavalcanti da Cunha**, Câmara Municipal de Vereadores de Camocim de São Félix, com endereço a Praça São Felix, s/n – 1º Andar – Centro – Camocim de São Félix/PE – CEP: 55665-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Maria de Lourdes Bezerra da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Camocim de São Félix, s/n – 1º Andar – Centro – Camocim de São Félix/PE – CEP: 55665-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora **Marlene Edite Batista da Silva**, Câmara Municipal de Vereadores de Camocim de São Félix, com endereço a Praça São Felix, s/n – 1º Andar – Centro – Camocim de São Félix/PE – CEP: 55665-000; a **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Camocim de São Félix**, com endereço à Rua Clementino Semente, 40 - Centro – Camocim de São Félix/PE – CEP: 55665-000 e à **Presidência da Associação dos Produtores Rurais na Agricultura Familiar Nossa Senhora do Carmo**, com endereço à Rua Pedro Jordão Cabral, 898 – Bairro Novo – Camocim de São Félix/PE – CEP: 55665-000.

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| | |
| Justificativa | |
| <p>O objetivo do projeto acima discriminado tem como filosofia o atendimento a pacientes clinicamente estáveis, mas que ainda necessitam de cuidados em seus domicílios.</p> <p>Como podemos observar esta ação, além de promover um maior conforto a esses pacientes, também promoverá o desenvolvimento operacional do programa e será uma forma de diminuir a sobrecarga nos hospitais, que constantemente vêm aumentando e causando incalculáveis transtornos aos pacientes do município de Camocim de São Félix.</p> <p>Analisando estes fatores, é que tomamos a iniciativa de nos dirigimos às autoridades governamentais, especialmente aos da área de saúde, para que analisem a possibilidade de atender ao nosso pleito. Acreditamos</p> | |

que isto venha a ocorrer com brevidade necessária, pois é prioridade governamental a interiorização dos serviços de saúde nos seus municípios do interior.

Ante tais considerações, só nos resta solicitar dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa, a devida acolhida desta proposição, no intuito de sua viabilização, haja vista, que milhares de pessoas do município de Camocim de São Félix passarão a ter acesso a ações de saúde mais qualificada.

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| | |
| Sala das Reuniões, em 20 de maio de 2014. | |
| | |
| Ricardo Costa Deputado | |
| | |
| Indicação N° 8031/2014 | |
| <p>Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, João Lyra Neto, e à Excelentíssima Senhora Secretária de Saúde, Ana Maria Albuquerque, no sentido de incluir nas metas do Projeto: Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde, para o primeiro semestre do exercicio de 2014, a construção de uma unidade de saúde no município de Pombos/PE. Da decisão desta Casa, bem como do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, João Lyra Neto, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; à Excelentíssima Senhora Secretária de Saúde, Ana Maria Albuquerque, com endereço à Rua Dona Maria Augusta Nogueira, 519, Bongí - Recife/PE - CEP: 50.751-530; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Pombos, Josuel Vicente Lins, com endereço à Avenida Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55.630-000, à Excelentíssima Senhora Vice-Prefeita, Rebeca Evangelista Lins, com endereço à Avenida Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55.630-000, à Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal de Pombos, Vereadora Maria das Graças Bezerra, com endereço à Av. Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55.630-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Pombos, Daniel Rogério da Silva, com endereço à Rua Av. Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55630-000, à Excelentíssima Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Pombos, Sandra Valéria de Oliveira Silva, com endereço à Rua Av. Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55630-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Pombos, Severino João do Nascimento, com endereço à Rua Av. Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55630-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Pombos, Daniel Rogério da Silva, com endereço à Rua Av. Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55630-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Pombos, Ronaldo Batista da Silva, com endereço à Rua Av. Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55630-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Pombos, Salomão Gomes de Carvalho, com endereço à Rua Av. Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55630-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Pombos, Luiz Felipe Ferreira, com endereço à Rua Av. Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55630-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Pombos, Antônio Severino da Costa, com endereço à Rua Av. Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55630-000, à Excelentíssima Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Pombos, Margarida de Barros Melo Santos, com endereço à Rua Av. Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55630-000, ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Pombos, José Roberto dos Santos, com endereço à Rua Av. Joaquim Falcão, 44 – Pombos/PE – CEP: 55630-000, à Senhora Maria José da Silva Barros, com endereço à Rua Dr. Inácio de Lemos, 06 – Bairro Novo – Pombos/PE – CEP: 55630-000; a Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pombos, com endereço à Travessa José Aniceto do Prado, 56 – Centro - Pombos/PE – CEP: 55630-000 e a Direção da Rádio Comunitária Brasil FM 98,50, com endereço à Loteamento Vila Brasil,75 – Bairro Novo – Pombos/PE – CEP: 55.630-000.</p> | |

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| | |
| Justificativa | |
| <p>A proposição que ora encaminhamos à mesa diretora desta Casa Legislativa, tem por objetivo a construção de uma unidade de saúde no município de Pombos/PE, tendo em vista a necessidade de novos espaços para atendimento da saúde da sua população, especialmente daqueles que compõem os seguimentos de baixa renda. O atendimento a esta indicação é de suma importância para as citadas pessoas, face à necessidade da melhoria da qualidade da assistência medica que hoje lhes é oferecida.</p> <p>Ante ao exposto é que vimos solicitar junto às autoridades governamentais que analisem a possibilidade de transformar em realidade a antiga aspiração dos seus muncipies, em especial, aos mais carentes, visto que atualmente vêm se deparando com muitas dificuldades por uma efetiva assistência.</p> <p>Dessa forma, resta-nos pleitear dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa a necessária acolhida desta indicação, como forma de viabilizá-la junto à Secretaria de Saúde.</p> <p>Sala das Reuniões, em 20 de maio de 2014.</p> | |
| | |
| Ricardo Costa Deputado | |

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| | |
| Justificativa | |
| <p>A proposição que ora encaminhamos à mesa diretora desta Casa Legislativa, tem por objetivo a construção de uma unidade de saúde no município de Pombos/PE, tendo em vista a necessidade de novos espaços para atendimento da saúde da sua população, especialmente daqueles que compõem os seguimentos de baixa renda. O atendimento a esta indicação é de suma importância para as citadas pessoas, face à necessidade da melhoria da qualidade da assistência medica que hoje lhes é oferecida.</p> <p>Ante ao exposto é que vimos solicitar junto às autoridades governamentais que analisem a possibilidade de transformar em realidade a antiga aspiração dos seus muncipies, em especial, aos mais carentes, visto que atualmente vêm se deparando com muitas dificuldades por uma efetiva assistência.</p> <p>Dessa forma, resta-nos pleitear dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa a necessária acolhida desta indicação, como forma de viabilizá-la junto à Secretaria de Saúde.</p> <p>Sala das Reuniões, em 20 de maio de 2014.</p> | |
| | |
| Ricardo Costa Deputado | |

Indicação N° 8032/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feito apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, e à Excelentíssima Senhora Secretária de Saúde, **Ana Maria Albuquerque**, no sentido de incluir nas metas do Projeto: Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde, para o primeiro semestre do exercicio de 2014, a construção de uma unidade de saúde no **município de Trindade/PE**. Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador de Pernambuco, **João Lyra Neto**, Praça da República, Bairro de Santo Antônio, Recife/PE – CEP 50010-928; à Excelentíssima Senhora Secretária de Saúde, **Ana Maria Albuquerque**, com endereço à Rua Dona Maria Augusta Nogueira, 519, Bongí - Recife/PE - CEP: 50.751-530; ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Trindade, **Antonio Everton Soares Costa**, com endereço à Av. Central Sul, 567 – Centro - Trindade/PE – CEP: 56.250-000; ao Excelentíssimo Senhor Vice-Prefeito do Município de Trindade, **Jaeicio Bizarro Almeida Sa**, com endereço à Av. Central Sul, 567 – Centro - Trindade/PE – CEP: 56.250-000; ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Trindade, **Vereador Ubirajara Araripe Andrade**, com endereço à Rua Presidente Dutra, s/n – Centro – Trindade/PE – CEP: 56.250-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Trindade, **Allan Johnes de Moraes**

Galdino, com endereço à Rua Presidente Dutra, s/n – Centro – Trindade/PE – CEP: 56.250-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Trindade, **Edvan do Nascimento Silva**, com endereço à Rua Presidente Dutra, s/n – Centro – Trindade/PE – CEP: 56.250-000; à Excelentíssima Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Trindade, **Helbe da Silva Rodrigues**, com endereço à Rua Presidente Dutra, s/n – Centro – Trindade/PE – CEP: 56.250-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Trindade, **Everaldo Antonio da Silva**, com endereço à Rua Presidente Dutra, s/n – Centro – Trindade/PE – CEP: 56.250-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Trindade, **João Leocadio Sobrinho**, com endereço à Rua Presidente Dutra, s/n – Centro – Trindade/PE – CEP: 56.250-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Trindade, **Kilon Peixoto de Alencar Neto**, com endereço à Rua Presidente Dutra, s/n – Centro – Trindade/PE – CEP: 56.250-000; ao Excelentíssimo Senhor Vereador da Câmara Municipal de Trindade, **Francisco de Assis Pereira Freire**, com endereço à Rua Presidente Dutra, s/n – Centro – Trindade/PE – CEP: 56.250-000; à Excelentíssima Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Trindade, **Nadja Polyana do Nascimento**, com endereço à Rua Presidente Dutra, s/n – Centro – Trindade/PE – CEP: 56.250-000; a Excelentíssima Senhora Vereadora da Câmara Municipal de Trindade, **Thayse Thacyanne Lins da Cunha**, com endereço à Rua Presidente Dutra, s/n – Centro – Trindade/PE – CEP: 56.250-000; à **Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Trindade**, com endereço à Rua Guadalaajara, 126 – Centro – Trindade/PE – CEP: 56.250-000; à **Direção da Rádio POP**, com endereço à Muniz Falcão, s/n – Centro – Trindade/PE – CEP: 56.250-000; a Ilustríssimo Senhor **Alan Deyson Delmondes**, Presidente da CDL do Município de Trindade, com endereço à s/n. Central Norte - Centro de Artesanato Laudenor Lins Junior, s/n – CEP: 56250-000.

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| | |
| Justificativa | |
| <p>A proposição que ora encaminhamos à mesa diretora desta Casa Legislativa, tem por objetivo a construção de uma unidade de saúde no município de Trindade/PE, tendo em vista a necessidade de novos espaços para atendimento da saúde da sua população, especialmente daqueles que compõem os seguimentos de baixa renda. O atendimento a esta indicação é de suma importância para as citadas pessoas, face à necessidade da melhoria da qualidade da assistência medica que hoje lhes é oferecida.</p> <p>Ante ao exposto é que vimos solicitar junto às autoridades governamentais que analisem a possibilidade de transformar em realidade a antiga aspiração dos seus muncipies, em especial, aos mais carentes, visto que atualmente vêm se deparando com muitas dificuldades por uma efetiva assistência.</p> <p>Dessa forma, resta-nos pleitear dos nossos ilustres pares nesta Casa Legislativa a necessária acolhida desta indicação, como forma de viabilizá-la junto à Secretaria de Saúde.</p> <p>Sala das Reuniões, em 20 de maio de 2014.</p> | |
| | |
| Ricardo Costa Deputado | |

Indicação N° 8033/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja formulado um **VEEMENTE APELO** ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Pernambuco, Dr. João Lyra Neto, ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Infraestrutura, Dr. João Bosco de Almeida, ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente do Departamento de Estradas, Rodagens – DER/PE, Dr. João Dourado, ao Ilustríssimo Senhor Diretor de Operações e Construções do DER/PE, Engº José Carlos Antunes Lima e ao Ilustríssimo Senhor Diretor de Engenharia e Planejamento do DER/PE, Dr. Francisco de Assis Benício Coelho, no sentido de envidarem esforços necessários para procederem a máxima brevidade uma **OPERAÇÃO “TAPA BURACOS” NA PE-001, TAMBÉM CHAMADA DE AVENIDA CLÁUDIO JOSÉ GUEIROS LEITE, NO TRECHO COMPREENDIDO ENTRE O BAIRRO DO JANGA, PAU AMARELO, NOSSA ZSENHORA DO Ó E MARIA FARINHA, NO MUNICÍPIO DO PAULISTA/PE**. Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Pernambuco, Dr. João Lyra Neto, no Palácio Campo das Princesas, Praça da República, Santo Antônio, Recife/PE, CEP 50.010-928, no Palácio Campo das Princesas, Praça da República, Santo Antônio, Recife/PE, CEP 50.010-928, na Avenida Cruz Cabugá, nº 1111, bairro de Santo Amaro, Recife/PE, CEP 50.040-000, ao Excelentíssimo Diretor Presidente do Departamento de Estradas e Rodagens – DER-PE, DR. João Dourado, ao Ilustríssimo Senhor Diretor de Operações e Construções do DER/PE, Engº José Carlos Antunes Lima e ao Ilustríssimo Senhor Diretor de Engenharia e Planejamento do DER/PE, Dr. Francisco de Assis Benício Coelho, na Avenida Cruz Cabugá, nº 1033, Santo Amaro, Recife/PE, CEP 50.040-912, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município do Paulista, Gilberto Gonçalves Feitosa Junior, na Praça Agamenon Magalhães, s/n – Centro, Paulista/PE, CEP 53.401-441, ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores do Município do Paulista, na Praça João XXIII, s/n, Centro, Paulista/PE, CEP 53.401-000, a Excelentíssima Senhora Vereadora Irmã Iolanda, na Praça João XXIII, s/n, Gabinete 19, Centro, Paulista/PE, CEP 53.401-000, e ao Ilustríssimo Senhor Presidente do CENASP – Centro de Assistência Social do Paulista, Sr. Nilson Constantino da Silva, na Rua Padre Anchieta, nº 135, Vila Torres Galvão, Paulista/PE, CEP 53.403-410.

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| | |
| Justificativa | |
| <p>É este um dos principais motivos que nos leva a reivindicar que seja executada uma Operação Tapa Buracos na Rodovia PE-001 – Também Chamada de Avenida Cláudio José Gueiros Leite, que liga os bairros do Janga, Pau Amarelo, Nossa Senhora do Ó e Maria Farinha, no município do Paulista. A situação da citada rodovia encontra-se caótica, devido às condições de tráfego. Os buracos na rodovia são muitos nos dois sentidos, os mesmos aumentam, formando crateras, podendo causar acidentes com vítimas fatais, prejuízos materiais e aborrecimento aos motoristas que trafegam na referida rodovia. Cruzar a PE-001, em Paulista, não é tarefa fácil. Em quase toda a extensão da via, que liga os bairros do Janga, Pau Amarelo, Nossa Senhora do Ó e Maria Farinha, é raro encontrar acostamento. Buracos e acúmulo de água nas laterais dificultam a vida de quem passa pelo local. A sinalização horizontal da estrada, também chamada de Avenida Claudio Gueiros Leite, apagou-se com o passar do tempo e com a falta de manutenção. Portanto é necessário que seja executada a Operação “Tapa Buraco” que ora solicitamos, com o intuito de diminuir os acidentes e os prejuízos para os que utilizam aquela rodovia, um principal acesso para as praias.</p> | |

Ante o exposto, julgamos justificada a presente indicação, pelo que solicitamos aos nossos pares a aprovação da mesma.

Sala das Reuniões, em 20 de maio de 2014.

| |
|-------------------|
| Rildo Braz |
| Deputado |

Indicação N° 8034/2014

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja formulado um apelo ao Exmo. Sr. Secretário de Infraestrutura de Pernambuco, João Bosco de Almeida, e ao Ilmo. Sr. Diretor Presidente do Departamento de Estradas e Rodagens – DER/PE, Antônio João Dourado, ambs com endereço na Avenida Cruz Cabugá, nº 1111, bairro de Santo Amaro, Recife/PE, CEP 50.040-000; ao Ilmo. Sr. **Gilson José Brandão Junior**, com endereço na rua 20, n° 345, Maranguape I, Paulista/PE, CEP: 53444-280 e aos Jornais do Commercio, Diário de Pernambuco e Folha de Pernambuco, todos neste Estado.

| |
|----------------------|
| Justificativa |
|----------------------|

O pleito em questão visa atender a uma antiga reivindicação da população que reside nesta região do município de Paulista, haja vista a intensa movimentação da rodovia, especialmente por se tratar de uma via de acesso a área costeira. No intuito de melhorar as condições de segurança para todos os que transitam no aludido percurso, devido á elevada incidência de acidentes aos transeuntes, inclusive com vítimas fatais. Acentuado principalmente nos fins de semana em que a população dirige-se as praias. Por se tratar de uma localidade responsável pelo acesso de importantes bairros da cidade, requeremos esta medida com a maior brevidade possível, uma vez que, já foi solicitada uma lombada para esta localidade, que não atendeu a demanda. Portanto, em virtude do que foi exposto, nada mais justo que seja realizada a instalação de um semáforo, no trecho da PE – 22, próximo ao Colégio Municipal Ministro Marcos Freire, em Paulista, neste estado. O atendimento ao referido pleito certamente é de grande significado, já que irá contribuir para a segurança da população que ali transita, melhorando consideravelmente a qualidade de trafegabilidade do local. Ante o exposto, solicito dos meus ilustres pares a aprovação desta indicação.

Sala das Reuniões, em 25 de abril de 2014.

| |
|---------------------|
| Sérgio Leite |
| Deputado |

Requerimentos

Requerimento N° 3425/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja registrado Um Voto de Pesar pelo falecimento da senhora Janete Trindade de Queiroz,ocorrida no dia 16 de maio deste ano aos 90 anos. Depois de ficar internada por 20 dias no Hospital Santa Joana, dona Janete faleceu vítima de falência múltiplas dos órgãos. Ela era esposa do publicitário Severino Queiroz (*in memoriam*) , fundador da Agência de Publicidade Ampla Comunicação, uma das maiores empresas do segmento no país.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento à família, através do seu filho Severino Queiroz Filho, no enderego residencial na Avenida Boa Viagem, 2454, apt. 701, Boa Viagem - CEP 51020-000 Recife - PE...

| |
|----------------------|
| Justificativa |
|----------------------|

Janete Trindade Queiroz estava à frente do seu tempo. Ainda muito jovem sonhava em poder trabalhar e ganhar o seu próprio dinheiro. Mas o destino antecipou sua entrada no mercado de trabalho, quando aos 13 anos, com a morte do seu pai João Manoel, teve que conseguir um emprego na indústria têxtil para ajudar no sustento da família. Muito amadurecida para sua idade devido às circunstâncias da vida, aos 16 anos casou pela primeira vez.Mesmo assim não deixou que a vida de casada prejudicasse seu trabalho, continuou no emprego. Dessa união nasceram Jair e Jane. Quando o marido morreu, quebrou os preconceitos da época, afinal, a sociedade não via com bons olhos uma mulher viúva trabalhar. Contra as regras, permaneceu no trabalho para manter os dois filhos. Janete mesmo com pouca escolaridade, queria melhorar de vida e buscou outro emprego. Foi trabalhar no comércio. Nesse período conheceu seu Severino Queiroz, o grande amor da sua vida, como dizia. Viveram casados por 30 anos e tiveram os filhos Cristina, Tania e Queirozinho. Sempre querendo crescer na vida, foi atrás de novas oportunidades e conseguiu emprego nos Correios permanecendo nessa empresa até sua aposentadoria. Dinâmica, dona Janete não se conformou com a aposentadoria e continuou trabalhando, desse vez como diretora financeira da Ampla, cargo que ocupou até pouco tempo antes de apresentar problemas de saúde.Como católica teve uma atuação muito expressiva no trabalho de filantropia, ajudando as pessoas menos favorecidas. Amável e dedicada era querida por todos. Nesse momento de dor,quero me solidarizar com seus filhos a quem levo meus votos de sentimento, conforto e resignação.

Sala das Reuniões, em 19 de maio de 2014.

| |
|------------------------|
| Terezinha Nunes |
| Deputada |

Requerimento N° 3426/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja aprovado um Voto de Aplauso com a diretoria do

Instituto Histórico de Jaboatão pela passagem dos 41 anos de fundação, ocorrida recentemente.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Presidente do Instituto Histórico de Jaboatão, lvaldo Montarrióis(Rua Desembargador Henrique Capitulino, 65, Centro - 54.110-050 - Jaboatão dos Guararapes/PE), e ao Presidente da Câmara Municipal de Jaboatão dos Guararapes, vereador Ricardo Valois(Rua Arão Lins de Andrade, 739, Prazeres - 54400-200 -Jaboatão dos Guararapes / PE).

| |
|----------------------|
| Justificativa |
|----------------------|

Contar a vida do município, preservar a história, resgatar valores, valorizar a cultura jaboatonense. Esse tem sido o papel desempenhado pelo Instituto Histórico de Jaboatão, ao longo do tempo. Na comemoração dos 41 anos de existência é hora de todos nós que amamos Jaboatão dos Guararapes, congratularmo-nos com os seus atuais dirigentes e lembrar da bravura dos seus fundadores. Ao aprovar um Voto de Aplauso com os que fazem o Instituto Histórico de Jaboatão, enalteçemos um município rico em tradições e cultura, dos engenhos de açúcar ao vasto casario na área urbana. O Instituto Histórico de Jaboatão guarda o passado, documenta a vida da cidade, ensinando aos munícipos o bem querer ao torrão jaboatonense.

Sala das Reuniões, em 19 de maio de 2014.

| |
|---------------------|
| André Campos |
| Deputado |

Requerimento N° 3427/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja aprovado um Voto de Aplauso com os proprietários do restaurante Entre Amigos, Raimundo Dantas e Roberto Farias, pela passagem dos 18 anos do estabelecimento comercial. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento aos senhores Raimundo Dantas e Roberto Farias(Rua da Hora, 695 – Espinheiro - 52020-010 - Recife – PE), ao presidente da Abrasel-PE, Nuncio Natrielli(Rua Ernesto de Paula Santos, 1368 / 902, Boa Viagem - 51.021-330 - Recife/PE) e à jornalista Mirella Martins(Rua da Fundição, 257, Santo Amaro, 50040-100 – Recife/PE).

| |
|----------------------|
| Justificativa |
|----------------------|

O Bode virou gente grande. A banca de revistas que vendia cerveja gelada e petiscos de bode, ali, no bairro de Boa Viagem, transformou-se no restaurante Entre Amigos. São 18 anos de perseverança, crescimento e sucesso. Primeiro em Boa Viagem, onde nasceu. Depois no Espinheiro. Tudo no Entre Amigos é muito bom. “Tão bom que tem até cheiro de bode”, como falava o mestre do canceiroiro brasileiro Luiz Gonzaga, quando reportava-se a uma coisa boa. É tempo de parabenizar Raimundo Dantas e Roberto Farias, fundadores e proprietários, seus familiares e uma legião de colaboradores - garçons, cozinheiros, maitres, atendentes, toda a gente que trabalha naquelas casas. O Entre Amigos é uma grande família, lugar de acolhimento, de cerveja gelada, de um bom whisky, e de comer um caprino assado ou guisado, sem igual. Em nome dos pernambucanos, como frequentador dos restaurantes Entre Amigos e admirador do empreendimento, apresento um Voto de Aplauso com Raimundo Dantas e Roberto Farias, nesses 18 anos de sucesso e conquistas.

Sala das Reuniões, em 19 de maio de 2014.

| |
|---------------------|
| André Campos |
| Deputado |

Requerimento N° 3428/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja aprovado um Voto de Aplauso com o jornalista Evaldo Costa, pelo lançamento do livro Palavra Acesa: memórias da luta camponesa.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao jornalista Evaldo Costa(Avenida 20 de Janeiro, 1139, Casa C, Boa Viagem – 51130-120 – Recife/PE), ao Dr. Eduardo Campos(Rua Luiz da Mota Silveira, 121, Dois Irmãos – 52171-021 – Recife/PE), à presidente do Sindicato dos Jornalistas de Pernambuco, jornalista Claudia Elói(Praça Oswaldo Cruz, 400, Boa Vista, Recife, PE - CEP 50050-210) e à presidente da Academia Pernambucana de Letras, escritora Fátima Quintas(Av. Rui Barbosa, 1596 - Graças - 52050-000 - Recife/PE).

| |
|----------------------|
| Justificativa |
|----------------------|

Evaldo Costa é jornalista dos bons. Até pouco tempo comandou a Secretaria de Imprensa do Estado, nos dois períodos do Governo de Eduardo Campos. Evaldo nasceu na cidade de Parari, no Cariri paraibano. Ele fez história no jornalismo pernambucano e prepara-se para alçar um novo voo e representar sua gente na Câmara Federal. Parabéns a Evaldo Costa pelo lançamento do livro Palavra Acesa: memórias da luta camponesa. No livro, Evaldo conta a história de um tempo e de personagens da luta do homem por um pedaço de terra. As ligas camponesas em Pernambuco representam um período que merece ser revivido e contado.

Sala das Reuniões, em 19 de maio de 2014.

| |
|---------------------|
| André Campos |
| Deputado |

Requerimento N° 3429/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, seja formulado Voto de Aplauso ao Programa Mãe Coruja Pernambucana pelo desenvolvimento de ações e benefícios em prol das gestantes e recém-nascidos do Estado de Pernambuco e pelo Prêmio das Nações Unidas para o Serviço Público (UNPSA), concedido pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se ciência à coordenadora do Programa Mãe Coruja, Virginia Moura, e à diretora de Gestão do Cuidado, Ana Elizabeth Lima, na Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, na Rua Dona Maria Augusta Nogueira, 519, Bongí - Recife-PE - CEP: 50751-530.

| |
|----------------------|
| Justificativa |
|----------------------|

O Programa Mãe Coruja, criado em 2007 pelo Decreto Nº 30.859, é um projeto que tem como meta garantir uma boa gestação e um bom período posterior ao parto e dar também às crianças o direito a um nascimento e desenvolvimento saudável. O programa busca reduzir a morbidade e mortalidade materna e infantil, assim como estimular o fortalecimento dos vínculos afetivos entre mãe, filho e família. O Mãe Coruja Pernambucana está presente em 105 municípios pernambucanos, sendo 103 com gestão estadual e outros dois (Recife e Ipojuca) com gestão municipal, atuando por meio de cooperação técnica com o Estado.

No ano de 2009, o governador Eduardo Campos transformou a iniciativa em Lei de nº 13.959, de 15 de dezembro de 2009, com uma rede de ações intersetoriais que incluem o trabalho de 9 secretarias: Saúde, Educação, Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, Mulher, Criança, Planejamento e Gestão, Agricultura, Governo e Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo.

As ações são desenvolvidas por meio do Canto Mãe Coruja, um espaço físico que conta com profissionais que cadastram e acompanham as gestantes e seus filhos, até os 5 anos de idade e articulam as ações das diversas secretarias estaduais, municipais, sociedade civil e organizada, criando uma rede solidária para o cuidado integral da família. Além disso, também foi criado um sistema de informações por onde se monitoram as ações do projeto.

Dentro das ações desenvolvidas pelo programa, mantém-se um calendário de capacitações para os profissionais de saúde dos municípios onde o Mãe Coruja atua, principalmente nas áreas de: saúde da mulher, parto humanizado, imunização, aleitamento materno, segurança alimentar, entre outros.

Pelos resultados apresentados e por seu caráter inovador e integrador de um conjunto de ações governamentais, o Programa Mãe Coruja foi um dos vencedores do Prêmio das Nações Unidas para o Serviço Público (UNPSA), premiação concedida pela Organização das Nações Unidas (ONU). O Programa foi o vencedor da categoria Promoção das questões de gênero na prestação dos serviços públicos da América Latina e Caribe. O Mãe Coruja, atualmente, tem cerca de 117 mil mulheres cadastradas e 54 mil crianças acompanhadas.

A cerimônia de premiação será realizada no dia 26 de junho, em Seul, na Coreia do Sul, durante o Fórum das Nações Unidas para o Serviço Público e a celebração do Dia Internacional do Serviço Público.

Por todo esse amplo projeto que oferece apoio integral as gestantes e seus filhos e que dão dignidade as mães pernambucanas, o Mãe Coruja Pernambucana merece o respeito e os votos de aplauso desta Casa.

Sala das Reuniões, em 20 de maio de 2014.

| |
|------------------------|
| Waldemar Borges |
| Deputado |

Requerimento N° 3430/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja enviado Voto de Pesar pelo falecimento de Maria das Mercês Alvim Rodrigues.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento à família, representada neste momento pelo Sr. Antonio Rodrigues Gonzalez, com endereço na Rua Doutor Severino Pinheiro, 52/03, Bloco C, Derby, Recife – PE, CEP: 50720-535, e pela filha - Sra. Rita de Cássia Gonzalez Torreão, com endereço na Rua Maria Carolina, 316/502, Edifício Saint Georges, Boa Viagem, Recife – PE, CEP: 51020-220.

| |
|----------------------|
| Justificativa |
|----------------------|

Maria das Mercês Alvim Rodrigues nasceu em 25 de setembro de 1932, casada com Antonio Rodrigues Gonzalez, viveu uma história de amor, respeito e dedicação até o final dos seus dias. Desta união perfeita nasceram Rita de Cássia e João Frederico, filhos que conheceram o amor incondicional da genitora, apesar do pulso firme nas horas necessárias.

Deixou seus filhos no último dia 16 de maio do corrente ano, dia em que faleceu, após longo período com o Alzheimer. Grande devota de Santa Rita de Cássia educou seus seguindo os preceitos católicos. A devoção por Santa Rita de Cássia fez com que Maria das Mercês desse à filha o nome da Santa. Filha - junto com o esposo – Adilson Torreão Filho - estiveram até os últimos momentos ao lado da amada mãe e sogra.

Ante o exposto, solicitamos aos Ilustres Pares deste Poder Legislativo que acolham o presente requerimento, como forma de prestar uma última homenagem a grande amiga Maria das Mercês Alvim Rodrigues Gonzalez.

Sala das Reuniões, em 20 de maio de 2014.

| |
|-------------------------|
| Vinicius Labanca |
| Deputado |

Requerimento N° 3431/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais que seja concedido voto de aplauso ao Desembargador Alberto Nogueira Virgínio, por ser eleito para compor a Corte do TRE-PE.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Desembargador Alberto Nogueira Virgínio, Av. Governador Agamenon Magalhães, nº 1.160 Graças, Recife- PE- CEP 52010-904– Brasil, Tel: (+55-81) 3194-20.0 Fax: (+55-81) 3194-9326.

| |
|----------------------|
| Justificativa |
|----------------------|

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) elegeu na última quarta-feira (14) o novo membro que irá compor a Corte do TRE-PE. O eleito foi o Desembargador Alberto Nogueira Virgínio que, após o dia 15 de junho, assume a vaga deixada pelo atual presidente José Fernandes de Lemos.

O Exmo. Desembargador Alberto Virgínio tem 60 anos e é natural de Afogados da Ingazeira (PE). Concluiu o Curso de Direito pela Universidade Regional do Nordeste (1979), com pós-graduação, latu sensu, em Direito Público, pela Universidade Federal de Pernambuco (2001). Ingressou na magistratura em 1983, na comarca de Inajá, tendo sido promovido a desembargador em 2005, pelo critério de merecimento. É casado com a poetisa e advogada Maria Lúcia de Araújo Nogueira, com quem tem quatro filhos.

Sala das Reuniões, em 20 de maio de 2014.

| |
|---------------------------|
| Silvio Costa Filho |
| Deputado |

Requerimento N° 3432/2014

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja realizada uma audiência pública na Comissão de Cidadania e Direitos Humanos para tratar da implementação do modelo de energia pré-paga no Estado de Pernambuco, nos termos da Resolução Normativa de n.º 610/2014 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a qual regulamenta as modalidades de pré-pagamento e pós-pagamento eletrônico de energia elétrica, alterando o modo de fornecimento de um bem essencial a população em todo o país.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Procon Estadual, com endereço na Rua Floriano Peixoto, n.º 141, Santo Antônio, Recife/PE, CEP 500050-700; ao Procon do Município de Recife, com endereço na Rua Carlos Porto Carreiro, n.º 156, Derby, Recife/PE, CEP 50070-090; ao Procon do Município de Olinda, com endereço na Av. Presidente Kenedy, n.º 1001, BID, SI 01, Vila Popular, Olinda/PE; ao Procon do Município de Jaboatão dos Guararapes, com endereço na Rua Emiliano Ribeiro, n.º 389, Piedade, Jaboatão dos Guararapes/PE, CEP 54310-250; ao Ministério Público do Estado de Pernambuco (Promotoria do Consumidor), com endereço na Av. Visconde Suassuna, n.º 99, Boa Vista, Recife/PE, CEP 50050-540; ao Ministério Público Federal, Av. Governador Agamenon Magalhães, n.º 1800, Espinheiro, Recife/PE, CEP 52021-170; à Delegacia do Consumidor, com endereço na Av. Conde da Boa Vista, n.º 1410, Boa Vista, Recife/PE, CEP 50060-004; à Associação de Defesa da Cidadania e do Consumidor (ADECCON), com endereço na Rua do Riachuelo, n.º 105, Edifício Círculo Católico, Boa Vista, Recife/PE, CEP 50060-004; ao Fórum Nacional das Entidades Cívis de Defesa do Consumidor (FNECDC), com endereço na Rua do Riachuelo, n.º 105, Edifício Círculo Católico, Boa Vista, Recife/PE, CEP 50060-004; à Comissão de Defesa da Cidadania e do Consumidor da OAB/PE, com endereço na Rua do Imperador Dom Pedro II, n.º 235, Santo Antônio, Recife/PE, CEP 50000-000; à Defensoria Pública do Estado - Núcleo do Consumidor, com endereço na Rua Marques do Amorim, n.º 127, Boa Vista, Recife/PE, CEP 50070-330; à Agência de Regulação de Pernambuco - ARPE, com endereço na Av. Conselheiro Rosa e Silva, 975, Afifitos, Recife/PE, CEP 53050-020; ao Exmo. Sr. Deputado Federal Eduardo da Fonte, com endereço na Praça dos Três Poderes, Câmara Federal, Brasília/DF, CEP 70170-900; e ao Presidente da Companhia Energética do Estado de Pernambuco (CELPE), com endereço na Av. João de Barros, n.º 111, Boa Vista, Recife/PE, CEP 50050-902.

| |
|----------------------|
| Justificativa |
|----------------------|

Por se tratar de modalidade inusitada, em nosso país, de fornecimento e tarifação de energia elétrica, bem como, por ser um modelo de pagamento antecipado do serviço a ser consumido, justifica-se, para melhor entendimento da sociedade civil e de todas partes envolvidas, a realização de debate esclarecedor sobre a nova Rndo em visesolução da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, que cria este modelo de consumo, assim chamado de "pré-pago", para o fornecimento de um serviço público considerado essencial. Teta ainda, que o anúncio desta inovação tem sido objeto de controvérsia e polêmica destaca-se a necessidade de aprofundamento e discussão do que vem a ser a novidade e as consequências sociais, econômicas, de segurança, saúde e qualidade de vida que se abaterão sobre o consumidor. Ainda é necessário que seja sublinhado que o caráter de serviço público essencial do fornecimento de energia elétrica faz com que haja necessidade de verificação e até de criação de salvaguardas para o cidadão consumidor. Deste modo, salienta-se a oportunidade e urgência da proposta acima requerida.

Sala das Reuniões, em 15 de maio de 2014.

| |
|--------------------|
| Zé Maurício |
| Deputado |

Portarias

PORTARIA Nº 224/14

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Art.80, inciso I, da Lei nº6.123/68 e Ofício nº024/2014, da Procuradoria Geral,
RESOLVE: designar para responder por aquela Procuradoria Geral, **HÉLIO LÚCIO DANTAS DA SILVA**, Procurador Geral Adjunto, Símbolo PL-PGU1, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder, no impeditmo do titular, **ISMAR TEIXEIRA CABRAL**, Procurador Geral, Símbolo PL-PE-IV, no gozo de suas férias regulamentares, no período de 12 de maio a 10 de junho do corrente ano.

| |
|-----------------------------------------------|
| Sala Austro Costa, 14 de maio de 2014. |
|-----------------------------------------------|

| |
|-------------------------------|
| MARCELO CABRAL E SILVA |
| Superintendente Geral |

(REPUBLICADO POR INCORREÇÃO)

PORTARIA Nº 225/14

O SUPERINTENDENTE GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o Requerimento Funcional nº 320976/2014 e Parecer da Procuradoria Geral nº 0244/2014,
RESOLVE: Considerar licenciada para gozo de Licença Prêmio, no período de 02 (dois) meses, referente ao segundo decênio, a partir de 28 de julho do corrente ano, a servidora **GINA MARIA BARBOSA DA CUNHA**, matrícula nº 355, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder, nos termos do Art.112, Parágrafo Único, da Lei nº 6.123/68 e Art. 1º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 16/96.

Sala Austro Costa, 20 de maio de 2014.

| |
|-------------------------------|
| MARCELO CABRAL E SILVA |
| Superintendente Geral |

Folheie o Diário Oficial com apenas alguns cliques



Agora, você pode acompanhar, na íntegra, a versão digital do Diário Oficial do Poder Legislativo. A Assembleia Legislativa de Pernambuco disponibiliza, em seu site, o flip do jornal. Acesse, clique e confira.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO**

A CASA DE TODOS OS PERNAMBUCANOS

www.twitter.com/alepeoficial | www.facebook.com/assembleiape | www.alepe.pe.gov.br